



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Oi S.A. - Em Recuperação Judicial - 2021

1 - Mensagem aos Acionistas

No ano de 2021 - segundo ano de pandemia do COVID-19 - a Oi trabalhou para acelerar seu processo de Transformação, finalizar as entregas previstas em seu Plano de Recuperação Judicial e adequar sua estrutura organizacional. Em virtude dos períodos de isolamento, a Companhia implantou o modelo digital do dia a dia, priorizando a segurança e a saúde dos colaboradores e de suas famílias. Nosso programa de *home office* foi mantido, e ao mesmo tempo, nos empenhamos em criar e desenvolver as bases da Nova Oi, uma empresa mais ágil, leve, voltada para o cliente e suas necessidades nesse novo mundo.

Promovemos a modernização da estrutura organizacional com o objetivo de reduzir os níveis de hierarquia e agilizar as tomadas de decisão, facilitando o desenvolvimento e a implantação de serviços e produtos. Foram criadas áreas voltadas para novas receitas em segmentos como casa conectada, *cloud*, serviços financeiros e conteúdo digital, entre outros. Do ponto de vista operacional, a fibra, principal pilar do plano de transformação da Companhia, apresentou forte ritmo de expansão ao longo do ano, colocando a Oi na liderança no crescimento de *market share*. Em outras frentes do negócio, destacamos o aumento das receitas de TI em nossa atuação de B2B, a Oi Soluções, e também no segmento empresarial. Na mobilidade, a Companhia manteve sua competitividade, assegurando a manutenção de uma performance adequada aos *covenants* firmados na alienação da UPI Ativos Móveis.

No contexto do processo de Recuperação Judicial, a Oi trabalhou para entregar os compromissos firmados no Aditamento ao Plano (abaixo definido). Foram concluídas as operações de venda da UPI de Torres e da UPI *Datacenters* (abaixo definidas), e foi assinado o acordo com o BTG para venda da UPI InfraCo (abaixo definida), o que resultou na primeira empresa de rede neutra de fibra firm a fim do mercado brasileiro, lançada sob a marca Vtal, que vem operando de forma segregada, de acordo com os mais altos padrões de governança. Tal operação de transferência do controle acionário da Vtal já foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e aguarda anuência prévia da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL para ser concretizada.

Já a venda da UPI Móvel para o trio de operadoras formado pela Telefônica Brasil S.A., TIM S.A. e Claro S.A. ("Compradoras UPI Ativos Móveis") obteve anuência da ANATEL (31 de janeiro de 2022) e aprovação do CADE (9 de fevereiro de 2022), tendo, em 20 de abril de 2022, após o cumprimento ou dispensa temporária das condições precedentes, sido efetivada a alienação da UPI Ativos Móveis, conforme detalhado no Capítulo 6, item 2.2 abaixo.

No final de 2021, a Companhia também abriu uma nova frente de negociação com a ANATEL, instaurando um processo de arbitragem com o objetivo de discutir a insustentabilidade da concessão de telefonia fixa, o seu equilíbrio econômico financeiro, saldos de troca de metas de universalização e indenização pelos bens reversíveis ao final da concessão, e que deverá se estender ao longo de 2022 e 2023. Em 2022 também será iniciada a discussão de outro tema regulatório relevante para a Companhia e o setor, a migração para o modelo de autorização.

Vale destacar acima como um dos marcos de 2021 os avanços obtidos na nossa política de ESG. No pilar ambiental, a Oi está próxima de atingir a meta de 100% de utilização de energia de fontes renováveis. Fortalecemos a diversidade e a inclusão dentro da Companhia, realizamos diversos treinamentos entre funcionários e terceiros e formamos a primeira turma de liderança feminina. No Oi Futuro, nosso instituto de inovação social que acabou de completar 20 anos de existência, reforçamos as atividades digitais, e iniciamos um processo de adaptação do NAVE, nosso projeto de parceria em educação com o setor público, para chegar a um formato 100% digital, atendendo a mais de mil alunos matriculados em escolas do Rio de Janeiro e do Recife. No pilar de Governança, estamos cada vez mais alinhados às melhores práticas de mercado, e, nesse sentido, cabe ressaltar o Prêmio Execlita Executiva da América Latina, concedido pela *Institutional Investor*.

Para este 2022, nossa expectativa é de finalizar o processo de transformação que foi desenvolvido nos últimos dois anos, com a implementação do novo modelo operacional. Após a conclusão das operações de M&A estruturantes e a consequente saída da Recuperação Judicial, nossa meta é acelerar os negócios core e a busca de novas receitas, readequar os custos, terminar os ajustes na estrutura organizacional, trabalhar no equacionamento da concessão da estrutura de capital, além de também contribuir para o desenvolvimento da Vtal, que resultará na valorização significativa da *equity* da Oi.

2 - Conjuntura Econômica

Cenário doméstico

O ano de 2021 começou com expectativas promissoras e encerrou com muitas incertezas. Na virada de 2020 para 2021 esperava-se o avanço das reformas e o anseio pela retomada das atividades econômicas com o avanço da vacinação. No entanto, a demora inicial do processo de imunização, o surgimento de novas variantes, em conjunto com o descontrole inflacionário e o pouco avanço do lado fiscal foram alguns dos obstáculos encontrados em 2021. A inflação medida pelo IPCA encerrou 2021 a 10,06% (vs 4,52% em 2020), bem acima do teto da meta de 5,25% e do nível inicialmente esperado pelo mercado, impactado por combustíveis, energia elétrica, gás e alimentos. Juntos, o grupo de transportes habitação e alimentação/bebidas responderam por aproximadamente 75% do IPCA de 2021. Elevado preço das commodities, câmbio ainda em altos patamares e a crise hídrica no país estão por trás deste comportamento. Para conter a inflação, o Banco Central do Brasil aumentou a taxa Selic sucessivas vezes no ano. No início de 2021, a Selic estava em 2,0% a.a. e, após sete altas consecutivas, encerrou o ano em 9,25% a.a.. Os juros mais altos impactaram diretamente no desempenho da economia. O PIB devê encerrar o ano com crescimento de 4,5%, abaixo das expectativas iniciais, bem como das estimativas de expansão das principais economias globais e da América Latina.

Do lado fiscal, a revisão do teto de gastos e a limitação do pagamento dos precatórios pesou na confiança do mercado e nas percepções acerca da sustentabilidade da política fiscal. Como consequência, 2021 foi um ano de muita volatilidade cambial. A moeda norte-americana encerrou o ano cotada a R\$ 5,5905 com valorização de 74,7%.

Cenário Internacional

Nos EUA, a economia cresceu 5,7% em 2021, impulsionada pelos juros baixos e por estímulos fiscais. O crescimento robusto e o comportamento recente da inflação contribuíram para reforçar a expectativa de que o Fed¹ eleve os juros no primeiro trimestre de 2022. Na Europa, em 2021 a economia recuperou parte do impacto da pandemia, registrando um crescimento de 5,2%, após a queda histórica de 6,4% em 2020. Já a economia chinesa apresentou recuperação em 2021, com um crescimento do PIB de 8,1%, o maior desde 2011, apesar do enfraquecimento do setor imobiliário e surtos esporádicos de COVID-19.

Expectativas para 2022

No mundo, espera-se estabilização e normalização dos efeitos da pandemia. Nos EUA, com o cenário de inflação mais alta, as expectativas indicam aumento da taxa de juros já na reunião do Fed de março. Na China, apesar da manutenção de políticas pró-crescimento, o PIB deve encerrar com uma menor elevação (abaixo dos 5%). A economia europeia, por sua vez, deverá continuar forte, com expectativa de crescimento do PIB da ordem de 4,3% ao ano. Para o Brasil, em ano eleitoral, espera-se poucos avanços e muita volatilidade. A economia deve ficar estagnada, devido ao impacto dos juros elevados e das incertezas com a eleição presidencial. A inflação e os juros devem permanecer altos, impactando o consumo e a renda dos brasileiros e devem encerrar 2022 em 5,0% e 11,75% a.a., respectivamente. O cenário deve ter um ano volátil, reagindo à corrida eleitoral e à esperada alta dos juros nos países desenvolvidos - as projeções indicam um câmbio médio de R\$ 5,50 ao dólar.

3 - O Setor de Telecomunicações no Brasil em 2021

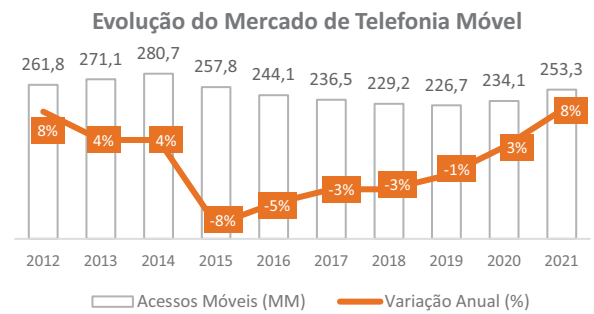
Segundo a ANATEL, no final de dezembro de 2021, o total de acessos dos serviços de telecomunicações no Brasil somou 339,5 milhões, representado por 28,7 milhões de linhas fixas em serviço, 253,3 milhões de acessos móveis, 41,4 milhões de acessos de internet em banda larga fixa, sendo desse total 25,4 milhões só de acessos de tecnologia fibra (Serviço de Comunicação Multimídia - SCM) e 16,0 milhões de acessos de TV por assinatura. O aumento de 75% que corresponde a 23,8 milhões de acessos em relação à 2020 foi motivado pelo crescimento de acessos em banda larga, principalmente na tecnologia fibra, o crescimento de linhas móveis nos segmentos pós-pago e pré-pago e no segmento TV devido à mudança de metodologia de *report* da ANATEL. O segmento de telefonia fixa, em relação ao ano anterior (2020) sofreu redução considerável, de 1,8 milhões.

Telefonia Fixa

O mercado brasileiro de telefonia fixa atingiu, em dezembro de 2021, 28,7 milhões de linhas em serviço, segundo os dados da ANATEL, com redução de 5,8% sobre dez/20. Este mercado encontra-se em queda, uma vez que existe uma tendência mundial de migração de tráfego da telefonia fixa para a telefonia móvel e para dados. As concessionárias de telefonia fixa representavam 49,9% do total dos acessos fixos em serviço em 2021.

Telefonia Móvel

O mercado móvel apresentou 253,3 milhões de acessos (incluindo "Pontos de Serviço" e "M2M") em dezembro de 2021 e tele densidade de 103,1 sobre a população (considera somente acessos do tipo "Padrão", não considerando em seu cálculo acessos do tipo "Ponto de Serviço" e "M2M"). O segmento teve crescimento total de 19,3 milhões de novos acessos, sendo 15,1 milhões do pós-pago e 4,2 milhões do pré-pago. Após anos de queda, o segmento pré-pago cresceu 3,6% já o pós-pago manteve o ritmo de crescimento com 12,7%. O pós-pago encerrou o ano de 2021 representando 52,9% do total de acessos móvel.



Banda Larga Fixa (SCM)

Segundo dados da ANATEL, o mercado de acesso à internet através da banda larga fixa (SCM) manteve-se como uma das alavancas de crescimento do setor em 2021. Ao final do ano, a base de acessos atingiu 41,3 milhões, com crescimento de 14,0% frente a 2020 representando 5,1 milhões de novos acessos. Neste contexto, o que impulsionou o crescimento foram os investimentos e movimentos de conexão de internet banda larga via fibra, que vem crescendo ano contra ano. Atualmente, a fibra é responsável por 26,0 milhões, totalizando 62,7% do mercado.

TV por Assinatura

Em 2021, em virtude da mudança de metodologia de *report* da ANATEL, a base de acessos dos serviços de TV por assinatura aumentou em 1,2 milhão, representando uma variação de 8,2% em relação ao ano de 2020. Ao fim de dezembro de 2021, os acessos de TV por assinatura totalizaram 16,0 milhões de assinantes. • A tecnologia mais representativa é DTH (*Direct to Home*) impactada pela mudança de *report*, que teve aumento de 26,1%, fechando o ano com 9,3 milhões de acessos (representando 57,9% dos acessos de TV por assinatura). Em seguida, a tecnologia cabo apresentou perda de 14,5%, fechando o ano com 5,4 milhões de acessos (representando 33,9% dos acessos de TV por assinatura). Já a tecnologia FTTH teve um crescimento de 19,0%, fechando o ano com 1,3 milhão de acessos (representando 8,2% dos acessos de TV por assinatura).

Cenário Regulatório: a Agenda Regulatória da ANATEL para o biênio 2021-2022

A Agência Regulatória 2021-2022, aprovada pela Resolução Interna nº 1, de 4 de dezembro de 2020, contém todas as ações de normalização a serem conduzidas pela ANATEL no período de referência. Posteriormente, a Agenda Regulatória 2021-2022 foi atualizada pelas Resoluções Internas nº 2, de 2 de março de 2021, Resolução Interna nº 12, de 19 de abril de 2021 e pela Resolução Interna nº 82, de 15 de fevereiro de 2022. Destaca-se que a última atualização introduziu uma novidade: a realização de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) por meio da qual a ANATEL se propõe a avaliar os efeitos gerados por determinadas regulamentações.

Após estas atualizações, a Agenda para o referido biênio passou a ter 33 (trinta e três) itens essenciais. Entre os itens da Agenda Regulatória de 2021-2022, destacam-se:

Regulamentação da adaptação das concessões do BTFC para regime privado (ação 1)

A Reavaliação do modelo regulatório brasileiro de prestação de serviços de telecomunicações, baseado nos regimes público e privado, conforme Lei Geral de Telecomunicações (que foi alterada pela Lei nº 13.879 publicada em 3 de outubro de 2019), considera, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais sobre o tema, a essencialidade dos diversos serviços de telecomunicações, os modelos de entrega (concessão, autorização, permissão), a reversibilidade de bens, a continuidade, a universalização e os regimes de estabelecimento de preços. Como resultado dessa reavaliação, a ANATEL lançou em 2020 a Consulta Pública nº 05/2020, que inclui: (i) Minuta de Resolução que aprova Regulamento de Adaptação das Concessões do STFC para Autorização; (ii) Metodologia de Cálculo do Saldo da Adaptação de Regime de Concessão para Autorização do STFC; e (iii) Termo Único de Serviços. Após exame das contribuições enviadas pela sociedade, a ANATEL publicou, em 10 de fevereiro de 2021, a Resolução nº 741, que aprovou o Regulamento de Adaptação das Concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC para Autorizações do mesmo serviço.

Tal regulamento estabelece as regras para a migração do regime de concessão para autorização, restando pendente, entretanto, a determinação da Metodologia de Cálculo do Saldo de Migração e a sua quantificação, individualizada por concessionária (o trabalho está sendo conduzido por Consultoria contratada pela ANATEL/UIT e tem expectativa de ser aprovado pelo Conselho Diretor da Agência até o final do primeiro semestre de 2022).

Edital de Licitação para disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações, inclusive por meio de redes ditas de quinta geração (5G), em áreas de abrangência regional ou nacional (ação 2)

O Edital de Licitação para autorização de radiofrequências destinadas à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, ou outros serviços para as quais estejam destinadas, nas faixas de 700 MHz, 2,3 GHz, 3,5 GHz e 26 GHz, visa ampliar a capacidade das redes de acesso por meios não confinados, disponibilizando insumo essencial à prestação de tais serviços com qualidade adequada, especialmente para redes com tecnologia dita de quinta geração (5G). A versão final do Edital, foi aprovada e lançada pela ANATEL em 26 de setembro de 2021, após aprovação pelo TCU com pequenos ajustes propostos. A licitação ocorreu entre os dias 4 e 9 de novembro de 2021 e foram arrecadados R\$ 472 bilhões para 43 lotes arrematados. Os termos de autorização das radiofrequências foram assinados em 14 de dezembro de 2021. Os primeiros compromissos em 5G a serem cumpridos pelas operadoras de SMP estão previstos para 30 de julho de 2022, com possibilidade de prazo adicional de até 60 dias.

Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis (ação 4)

A Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis foi concluída com a publicação, em 12 de abril de 2021, da Resolução nº 744, que aprova o Regulamento de Continuidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao Uso do Público em Geral (STFC) em Regime Público - RCOON. A nova regulamentação

¹ Banco dos Estados Unidos

aprimora os procedimentos operacionais pertinentes à anuência prévia de operações de alienação, substituição, oneração e desvinculação de bens reversíveis, além de atualizar o controle e organização da relação de bens reversíveis e da lista de serviços prestados por terceiros. Estabelece ainda as regras sobre a indenização de bens reversíveis, bem como os princípios para que se estabeleça as condições necessárias para análise dos pedidos de indenização de bens reversíveis não amortizados durante a vigência da concessão.

Reavaliação da regulamentação sobre direito dos consumidores de serviços de telecomunicações (ação 6)

Reavaliação da regulamentação sobre direitos dos consumidores dos serviços de telecomunicações, em especial o Regulamento aprovado por meio da Resolução nº 632, de 7 de março de 2014 - RGC, visando analisar pontos do regulamento que foram apontados como problemas ao longo de sua implantação, conforme documentação do Grupo de Implementação do Regulamento - GIRGC, bem como demais temas que venham a ser identificados como passíveis de aprimoramento pela equipe de projeto, mantendo a segurança jurídica e os avanços já conquistados na citada regulamentação, mas tornando-a mais efetiva e coerente. A Consulta Pública nº 77, de 2 de dezembro de 2020, na qual a ANATEL submeteu a comentários da sociedade em geral a proposta de novo RGC foi encerrada em 1 de abril de 2021. A previsão da ANATEL era de que o novo RGC fosse aprovado no segundo semestre de 2021, o que ainda não ocorreu.

Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações (ação 9)

Trata-se da reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações, aprovada pela Resolução Conjunta nº 4, de 16 de dezembro de 2014, da ANATEL e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A revisão dessa resolução está sendo feita em conjunto pela ANATEL e pela ANEEL.

Em 2 de dezembro de 2021, teve início na ANEEL a Consulta 073/2021, cujo objetivo é obter subsídios para a Avaliação de Impacto Regulatório - AIR e da proposta de aprimoramentos da regulamentação relativa ao compartilhamento de infraestrutura entre os setores de distribuição de energia elétrica e de telecomunicações. No âmbito da ANATEL, a consulta pública teve início em 15 de fevereiro de 2022. Ambas as consultas públicas foram encerradas em 18 de abril de 2022. Não há previsão na agenda regulatória do biênio 21-22 de que a aprovação do novo regulamento ocorra ainda em 2022. Portanto, a aprovação do novo regulamento deverá constar na agenda regulatória do próximo biênio (23-24).

Revisão do Plano Geral de Metas de Competição (ação 10)

A ANATEL iniciou, em 23 de dezembro de 2021, uma consulta pública para tomada de subsídios para a Revisão do PGMC, que regulamenta os mercados de Atacado e tem por objetivo fomentar a competição no setor. A Tomada de Subsídios foi encerrada em 7 de março de 2022. Com base nas contribuições recebidas, a ANATEL irá elaborar o relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR) e proposta de novo PGMC, que deverá ser submetido à consulta pública. Não há previsão na agenda regulatória do biênio 21-22 de que a consulta pública do novo PGMC ocorra ainda em 2022.

As perguntas contidas na tomada de subsídios que se encerrou em março de 2022 indicam que o novo PGMC poderá tratar de temas como a inclusão de novos Mercados Relevantes do Varejo, bem como a criação de um Mercado Secundário de Espectro de Radiofrequência.

Além disso, as questões visam obter a percepção do setor sobre a influência e impactos do PGMC sobre a dinâmica das telecomunicações brasileiras.

Simplificação da regulamentação e dos serviços de telecomunicações (ação 25)

A ANATEL iniciou, em 25 de agosto de 2020, uma consulta pública para tomada de subsídios para levantar subsídios para futura simplificação da regulamentação e dos serviços de telecomunicações. A simplificação consistirá na consolidação de atos normativos e na reavaliação do próprio rito da regulamentação para promoção da simplificação da própria estrutura dos serviços de telecomunicações. Essa tomada de subsídios foi encerrada em 16 de novembro de 2020.

Essa tomada de subsídios abordou diversos temas relevantes para o setor de telecomunicações, como Áreas de prestação do serviço de telecomunicações, Remuneração de Redes, Regras de Interconexão de Redes, Impostos sobre a numeração na unificação de serviços, Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 (Lei do SeAC), prestação do STFC em regime público à luz do novo marco legal de telecomunicações, Regulações Assimétricas, impactos de eventual fusão dos serviços na destinação das faixas de radiofrequências, Prestação do SMP por meio de rede virtual, Redes Neutras e *Sanbox* radiotráfico.

A previsão da ANATEL era de que a proposta de simplificação fosse colocada em consulta pública no segundo semestre de 2021, o que não ocorreu.

Expostos os principais itens da Agência Regulatória relativa aos anos de 2021 e 2022, é importante registrar alguns eventos regulatórios que estão fora da agenda regulatória atual, mas que são importantes para o cenário regulatório no qual o grupo Oi atua.

Em 30 de dezembro de 2020, a Oi protocolou na ANATEL um Requerimento de Instauração de Procedimento de Arbitragem relativo a termos adidos aos seus Contratos de Concessão. O procedimento já foi aceito pela ANATEL e, se encerra, desde agosto de 2021, sob os cuidados da Câmara de Comércio Internacional - CCI, corte arbitral a quem caberá julgar a controversia.

Além disso, em 2020, encerrou-se o último ciclo de revisão quinzenal dos contratos de concessão e do PGMU. Após o encerramento da Consulta Pública realizada em 2018 e análise das manifestações de toda sociedade, a ANATEL, em dezembro de 2020, aprovou novas minutas de contrato de concessão e encaminhou ao Poder Executivo sugestão de texto para o novo PGMU.

No que se refere às minutas do contrato de concessão, as Concessionárias do grupo Oi optaram por não assinar os novos documentos, assim como ocorreu na revisão iniciada em 2015 e finalizada em 2018, permanecendo inalteradas, nas condições previstas na revisão de 2010/2011.

Com relação ao PGMU, em 28 de janeiro de 2021, foi publicado o Decreto nº 10.610/2021, que revogou o Decreto nº 9.619/2018 e aprovou um novo PGMU, aplicável ao período de 2021 a 2025. Dentre as determinações do novo PGMU, destaca-se a criação da obrigação de *backhaul*: na qual será utilizado o saldo decorrente das alterações de metas dos PGMU anteriores. O novo PGMU prevê ainda o fim da obrigação de novas instalações oriundas da obrigação de acesso fixo sem fio, devendo ser mantida até o fim da concessão a infraestrutura já instalada. Em 28 de setembro de 2021, foi publicado Decreto nº 10.821, revogando a meta de implantação do *backhaul* prevista para 2021. Assim, o período de cumprimento do PGMU vai de 2022 a 2024.

Por fim, em 26 de dezembro de 2019 entrou em vigência o Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações - RQUAL, que estabeleceu o novo modelo de gestão da qualidade bem como determinou a revoação parcial imediata dos regimentos anteriores - RQGs (STFC, SCM e SMP) e PGMO (TV/SeAC). O novo modelo, baseado na regulação responsiva e empoderamento do consumidor, determina que as prestadoras passarão a ser avaliadas com base em três índices (simplificação regulatória): Qualidade do Serviço (QS), Qualidade Percebida (QP) e Reclamações dos Usuários (RI). Anualmente serão atribuídos Selos de Qualidade, com notas que variam entre "A" (para as de melhor desempenho) e "E" (para as de resultados insatisfatórios) com granularidade municipal, estadual e nacional.

O eventual rebaixamento de uma prestadora para as categorias de "D" e "E" possibilitará a quebra de contrato pelo consumidor, sem pagamento de multa pelo tempo de permanência. O RQUAL ainda prevê a substituição das regras de sanção automática (multas por descumprimentos das metas), pela adoção de medidas específicas e adequadas ao caso concreto, com intuito de garantir o aprimoramento dos padrões de qualidade, bem como estabelece parâmetro para comprovar nível de qualidade na prestação da banda larga fixa possibilitando o cancelamento do contrato sem pagamento de multa. O Grupo Técnico Da Qualidade (GTQUAL), instituído em janeiro de 2020, com a participação das prestadoras, ANATEL e Entidade de Suporte à Aferição da Qualidade (ESAQ), concluiu a elaboração do Manual Operacional (MOP) no ano de 2021, documento no qual estão estabelecidos os parâmetros técnicos, regras e diretrizes para composição dos indicadores e índices, os critérios de interrupções do serviço e ressarcimento aos usuários impactados. O Conselho Diretor da ANATEL aprovou o documento determinando os valores de referência (DVR) em dezembro de 2021, contendo a forma de consolidação dos indicadores, índices, os métodos e critérios para atribuição do Selo de Qualidade, com entrada em vigor a partir do mês de março do ano de 2022.

4 - Perfil da Empresa

A Companhia é uma das principais provedoras de serviços integrados em telecomunicações no Brasil, reunindo aproximadamente 59,2 milhões de Unidades Geradoras de Receita ("UGR") ao fim de 2021. A Companhia atua em todo o território nacional e oferece uma variedade de produtos de telecomunicações integrados que incluem Fibra até a casa do cliente (FTTH), telefonia fixa e móvel, uso de redes (interconexão), transmissão de dados (inclusive banda larga) serviços TIC e televisão paga (oferecidos também em pacotes *double-play* e *triple-play*), serviços de internet e outros serviços de telecomunicações, para clientes residenciais, empresas, órgãos governamentais, outras operadoras e prestadores de telecomunicações. Alinhado à Estratégia da Companhia, iniciamos o processo de diversificação de portfólio por meio de soluções que vão além da conectividade, desenvolvendo novos produtos em segmentos como casa conectada, segurança, serviços financeiros e conteúdo digital, entre outros, disponibilizados aos consumidores no *Marketplace* da Oi, o Oi Place.

A Oi Fibra atingiu a marca de 14,2% de *market share* no segmento de fibra ótica, com 3,7 milhões de acessos. Também obteve um crescimento de 0,4 p.p. de *market share* de banda larga de ultra velocidade (acima de >34 Mbps, segundo classificação da ANATEL), atingindo 10,4% ao fim de 2021.

5 - Estratégia da Companhia e Novos Negócios

Em 2021, avançamos no nosso novo modelo estratégico aprovado no Aditamento ao PRJ (incluindo no Item 6 deste Relatório), e entramos na 4ª fase da nossa transformação estratégica ancorada em quatro pilares:

- Aceleração dos negócios core e Novas Fontes de Receita, com foco no crescimento e otimização da rentabilidade da fibra ótica aliado ao desenvolvimento de novos negócios para entregar experiências digitais aos nossos clientes;
- Transformação organizacional e readequação da estrutura de custos, com melhoria contínua da performance operacional e financeira;
- Equacionamento da Concessão, com foco na sustentabilidade do negócio;
- Desenvolvimento da Vtal, com governança independente e valorização significativa do *equity* da Oi.

Para garantir a operação sustentável e o rigoroso controle de custos, várias ações em diferentes frentes seguem sendo realizadas, como aumento significativo dos níveis de digitalização, a contínua revisão e otimização de processos e a readequação de foco operacional nas áreas que representam o futuro da Companhia.

Em dezembro de 2021, o serviço Oi Fibra superou a marca de 3,4 milhões de casas conectadas, base 60,4% superior à de 2020, alcançando uma taxa de ocupação de 23,2%. A velocidade de implantação foi acima do previsto, atingindo mais de 14,5 milhões de casas passadas em 198 cidades. O plano prevê expansão contínua de casas passadas com fibra ao longo dos próximos anos. O centro da estratégia de investimentos é a aceleração dos projetos de fibra ótica, que possibilitam um grande crescimento das operações de banda larga residencial, e que dão sustentação também para as atividades no mercado B2B, no atacado e na manutenção de bom desempenho no mercado móvel, em momento de venda e transição de ativos.

A Companhia manteve falar de investimento, com Capex chegando a R\$ 75 bilhões ao final de 2021. A Companhia tem confiança de que o *closing* de venda de ativos non-core e o foco na eficiência operacional irão garantir os recursos suficientes para financiar as nossas operações conforme planejado.

Durante o ano de 2021, entregamos compromissos relevantes, entre eles:

- Conclusão a venda das UPis de Torres e *Datacenters*;
- Assinamos acordo com o BTG para venda do controle da UPI de Infraestrutura (Vtal), aprovado pelo CADE;
- Avançamos com a UPI Ativos Móveis nas análises dos órgãos reguladores.

Novos Negócios

Em 2021, a Oi continuou o seu comprometimento com o desenvolvimento de iniciativas ligadas à inovação, P&D e Novos Negócios, criando uma vice-presidência dedicada a geração de novas receitas. Através de verticais para temas relevantes para o ecossistema de conectividade e para a vida digital dos clientes, como: *Marketplace* (Oi Place), Casa Inteligente, Agregador de Conteúdo de Vídeo (Oi Play - iVOD, SVOD e canais ao Vivo), Educação, Saúde, Serviços Financeiro, Soluções para PMEs, Geolocalização, Marketing Digital, Big Data, IoT e Segurança.

6 - Recuperação Judicial

Não encerramento da Recuperação Judicial

Em 28 de fevereiro de 2020, a Oi, a Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), incorporada na Companhia em 22 de fevereiro de 2022), a Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial ("Telemar"), incorporada na Companhia em 3 de maio de 2021), a Portugal Telecom International Finance B.V. - Em Recuperação Judicial e Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. - Em Recuperação Judicial (todas em conjunto, "as Empresas Oi" ou as "Recuperandas") protocolaram, perante o Juízo da Recuperação Judicial, uma petição expondo seu interesse em levar para a deliberação de uma nova assembleia geral de credores ("Nova AGC"), um aditamento ao Plano ("Aditamento ao Plano" ou "Aditamento ao PRJ") objetivando alcançar maior flexibilidade operacional e financeira para continuar seu projeto de investimento e o cumprimento de seu plano estratégico de transformação ("Plano Estratégico"), ambos já amplamente divulgados ao mercado.

Em linha com o disposto acima, em 6 de março de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante, informando que o Juízo da Recuperação Judicial profereu decisão, nessa mesma data, deferindo o pedido da Companhia para a realização de Nova AGC para deliberação acerca de um Aditamento ao Plano.

Em 15 de junho de 2020, as Empresas Oi protocolaram junto ao Juízo da Recuperação Judicial, a proposta de Aditamento ao PRJ, que teve o objetivo de dar maior flexibilidade ao PRJ original, com a criação de uma estrutura societária e operacional mais eficiente, visando a maximização do valor da Companhia em benefício de todos os seus *stakeholders*. Este movimento esteve completamente alinhado ao Plano Estratégico, que vem sendo implementado com transparência.

Em 13 de agosto de 2020, as Empresas Oi protocolaram junto ao Juízo da Recuperação Judicial proposta atualizada do Aditamento ao PRJ ajustando determinados termos e condições. Tal proposta refletiu as diversas interações com credores, potenciais investidores e outros *stakeholders*, inclusive aquelas conduzidas perante o mediador nomeado pelo Juízo da Recuperação Judicial, com o objetivo de discutir melhorias ao Aditamento ao PRJ.

O Aditamento ao PRJ foi submetido à votação dos credores das Recuperandas e aprovado na Nova AGC realizada em 8 de setembro de 2020, data da primeira convocação, tendo sido homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial por meio de decisão proferida em 5 de outubro de 2020 e publicada em 8 de outubro de 2020, decisão essa que ainda rejeitou todas as alegações de nulidade procedimentais da Nova AGC, afastando a alegação de tratamento desigual entre os credores e rejeitando os pedidos de nulidade do quórum de votação e aprovação do Aditamento ao PRJ, por não contarem vícios em sua formação e vontade e, dentre outras providências, fixou o prazo de 12 (doze) meses para o encerramento da recuperação judicial das Recuperandas, contados da data da publicação da referida decisão, podendo ser prorrogado, caso haja necessidade de se utilizarem os atos relativos às alienações previstas no Aditamento ao PRJ.

Em 2 de setembro de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial profereu decisão, deferindo o pedido das Recuperandas de prorrogação do prazo de supervisão judicial do Processo de Recuperação judicial até o final de março de 2022, uma vez demonstrada a necessidade (i) de se utilizarem os atos relativos às alienações das UPis; e (ii) de serem implementadas

determinadas condições previstas no Aditamento ao PRJ, além de ter sido parecer favorável do Administrador Judicial e do Ministério Público que atua no caso. Posteriormente, em atenção aos embargos de declaração opostos por determinadas instituições financeiras, o Juízo da Recuperação Judicial profereu decisão esclarecendo que o período de supervisão judicial foi prorrogado até a data específica de 31 de março de 2022. Contra a decisão, foi interposto recurso por instituição financeira, para que a supervisão judicial se encerre apenas em 30 de maio de 2022, conforme expressamente previsto no Aditamento ao PRJ. Em 9 de fevereiro de 2022, foi negado provimento ao referido recurso, ficando mantido o prazo de encerramento da Recuperação Judicial para 31 de março de 2022.

Destaca-se que o Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES ("BNDES"), após embargos de declaração contra o acórdão que negou provimento ao seu recurso, a fim de que seja reconhecido o



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

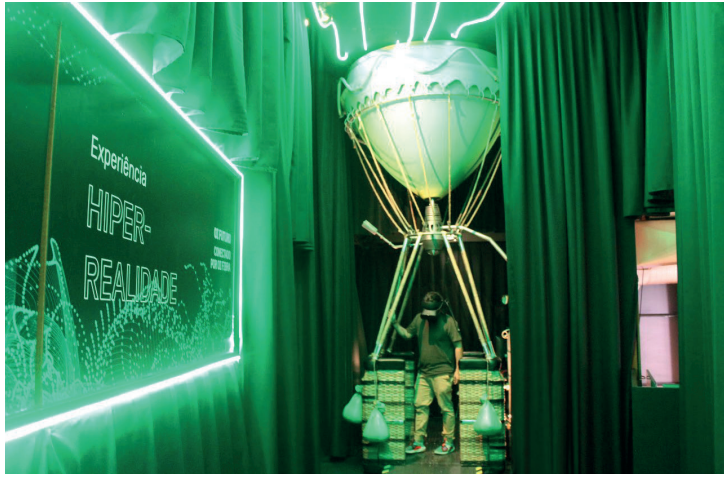
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Além da dimensão escolar, o NAVE sistematizou e disponibilizou materiais de referência como e-books, guias, especiais e conteúdos audiovisuais com o objetivo de disseminar o conhecimento produzido pelo Programa, provocando reflexões e inspirando professores, escolas e redes de ensino. Em 2021, em uma parceria inédita com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e apoio técnico do Provir, o Oi Futuro lançou o e-book "Experiências Didáticas: Arte e cultura construindo caminhos para o sucesso escolar", disponibilizando gratuitamente práticas pedagógicas criadas nas escolas NAVE paulistas na interdisciplinaridade, multiletoral e cultural digital. Somando o e-book experiências Didáticas a produções anteriores (e-NAVE: Guia de Práticas Pedagógicas Inovadoras, Especial Práticas Inovadoras para o Ensino Médio, Guia Empreendedorismo Social na Educação e e-NAVE em Movimento), o material digital produzido pelo Instituto alcançou em 2021 mais de 28 mil usuários. Outros conteúdos inéditos foram lançados pelo NAVE Média LAB Digital, plataforma de apoio ao ensino remoto e híbrido que disponibilizou gratuitamente trilhas automatizadas, vídeo-tutoriais, video-cases e mentorias alcançando 37 mil visualizações. Os conteúdos também foram disponibilizados na plataforma Aprendendo Sempre - hub voltado a gestores educacionais, professores, estudantes e famílias para promover experiências de ensino e aprendizagem remota - que alcançou mais de 29 mil usuários. Ainda no âmbito da cultura, o Oi Futuro contribuiu na certificação de mais de dois mil educadores da rede pública em cursos próprios e de parceiros, como Google for Education e SMI Educação. Em um esforço conjunto para enfrentar a evasão escolar, em articulação com a Globo, Fundação Roberto Marinho, Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consead) e mais de 25 organizações sociais, institutos e fundações, o Oi Futuro co-assinou a campanha #NãoAbandoneSeuFuturo, que chegou a mais de 116 milhões de lares em todo o Brasil. Outra parceria do Oi Futuro com resultados expressivos é a participação na Ferrite Curriculo e Novo Ensino Médio, liderada pelo Consead com o propósito de oferecer apoio técnico às redes estaduais de educação para a implementação de currículos do Novo Ensino Médio. Até dezembro de 2021, 21 estados tiveram seus referenciais curriculares aprovados e homologados pelos respectivos conselhos estaduais de Educação. Com programas educativos e de formação, workshops, ciclos de aceleração e mentorias para formação ampla do indivíduo e apoio ao desenvolvimento de soluções digitais inovadoras, o Oi Futuro impactou também centenas de empreendedores, organizações e negócios nas cinco regiões do país.

No início do ano, o Labora Edu - Ferramentas de Comunicação Digital ofereceu um ciclo de quatro workshops para apresentar tecnicamente a empreendedores sociais e profissionais da economia criativa as vantagens e oportunidades da atuação digital. Os participantes tiveram contato com ferramentas como Facebook Ads, Instagram Ads, Google Ads e Google Analytics, além de quatro horas de mentorias com especialistas de mercado. Em março, o Mentorias Oi Futuro para Mulheres alcançou 21 estados e o Distrito Federal. Edição realizada exclusivamente por e para mulheres, com mais de 3000 inscritas, o Mentorias organizou atendimento online individualizado nas áreas de gestão de negócios, comunicação estratégica, planejamento e gestão financeira. Em parceria com a Sebrae, o Oi Futuro lançou no segundo semestre de 2021 o Ideia & Impacto, que promoveu maratonas e workshops para jovens empreendedores de todo o estado do Rio de Janeiro estruturaram suas iniciativas de impacto social e desenvolverem seus papéis de liderança. O projeto disponibilizou uma programação gratuita de cursos (Maratona de Ideias), para formação de negócios de impacto social, e talks temáticas (Fala Especialista), para apoiar potenciais empreendedores que desejavam tirar suas ideias do papel e desenvolver iniciativas que gerem soluções para melhorar a sociedade. Além dessas ações, o ano de 2021 também trouxe uma parceria inédita que levou o Oi Futuro ao Mato Grosso. Em conjunto com a Secretaria Estadual de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso, o Instituto lançou o MOVE_MT, projeto de fortalecimento do ecossistema da cultura e da economia criativa mato-grossense. Na primeira fase do MOVE_MT, foram realizados quatro workshops coletivos e gratuitos para 245 empreendedores. Um edital posterior selecionou 30 iniciativas para um ciclo de aceleração de seis meses, que incluíu encontros, workshops coletivos e mentorias individualizadas nas áreas de gestão e tecnologia. Ao final deste ciclo previsto para segundo semestre de 2022, serão premiadas as iniciativas com melhor desempenho, além de participarem de um intercâmbio no Lab Oi Futuro - hub de educação empreendedora do Oi Futuro, um espaço de formação para impulsionar organizações, negócios e iniciativas.

Cultura Em seus 20 anos de história, o Oi Futuro sempre apostou na democratização da produção e do acesso à cultura para o rompimento de fronteiras sociais e a construção de futuros mais diversos e inclusivos. Por isso, mesmo com a pandemia, o Centro Cultural Oi Futuro e o Museu mantiveram sua programação online e digital, com peças de teatro, exposições e cursos. Os espetáculos teatrais online e as visitas em 360° tiveram alcance nacional e destaque na imprensa. Com a reabertura para o público, o Museu - Museu das Comunicações e Humanidades, que fica no prédio do Centro Cultural Oi Futuro, no bairro do Flamengo, Rio de Janeiro, inaugurou uma nova experiência de realidade virtual. Nesta instalação imersiva, o visitante entra em um balão cenográfico e, com uso de óculos de realidade virtual, faz um sobrevoo pela cidade do Rio, passando por sua arquitetura e história.



Fruto de uma parceria com a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro, o Oi Futuro lançou em 2021 o Programa HUB+, um edital para disseminar a experiência do Museu no uso de novas tecnologias, gestão de acervo e práticas de acessibilidade qualificando uma rede de profissionais de 1000 selecionados no território fluminense. Através de cursos e uma plataforma digital, eles têm acesso a conteúdos gravados e formações online ao vivo. Em mais um ano de grandes desafios, as mostras do Centro Cultural Oi Futuro provocaram reflexões sobre o futuro da sociedade. Exposições como Quiet Room, do artista francês Parse/Art, Meu filho só anda um pouco mais lento e MIHNA - Museu Imaginário de História Natural da Amazônia abordaram temas como saúde mental, inclusão, diversidade e meio ambiente, com instalações tecnológicas e imersivas. Nas artes cênicas, com temporadas transmitidas online e ao vivo, o destaque foi o espetáculo musical infantil Menina Akili e seu tambor cálice, que busca reforçar a autoestima e cultura afro-brasileira para toda a família. Sob a gestão do Oi Futuro, foi lançado em maio a 17ª edição do Programa Oi de Patrocínios Culturais Incentivados, reforçando em seu manifesto a conexão com o presente e exercício contínuo da construção de futuros mais sustentáveis. Em tempos de pandemia, teve foco em experiências híbridas, formatos inéditos de interação com o público e as novas cenas artísticas que valorizam a diversidade. Os projetos culturais apoiados pelo Oi Futuro em todo o país reforçaram suas ações voltadas para inclusão e diversidade, qualificação profissional e geração de oportunidades. Ao longo de 2021, os projetos se valeram do uso inovador da tecnologia para ampliação de públicos e sempre em conexão com diversos temas relacionados aos ODS e aos desafios da sociedade. Dentre os destaques estavam a plataforma virtual do Favela Sounds, que conectou a indústria criativa de periferias, gerando inclusão produtiva de jovens empreendedores populares; o Festival PULPA, que impulsionou a cena artística LGBTQIUA+ com ações afirmativas; o Festival Kinobeat com uma edição dedicada à temática ambiental unindo cineastas, artistas e pensadores para produção de arte e tecnologia; e por fim, o Festival MANA, realizado por e para mulheres, com foco na cena artística feminina do norte do país e em ações de qualificação profissional.

Sempre construindo parcerias de impacto, o Programa Pontes, investimento conjunto do Oi Futuro com o British Council, lançou o programa Pontes Ao Cubo, transmitido nos canais do Oi Futuro com apresentação dos resultados nacionais e internacionais gerados nos três anos do Pontes por meio das histórias e depoimentos dos produtores, artistas e empreendedores impactados. Também fruto de parceria com o British Council, foi lançada em 2021 a 3ª edição do ASA - Arte Sônica Amplificada. Criado para impulsionar a equidade de gênero na indústria brasileira de som e música, foram selecionadas um recorde de 400 mulheres de todo o Brasil para participar de um processo de formação, networking e apresentações com mentorias britânicas e brasileiras, além de intercâmbio com festivais internacionais.

GOVERNANÇA O sistema de governança no qual a Companhia está inserida engloba seu estatuto social, estrutura societária, estrutura organizacional, políticas, procedimentos e práticas adotadas, como também as disposições previstas no PRJ das Empresas Oi e em seu aditamento, homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial em outubro de 2020. O atual Estatuto Social da Companhia, aprovado em setembro de 2018 e alterado em 26 de abril de 2019, 16 de outubro de 2020, 19 e 30 de abril de 2021 caracteriza-se pela adoção de elevados padrões de governança corporativa, que incluem, dentre outros pontos: (i) convertibilidade das ações preferenciais, quando e nas condições aprovadas pelo Conselho

de Administração; (ii) mínimo de 20% de conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; (iii) vedação à acumulação de cargos de Presidente do Conselho e Diretor Presidente ou principal executivo; (iv) obrigatoriedade do Conselho de Administração se manifestar sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações da Oi; (v) obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Nível 1 de Governança Corporativa, exceto em caso de ingresso no Nível 2 de Governança Corporativa ou no segmento do Novo Mercado; e (vi) obrigação de resolução de disputas e controvérsias por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado.

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto integralmente por Conselheiros Independentes, em um total de 11, de acordo com o que estabelece o artigo 24 do Estatuto Social. Com o objetivo de aperfeiçoar sua governança e alinhá-la aos desafios e necessidades que se apresentam, a Companhia possui atualmente quatro comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, quais sejam: Comitê de Auditoria, Riscos e Controles ("CARC"); Comitê de Transformação Estratégica e Investimentos ("CTEI"); Comitê de Gente, Nomeações e Governança ("CGNG"); e Comitê de Inovação e Transformação Digital ("CITD"). Cabe destacar que o CARC é um comitê estatutário, conforme Resolução CVM nº 23/21, composto por cinco conselheiros independentes; o CTEI é um comitê e responsável por acompanhar e supervisionar a implementação e execução do plano estratégico de transformação aprovado pelo Conselho de Administração, definido as respectivas metas e cronogramas; o CGNG é responsável por zelar pela contínua adoção das melhores práticas de governança corporativa e conduta empresarial, bem como supervisionar a estratégia de recursos humanos da Companhia; e o CITD é responsável por executar e desenvolver as políticas e estratégias de negócios e mercado do portfólio de negócios, analisar estratégias tecnológicas de transformação digital e acompanhar o ciclo de inovação e viabilidade de investimentos em novas linhas e oportunidades de negócio da Companhia. Em relação às suas Assembleias Gerais, a Oi vem, consistentemente, adotando a prática de estender o direito de voto aos titulares dos ADRs. Visando facilitar e estimular a participação dos seus acionistas, passou a disponibilizar em seu website e no website da CVM e da B3, a cada convocação, um Manual para a participação dos acionistas nas Assembleias Gerais, que oferecem informações sobre as matérias a serem discutidas, modelos de procuração para os acionistas, dentre outras informações.

Gestão de riscos A Oi acredita genuinamente na gestão de riscos como uma ferramenta indispensável para seu sucesso empresarial e atingimento de objetivos estratégicos. Trata-se de parte integrante e fundamental da governança necessária para o crescimento sustentável, rentabilidade, preservação e geração de valor para a empresa, acionistas e clientes, dado que este processo permite a identificação não somente de ameaças, como também de oportunidades. Riscos são inerentes a qualquer atividade de negócio, por isso é preciso conhecê-los e gerenciá-los adequadamente. Um efetivo processo de gestão de riscos vai muito além de apenas estar aderente a normas e melhores práticas de mercado, é preciso ter como finalidade prevenir e gerenciar os riscos de maneira eficaz, permitindo que responsáveis, em todos os níveis da governança, tenham acesso tempestivo a informações suficientes relacionadas aos riscos aos quais estão expostos, de forma a suportar decisões e definir estratégias de mitigação que diminuam a probabilidade e minimizem eventuais impactos a níveis aceitáveis. Neste sentido, ao longo de 2021 foram iniciadas as medidas implementadas para aperfeiçoar e tornar ainda mais efetivo este processo na companhia, entre elas destacamos:

- Processo de Risk assessment mais conectado a estratégia
- Riscos e fatores de riscos corporativos foram e são atualizados junto a Alta Administração e Conselho com foco no plano estratégico da Nova Oi.
- Criação de portfólios de riscos específicos

Para além de riscos corporativos estruturados também foram mapeados portfólios específicos com a finalidade de dar maior profundidade e atenção adequada a cada tema que, por exemplo, Portfólios de riscos de Integridade e Privacidade.

- Empoderamento de Risk Owners e fortalecimento do accountability

Para cada risco são designados executivos responsáveis e facilitadores que periodicamente prestam contas sobre a "jornada do risco" na Companhia.

- Estabelecimento de comitês executivos especializados

Estes comitês são compostos por times multidisciplinares de alto nível técnico para supervisão e assessoramento da Alta Administração sobre riscos específicos conforme natureza e escopo de cada comitê e portfólio.

- Monitoramento contínuo por fator de risco

Por trás de cada risco existe uma camada de diversos fatores que são possíveis gatilhos para sua materialização. Diante disto, passamos a monitorar ações e indicadores não mais apenas por riscos, mas também por fatores de riscos com objetivo de ter uma resposta mais apropriada para cada caso.

- Gestão de Riscos na Prática

Acreditamos em um gerenciamento de riscos próximo as pessoas no dia a dia, presente em reuniões de trabalho e útil no processo de tomada de decisão, como uma ferramenta de gestão disponível. Para isto, investimos cada vez mais em treinamentos e comunicações internas que capacitem liderança, colaboradores e parceiros na gestão de riscos. Este conjunto de iniciativas é regido pela Política de Gestão de Riscos revisada e aprovada periodicamente pelo Conselho de Administração e disponível no site de relações com investidores da Companhia, compondo um verdadeiro sistema de gerenciamento de riscos que inclui inter-relações entre riscos, estratégia, processos, pessoas, tecnologia e conhecimentos, visando a maior cobertura e abrangência possível para se antecipar e prevenir possíveis materializações e efeitos adversos.

Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios Diretamente conectado ao gerenciamento de riscos, o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios (SGCN) da Oi visa a prevenção e tratamento de eventos que possam afetar a continuidade dos seus negócios e operações, preservando ativos e a resiliência da organização. A metodologia do SGCN Oi é baseada na ISO 22301, melhores práticas de mercado e requisitos regulatórios, e consiste no desenvolvimento de planos estruturados multidisciplinares e integrados em um ciclo composto das etapas de Planejamento, Preparação, Resposta, Retomada e Melhoria Contínua, incluindo para além de medidas preventivas, protocolos de gerenciamento de crises e efetivo tratamento de eventos de risco de modo a assegurar o prosseguimento dos processos de negócio mais críticos, evitando que eles sofram danos significativos e provoquem perdas.

É nisto que acreditamos e no que estamos engajados, em um SGCN que proteja acima de tudo, nossos clientes e garanta bases sólidas para nossas operações no presente e no futuro.

Colaboradores A Oi possui 1.228 colaboradores, considerando Lojas Próprias, na atividade de telecomunicações, sendo 63 estagiários e 70 aprendizes. O total de colaboradores, 64% são do sexo masculino e 36% do sexo feminino. Os cargos executivos são integrados por 69% de homens e 31% de mulheres.

A média de idade dos colaboradores é de 41 anos, com um tempo médio de empresa de 9 anos. Adicionalmente, a Oi possui 15.140 terceiros alocados em atividades de call center, 22.273 em atividades de vendas, 34.990 em atividades de implantação e manutenção de rede e 7.767 em atividades administrativas, totalizando 80.170 terceiros. Destes, 27.764 pertencem ao Grupo Oi (inclui as empresas Serede e Tahto).

No ano de 2021, concluímos a contratação de 1.742 vagas na Oi, sendo 3% vagas de gestores e 97% vagas profissionais, destas 91% são referentes ao recrutamento externo. Fechamos a efetivação de 53 estagiários como colaboradores e realizamos 938 promoções.

Por meio de programas especializados, forma-se uma equipe de primeira linha: 177 Facilitadores de Gestão, 5 Master Black Belts, 32 Black Belts, 180 Green Belts, 1.255 Yellow Belts e 1.096 White Belts.

Com o desafio de pavimentar uma nova cultura, a Oi vem promovendo o alinhamento de toda a Companhia em busca dos objetivos de negócio. Partindo da estratégia, o Modelo de Gestão confere clareza de objetivos e responsabilidades, assim como disciplina e cadência à execução, com estímulo ao trabalho em Equipe e a colaboração entre as áreas, reforçando o comprometimento com os resultados da Companhia.

A área de Pessoas e Cultura da Companhia trabalha continuamente na adequação da sua estrutura e processos às estratégias de negócios da Companhia, de forma a viabilizar maior eficiência operacional.

A Oi trabalha com ferramentas como promoções por meritocracia, recrutamento interno, onde as vagas abertas são disponibilizadas para os colaboradores, ciclos de acompanhamento do desempenho, reforço e valorização da cultura de autodesenvolvimento, onde o colaborador é protagonista da sua carreira. Mantendo assim, programas estruturados em seus diferentes níveis funcionais, com vistas ao desenvolvimento e ao aprimoramento das competências de seus colaboradores.

A Oi mantém programas estruturados em seus diferentes níveis funcionais, com vistas ao desenvolvimento e ao aprimoramento das competências de seus colaboradores. A Companhia possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos-chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento entre os seus colaboradores. Iniciamos em 2021 programas específicos de Upskilling para áreas de tecnologia visando desenvolver, atualizar e aperfeiçoar novas competências para os colaboradores e Programas de Reskilling interno para preencher gaps de formação, apoiar no preenchimento de vagas e possibilitar ao colaborador uma mudança de carreira. Entre os programas voltados para todos os colaboradores, destacam-se as Trilhas de Desenvolvimento de Competências Técnicas e Comportamentais, Treinamentos Institucionais e de Diversidade, Inovação, Tecnologia, Saúde e Segurança, Treinamentos de Negócios e Treinamentos de Liderança, nos diversos formatos e metodologias digitais. No ano de 2021 os treinamentos realizados totalizam 588.287mil horas.

Ao longo do ano, mantivemos um portfólio exclusivo para a liderança e investimos em desenvolvimento, refletindo as movimentações da companhia e aplicações para a Nova Oi. Até dezembro, registramos 65% da liderança como participantes de pelo menos um treinamento desenvolvido. Realizamos 19 turnas no ano, com 1480 participações e ainda tivemos 753 sessões de mentoria externa, com 382 participantes. As avaliações dos workshops registraram NPS 91 e 100% da liderança que participou indica que os conhecimentos são de aplicação imediata e dizem provocar transformações na forma de pensar ou agir.

No tema Saúde e Segurança do Trabalho a Oi vem demonstrando significativo incremento em sua política e cultura de cuidado e atenção. A boa performance tem sido sustentada pelas iniciativas implementadas nos últimos anos, aliadas a uma área cooperativa de Saúde e Segurança eficiente na definição de métodos e gestão de processos, com o foco em manter sempre um ambiente de trabalho seguro. Em 2021, continuamos com o desafio de redução no número de ocorrências no trabalho, considerando toda força de trabalho foi alcançada uma redução de 34,9% em relação ao ano anterior. Isso mostra que a empresa vem se alinhando às melhores práticas e tendências de mercado.

Além disso, a Oi tem investido significativamente no tema para preparação e resposta à emergências. A área de Saúde e Segurança do Trabalho é responsável no comitê de Gestão de Continuidade do Negócio por promover práticas que garantam a preservação do patrimônio da empresa, dos negócios e de nosso maior ativo: as pessoas. Para isso mantemos uma trilha online dedicada ao tema no Oi Educa, que é fortalecida por treinamentos práticos e simulados frequentes de preparação e resposta a crises, como a pandemia de COVID 19, que conta ainda com App desenvolvido para monitoramento da saúde dos colaboradores já tendo registrado mais de 386 mil acessos e com participação ativa dos nossos profissionais de saúde nos atendimentos à nossa força de trabalho. Campanhas específicas voltadas à prevenção e combate ao novo vírus também incluem ações de conscientização, incluindo sinalização dos prédios, compra e distribuição de máscaras e álcool em gel. Toda governança para gerenciamento da crise, já estava pré-definida com base na gestão de riscos e na sinergia promovida pelo trabalho em conjunto dos pilares que conformam a Gestão de Continuidade de Negócios na Companhia, envolvendo inclusão e acompanhamento dos provedores externos.

Entendemos que o investimento em Saúde Ocupacional gera uma série de benefícios, por isso a Oi monitora a condição laboral de seus colaboradores através de exames médicos (admissional, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho e demissional) e diversas ações e programas de cuidado, além de benefícios como prestação de assistência médica, hospitalar e odontológica, e auxílio-medicamentos aos empregados e seus dependentes.

Com o objetivo de incentivar o protagonismo de seus colaboradores em relação à Saúde, a Oi conta com um projeto de qualidade de vida moderno e promissor, o Vida.com. O programa é estruturado baseando-se em cinco maior dimensões (Física, Social, Intelectual, Emocional e Segurança) que noram o desdobramento das ações preventivas previstas. Entre os objetivos do programa destacamos: o aumento do nível de satisfação e do clima organizacional, redução do absenteísmo, redução de sinistros em saúde (Plano de Saúde), melhoria da saúde, qualidade de vida e bem-estar, aumento da produtividade,

bem como maior valor da marca empregadora. Mantemos ainda estruturado o Programa Regras de Ouro, que foi lançado com o objetivo de proteger a vida dos colaboradores e reduzir o potencial das ocorrências no trabalho de maior gravidade registradas no grupo, incluindo um robusto e confiável Programa de Toxicologia. Hoje temos mais de 4.000 colaboradores que firmaram um pacto pela vida, concluindo o treinamento que corresponde a mais de 15 mil horas nas 5 Regras.

Finalizados o ano de 2021 com todos os Acordos Coletivos de Trabalho aprovados e assinados pelos 28 sindicatos. Não tivemos nenhuma ocorrência de paralisação dos colaboradores com efeito relevante em nossas operações. Realizamos melhorias na navegação no Oi Educa, dando continuidade no desenvolvimento dos colaboradores e simplificando a sua jornada pela ferramenta. A coluna do robô Téo continua sendo exibida para facilitar o tratamento de frequência e deslugar os canais de atendimento.

O ano de 2021 foi muito singular, pois tivemos avanços significativos no Plano Estratégico com o progresso dos M&A e seguirmos imersos no trabalho remoto, fatos que impactaram o processo de comunicação com o público interno. Além de manter a mobilização operacional, alinhada com o direcionamento estratégico, asseguramos percepção de cuidado com as pessoas, fortalecer a cooperação estratégica e ser transparente sobre a reestruturação organizacional, a comunicação interna interna e incentivo a novos comportamentos e mentalidade ágil, para pautar o novo modelo de trabalho da companhia (mais colaborativo), que será motor de uma nova atuação no mercado.

Criamos estratégias para superar a distância física e manter o bom relacionamento interpessoal, com vínculos produtivos, seja através das mensagens sobre colaboração ou do incentivo ao elogio.

Em 2021, mantivemos os colaboradores alinhados ao Plano de Transformação, comunicando seus significativos avanços e dando visibilidade para comportamentos e projetos estratégicos. Mantivemos atualizado no intranet um espaço dedicado ao Plano de Transformação da Companhia, que foi lançado em 2020, e apresenta de forma objetiva o Plano, o conceito de separação estrutural e ainda direciona para conteúdos específicos sobre os temas relacionados à transformação, desde as mudanças mais estruturantes até a nova relação que deve ser cultivada com os consumidores. Reforçamos e humanizamos a estratégia através dos alinhamentos corporativos e executivos, vídeos e mensagens do presidente. Além disso, também construímos páginas específicas e comunicados segmentados com orientações para os processos de reorganização societária que afetam o público interno, como foi o caso da migração para a Vital, a transferência de registros de trabalho entre empresas do grupo Oi e os desdobramentos da incorporação da fibra.

Fortalecemos a estratégia de fibra, destacando a virada de receita no residencial e as vantagens competitivas do produto. Além de reverberar internamente o novo posicionamento da Oi Fibra e os conceitos desenvolvidos pelo marketing com a divulgação dos comerciais e ações digitais, também celebramos o marco de 3 milhões de clientes, a chegada da fibra a São Paulo, a liderança de crescimento e a expansão do número de clientes conectados.

Ampliamos o conhecimento sobre a nova atuação da Oi no mercado, comunicando ao longo de todo o ano a evolução das estratégias de negócios voltado para serviços digitais: no segmento de marketplace (com o Oi Place e produtos que habilitam para a vida digital, como o w/iH-mesh), no corporativo (com o Oi Soluções), nas ofertas para PMEs (com o Oi Seu Negócio), na plataforma de conteúdo online (com o Oi Play) e também na promoção do clube de vantagens para clientes e colaboradores (com o Oi Alegria). Destacamos também as novas verticais de atuação, como o Oi Conta ZAP, Oi_masterizados e etc. Impulsionamos as ofertas do varejo e o B2B com campanhas de mobilização. Inclusive, com parcerias que sorteariam recompensas para os colaboradores, como foi o caso da oferta da Oi Fibra com HBO Max.

Seguimos contribuindo com a estratégia da Companhia de presença nos canais digitais e nas mídias sociais; reforçamos com os colaboradores a importância de divulgar os canais digitais de atendimento ao cliente e mobilizamos os colaboradores a acessarem e fazerem parte das redes sociais da Oi.

Tendo como base a transparência, a área de comunicação deu continuidade à atualização da linha do tempo no intranet com os fatos relevantes sobre a Recuperação Judicial, como a apresentação do plano trienal 2022-2024 e os avanços das alienações das UPs, bem como aprovações regulatórias e concorrenciais.

Os colaboradores também acompanharam periodicamente os resultados da Companhia através da divulgação transparente dos resultados trimestrais da Oi e do desempenho dos Indicadores Corporativos, que garantem o direcionamento operacional. Além disso, contribuímos com a mobilização em torno do novo modelo de trabalho, através da comunicação das capacidades em prol da agilidade e também com a divulgação do modelo de gestão ambidestro, e a adoção dos OKRs na Oi. Para potenciar o modelo de agilidade, mais de 1.000 pessoas foram envolvidas em times ágeis, o que viabilizou as entregas estratégicas de forma colaborativa e multidisciplinar.

Em 2021 a Oi e o Oi Futuro realizaram mentorias para os colaboradores do Geração NAVE, programa de talentos exclusivo para alunos formados na iniciativa de educação do Oi Futuro e que já está em sua terceira edição. As mentorias têm o objetivo de apoiar o desenvolvimento profissional dos egressos contratados como residentes digitais na Oi.

Em 2021, tivemos três Alinhamentos Corporativos, eventos internos da alta liderança com toda a Companhia. Esses encontros foram realizados remotamente e transmitidos para os colaboradores em todo Brasil de forma online. Nosso primeiro evento, em abril, foi dedicado a deixar todos na mesma página sobre o progresso da nossa operação e os próximos passos relacionados ao redesign organizacional. Em julho, apresentamos para a Companhia mais detalhes do plano estratégico para o triênio de 2022 a 2024 e falamos sobre a importância da mudança de mentalidade para um ambiente de trabalho cada vez mais ágil, eficiente e colaborativo. Para encerrar o ano, no nosso último encontro, agradecemos o comprometimento dos colaboradores em 2021, além de reforçar as diretrizes estratégicas e atualizar a todos sobre o andamento das transições relacionadas à Vital e à Operação Móvel.

Neste segundo ano completamente digital, dado o predomínio do trabalho remoto, nossas iniciativas promoveram o engajamento interno com o objetivo de manter a conexão entre o colaborador e a Oi. Para isso, aproveitamos as datas comemorativas e nossos eventos patrocinados para fortalecer esse relacionamento. Foram diversas ações digitais, disponíveis na Interativa para os colaboradores de todo Brasil, como foi o caso do Envoio da poesia especial no Dia das Mães, o Bolão das Olimpíadas (destacando os Atletas de Fibra) e as oficinas do Dia das Crianças.

Outros eventos que colocaram o time Oi em conexão foram os Encontros pela Diversidade e o Momento Conhecimento. Este último, completou 2 anos com 24 edições e mais de 38 mil participações em palestras de diversos temas como inovação, tecnologia, habilidades humanas e tendências, além de um edital especial para a liderança. Já no pilar de Diversidade, além do C&E e da capacitação voltada para superar vieses inconscientes, tivemos palestras que abordam temas como gênero, cor/etnia, orientação afeto sexual, deficiências e suas interseções. O objetivo é ampliar audiências, promover diálogos entre colaboradores e gestores, reflexões e conscientização, além de construir um ambiente de trabalho cada vez mais seguro e respeitoso. Em 2021, seguindo o calendário de Diversidade, tivemos o Oi por Elas, em março, o Oi por Todos, em junho, além do Oi Minha Cor e o Oi pela inclusão em novembro.

Além disso, iniciamos em maio de 2022, o movimento "Elogiar faz bem", estimulando a troca de mensagens positivas e reforçando o reconhecimento das atitudes essenciais para a transformação da Oi. Outro movimento importante foi destacado através da campanha "Fala Sério", que foi lançada em agosto para disseminar a cultura de ética, integridade e conformidade, ressaltando comportamentos que devem ser banidos da Oi.

Por fim, cabe mencionar a realização de pesquisas internas, canais diretos com os colaboradores que permitem mapear ações e direcionar esforços alinhados com a visão do público interno. Nesse sentido, a Pesquisa de Monitoramento do Engajamento para a Transformação, realizada trimestralmente, teve como objetivo captar percepções sobre o ambiente interno e fatores importantes para os desafios da transformação da companhia. A pesquisa foi realizada em três ondas, por meio de formulário interno online e seus itens foram organizados em cinco pilares: transparência e comunicação; liderança e protagonismo; ambiente respeitoso e saudável; atitudes para a transformação e mindset ágil. Em novembro de 2021 realizamos a 3ª onda da pesquisa e, mesmo após as mudanças, mantivemos o nível de engajamento interno do início do ano. Todos os pilares apresentaram pequena queda com relação aos valores registrados na 2ª onda, mas ainda assim, o engajamento dos colaboradores se manteve em patamar elevado: acima de 80% de favorabilidade. Além da Pesquisa de Engajamento, tivemos também a pesquisa de Percepção do Trabalho Remoto, que teve como objetivo entender as percepções sobre o atual modelo de home office e assegurar qualidade de vida, transparência, produtividade e acolhimento. A pesquisa foi realizada em maio também através de formulário interno online e a partir dos resultados observamos, desenvolvemos um guia de boas práticas em home office para prover informações úteis e que contribuam com o dia a dia sobre: vida saudável, organização prática, pausas inteligentes, reuniões produtivas e comunicação transparente.

Em 2021, a Oi manteve sua atuação em patrocinios, com foco em projetos relacionados a esporte e games. Na categoria esporte, o destaque foi o STU Open, etapa do circuito nacional de Skate Street & Park, que aconteceu no Rio de Janeiro. A edição marcou a retomada do público no evento, seguindo os protocolos sanitários exigidos para o momento da pandemia. O evento também contou com transmissão online. A Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, como conexão da cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa, além de oferecer Oi WiFi para o público presente.

Já nas redes sociais, em um ano de grandes resultados no surfe e no skate brasileiro, a fibra e a capacidade de superação dos grandes talentos apoiados pela companhia foi inspiração para os conteúdos veiculados no último ano. Durante o período olímpico a Oi reforçou o seu apoio de 19 anos aos esportes com o conceito "Atletas Oi Atletas de Fibra". A campanha trouxe a hashtag "Onde tem Fibra #TamoJuntos" reforçando o posicionamento da Fibra, criando uma relação com a performance dos atletas em pontos como: desempenho, velocidade e estabilidade. Além disso, a Oi também lançou uma campanha de agradecimento aos atletas e o apoio da torcida que esteve ao lado dos atletas patrocinados pela companhia ao longo do ano de 2021.

Entre os projetos da plataforma de games e tecnologia destaca-se a Game XP, que é o maior game park do mundo e que nesse ano teve sua primeira edição no formato digital. A Oi esteve presente como patrocinadora master, com naming da arena de games, a Oi Game Arena, sendo a Oi Fibra, a internet oficial do evento. Na Oi Game Arena ocorreu a final do Grims League, campeonato de CS:GO feminino, projeto também patrocinado pela Companhia, que marcou a primeira liga de CS:GO feminino no Brasil, fortalecendo a presença das mulheres nos games.

Por fim, a empresa reforçou sua presença de marca, com atuação nos territórios de esportes, games e tecnologia, com parcerias com influenciadores e buscando amplificar o alcance dos projetos patrocinados, por meio de produção de conteúdo em seus feeds sociais. No território de Games, a cobertura da Game XP trouxe os melhores momentos e backstage do evento 100% online, potencializando a experiência da conexão Oi Fibra e reforçando também os atributos do produto. Essa ação de conteúdo impactou mais de 5 milhões de visualizações nos stories e a campanha de Game XP teve mais de 36 milhões de impactados.

14 - Auditoria Externa Nos termos da Instrução CVM nº. 381/2003, informamos que a Oi S.A. e suas controladas contrataram a BDO RCS Auditores Independentes S/S para a prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e prestação de serviços de não auditoria, permitidos pelas regras de independência adotadas no Brasil e nos Estados Unidos.

Sais serviços não superaram o patamar de 5% do total dos honorários relativos à prestação de serviços de auditoria externa. A política da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados aos de auditoria se fundamenta nos princípios de independência e transparência do auditor externo. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Em cumprimento à Instrução CVM 381, a Oi informa que, em 2021, a BDO RCS Auditores Independentes SS e suas partes relacionadas, não prestaram serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio de Carta de Independência apresentada periodicamente à Companhia.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma									
		Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado
				2020					2020
				Reapresentado					Reapresentado
Ativo Circulante	Nota	2021	2020	2021	2021	2020	2021	2020	2021
Caixa e equivalentes de caixa	8	769.582	1.952.680	2.917.251	4.107.941				
Aplicações financeiras	8	185.307	184.682	188.566	193.715				
Instrumentos financeiros derivativos		7.175		7.175					
Créditos com partes relacionadas	29	2.616.447	33.912						
Contas a receber	9	3.350.284	1.400.570	4.264.954	4.140.985				
Estoque		188.276	66.033	311.622	378.462				
Tributos correntes a recuperar	10	138.436	45.159	297.305	358.121				
Outros tributos	11	679.337	929.572	897.338	1.823.744				
Depósitos e bloqueios judiciais	12	933.644	716.047	1.181.457	1.095.827				
Dividendos e juros sobre o capital próprio	29	22.866	2.466	25					
Ativo relacionado aos fundos de pensão	27	793	4.984	2.175	7.618				
Despesas antecipadas	13	548.157	233.952	577.803	491.380				
Ativos mantidos para venda	31	3.527.711	100.622	35.043.996	20.154.976				
Demais ativos	14	875.092	346.445	736.670	756.515				
		13.843.107	6.017.124	46.426.067	33.509.284				
Não circulante									

continuação



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo do exercício	(8.516.185)	(10.529.963)	(8.492.526)	(10.528.499)
Resultado na contabilidade de "hedge"	3.343	(2.409)	3.343	(2.409)
Gainho (Perda) atuarial	(15.873)	580.134	(15.873)	579.956
Variação cambial sobre investimento no exterior	(6)	53.404	(9.390)	99.966
Resultado abrangente de operações continuadas	(12.536)	631.129	(21.920)	67.751
Resultado abrangente de operações descontinuadas				178
Total do resultado abrangente do exercício	(8.528.721)	(9.898.834)	(8.514.446)	(9.850.808)
Resultado abrangente atribuído ao acionista controlador	(8.528.721)	(9.898.834)	(8.528.721)	(9.898.834)
Resultado abrangente atribuído ao acionista não controlador			14.275	48.026

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atribuído à participação dos controladores					Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Custo de emissão de ações	Reservas de capital	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados			
Em 1 de janeiro de 2020	32.538.937	(801.073)	3.906.771	(33.315)	(17.727.954)	(233.040)	17.650.326	146.180
Lucro (Prejuízo) do exercício					(10.529.963)		1.464	(10.528.499)
Outros resultados abrangentes					631.129		46.562	677.691
Redução de participação de não controladores							(175.788)	(175.788)
Em 31 de dezembro de 2020	32.538.937	(801.073)	3.906.771	(33.315)	(28.257.917)	398.089	7.751.492	18.418
Remuneração baseada em ações			21.555				21.555	21.555
Lucro (Prejuízo) do exercício					(8.516.185)		23.659	(8.492.526)
Outros resultados abrangentes					(12.536)		(9.394)	(21.920)
Em 31 de dezembro de 2021	32.538.937	(801.073)	3.928.326	(33.315)	(36.774.102)	385.553	(755.674)	32.693

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Recceitas				
Vendas de serviços e mercadorias	8.182.287	4.523.709	14.781.167	15.222.547
Descontos incondicionais e devoluções	(19.085)	(9.188)	(14.066.693)	(1.258.085)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(15.701)	(5.222)	(90.843)	(228.357)
Outras receitas	1.491.387	1.237.762	3.033.121	3.511.096
	9.638.888	5.747.061	16.316.752	17.247.201
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos com interconexão	(155.877)	(74.642)	(143.979)	(169.453)
Materiais e energia	(817.984)	(410.466)	(1.119.024)	(1.121.178)
Custos de mercadorias vendidas				(11.723)
Serviços de terceiros	(2.473.186)	(1.406.605)	(4.730.205)	(4.959.028)
Outros	(94.763)	(61.384)	(175.869)	(227.217)
	(3.541.810)	(1.953.097)	(6.177.358)	(6.488.599)
Valor adicionado bruto	6.097.078	3.793.964	10.139.394	10.758.602
Retenções				
Depreciação e amortização	(2.672.703)	(1.504.162)	(4.002.033)	(3.904.864)
Provisões/Reversões (Inclui atualização monetária)	(212.678)	(389.744)	(922.323)	(1.013.593)
Reversão de perdas com imparidade	1.017.506	1.129.708	641.371	800.378
Resultado de operações descontinuadas	1.062.298	16.071	1.062.298	16.071
Outras despesas	(1.649.524)	(802.648)	(2.446.244)	(2.638.118)
	(2.455.101)	(1.550.775)	(5.666.931)	(6.740.126)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	3.641.977	2.243.189	4.472.463	4.018.476
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	(6.831.650)	(11.509.394)	(3.203)	31.624
Recceitas financeiras	1.226.423	1.227.424	287.059	587.328
	(5.605.227)	(10.281.970)	283.856	618.952
Valor adicionado total a distribuir	(1.963.250)	(8.038.781)	4.756.319	4.637.428
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	(406.997)	(283.398)	(1.171.074)	(1.245.440)
Benefícios	(145.447)	(76.272)	(346.305)	(304.744)
FGTS	(21.183)	(18.951)	(99.703)	(73.742)
Outros	(116.64)	(6.913)	(373.48)	(43.616)
	(585.291)	(385.534)	(1.654.403)	(1,667,542)
Impostos e taxas				
Federais	1.832.231	3.742.918	1.598.940	3.194.024
Estaduais	(1.093.685)	(768.822)	(2.377.155)	(2,510,869)
Municipais	(60.906)	(22.993)	(248.551)	(241.906)
	677.640	2.951.103	(1,026,766)	441,249
Remuneração de capital de terceiros				
Juros e demais encargos financeiros	(5.439.606)	(4.599.704)	(9,199,562)	(12,565,345)
Aluguéis, arrendamentos e seguros	(1.205.678)	(457.047)	(1,368,114)	(1,374,289)
	(6,645,284)	(5,056,751)	(10,567,676)	(13,939,634)
Remuneração de capitais próprios				
Participações de acionistas não controladores			(23.659)	(1,464)
Prejuízos retidos	8.516.185	10.529.963	8.516.185	10.529.963
	8,516,185	10,529,963	8,492,526	10,528,499
Valor adicionado distribuído	1,963,250	8,038,781	(4,756,319)	(4,637,428)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A OI S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia" ou "OI") é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua, desde julho de 1998, nas Regiões I e II do PGO - Plano Geral de Outorgas, exceto nos Setores 03, 20, 22 e 25, nas modalidades local e de longa distância nacional, bem como autorizada do STFC na Região III do PGO e nos Setores 03, 20, 22 e 25, nas modalidades local e de longa distância nacional. A Companhia também presta serviços de longa distância internacional nas Regiões I, II e III do PGO, com base em autorização outorgada pela Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações ("ANATEL" ou "Agência"). A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 - 2º andar. A OI ainda possui a autorização para a prestação do SCM - Serviço de Comunicação Multimídia, e do SeAC - Serviço de Acesso Condicionado, em ambos os casos em todo território brasileiro, sendo esta em decorrência da incorporação da sua controlada OI Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial ("OI Móvel"), que ocorreu em 22 de fevereiro de 2022. As autorizações para prestação de serviços de telefonia móvel detidas pela OI Móvel foram objeto de renúncia previamente a essa incorporação.

No exterior, a Companhia presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente a sua subsidiária Timor Telecom (Nota 31).

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, tendo suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob os códigos OIBR3 e OIBR4. Os ADR's - "American Depositary Receipts" representativos de ações ordinárias e preferenciais de sua emissão estão sendo negociados no mercado de balcão nos Estados Unidos sob os códigos de negociação "OIBZQ" e "OIBRQ", respectivamente.

As providências para retirada de seus ADR's representativos de ações ordinárias da NYSE - "New York Stock Exchange" tiveram início em 30 de setembro de 2021, quando o Conselho de Administração da OI aprovou a retirada voluntária dos ADR's representativos de ações ordinárias da NYSE, passando a manter um programa de ADR's de Nível 1. Para tanto, em 15 de outubro de 2021, a Companhia protocolou o Formulário 25F perante a U.S Securities and Exchange Commission ("SEC").

Em 16 de novembro de 2021, a Companhia protocolou o Formulário 15F perante a SEC para cancelar o registro e encerrar as suas obrigações de divulgação nos termos da U.S. Securities Exchange Act of 1934 dos Estados Unidos ("Obrigações de Divulgação"). Imediatamente após o protocolo do Formulário 15F, as Obrigações de Divulgação da Companhia foram suspensas, dando início ao prazo de 90 (noventa) dias para que o cancelamento do registro se tornasse efetivo.

Em 14 de fevereiro de 2022, tornou-se efetivo o cancelamento do registro da Companhia perante a SEC. Nessa oportunidade, a Companhia esclareceu, ainda, (i) que o cancelamento do registro da OI na SEC não impacta a listagem das ações da Companhia na B3, mantendo-se a OI sujeita às obrigações de divulgação aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação brasileiras; e (ii) que continuará divulgando seus relatórios periódicos, resultados anuais e intermediários, e comunicações conforme exigido pela legislação e regulação aplicáveis em seu "website" de relações com investidores (ri.oi.com.br), inclusive em inglês.

O cancelamento do registro da Companhia na SEC representa o cumprimento de mais uma importante etapa do Plano de Transformação da OI de simplificação da estrutura operacional e readequação de sua base de custos.

Contratos de concessão

Os contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia e pela Telemar, incorporada pela Companhia, em 3 de maio de 2021, junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinquenais, e no geral, possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, especialmente no que diz respeito à obrigação de universalização e continuidade dos serviços.

Após a tramitação na Agência da Consulta Pública nº 51/2018, foi aprovada, por meio do Acórdão nº 619/2020, proposta de alteração do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), encaminhada ao Ministério das Comunicações (Ofício nº 478/2020/GPR-ANATEL, de 1 de dezembro de 2020), além dos novos textos para os Contratos de Concessão (Resolução nº 737/2020).

Em dezembro de 2020, a OI apresentou Pedido de Anulação em face do Acórdão nº 619/2020 e da Resolução nº 737/2020, mediante o Processo nº 53500.001636/2021-37, sendo que, tais normativos, conjuntamente, aprovaram a proposta do PGMU V e as minutas de Contratos de Concessão do STFC para o período de 2021 a 2025, conforme consta dos autos do processo nº 53500.040174/2018-78. As minutas de Contrato de Concessão não foram assinadas pela OI, a exemplo do que ocorrerá na revisão Contratual de 2025. Dessa forma permanecem em vigor os contratos assinados em 2011. O Pedido de Anulação teve seu provimento negado, conforme decisão colegiada ocorrida no 90º Reunião do Conselho Diretor da ANATEL, cuja intimação ocorreu em 19 de janeiro de 2022. A Companhia avalia ações acerca do tema.

Em 28 de janeiro de 2021, foi publicado o Decreto nº 10.610/2021, que revogou o Decreto nº 9.619/2018 e aprovou o PGMU V, aplicável ao período de 2021 a 2025. Dentre as determinações do novo PGMU V, destaca-se a criação da obrigação de construção de "backhaul" em fibra óptica para diversas localidades, na qual será utilizado o saldo decorrente das alterações de metas dos PGMU anteriores. O PGMU V prevê ainda o fim da obrigação de novas instalações oriundas da obrigação presente no PGMU IV de acesso fixo sem fim, devendo ser mantida até o fim da concessão a infraestrutura já instalada.

Em decorrência da publicação da Lei nº 13.879/2019, que abriu a possibilidade legal de adaptação do regime público para o regime privado de prestação do STFC, bem como do Decreto nº 10.402/2020 que regulamentou a Lei nº 13.879/2019 e fixou prazo para a ANATEL editar as regras para a adaptação das concessões para autorizações, a ANATEL publicou a Resolução nº 741/2021, que aprova o Regulamento de Adaptação das Concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC para Autorizações do mesmo serviço. Tal regulamento estabelece as regras para a migração do regime de concessão para autorização, restando pendente, entretanto, a determinação da Metodologia de Cálculo do Saldo de Migração e a sua quantificação, individualizada por concessionária (o trabalho está sendo conduzido por Consultoria contratada pela ANATEL/UIJT e tem expectativa de ser aprovado pelo Conselho Diretor da Agência até o final do primeiro semestre de 2022).

Com a submissão do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ", "Plano" ou "PRJ Original"), em 20 de junho de 2016, a ANATEL iniciou alguns procedimentos visando monitorar a situação financeira da Companhia, bem como avaliar a sua capacidade em relação ao cumprimento das obrigações inerentes aos termos dos contratos de concessão. Em março de 2019 a ANATEL decidiu, dentre outros pontos, manter o acompanhamento especial da prestação de serviços de telecomunicações pelas empresas integrantes do Grupo OI para o exercício de 2019, com a imposição de medidas relacionadas à transparência, governança corporativa e controle societário, desempenho econômico-financeiro e operacional, e gestão de ativos e créditos, conforme informado no Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia no dia 8 de maio de 2019.

Em 10 de fevereiro de 2020, conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia, o Conselho Diretor da ANATEL entendeu não subsistir a necessidade do acompanhamento especial com base na decisão expedida em maio de 2019, por considerar sanado o risco de liquidez de curto prazo da Companhia e suas controladas, revogando as obrigações anteriormente impostas às empresas da Grupo OI, mantendo-se o acompanhamento ordinário até a presente data.

Em 30 de dezembro de 2020, a OI protocolou na ANATEL um Requerimento de Instauração de Procedimento de Arbitragem relativo a temas afetos aos seus Contratos de Concessão. Em 13 de agosto de 2021 a OI, e a ANATEL assinaram o Termo de Compromisso Arbitral definindo o objeto e as regras aplicáveis ao procedimento arbitral a ser conduzido entre as partes.

Em 3 de maio de 2021, foi publicado no Diário Oficial da União, o Ato nº 2.875/2021 da ANATEL, pelo qual foram transferidas para a OI as outorgas detidas pela sua subsidiária Inteiro Telemar, para a prestação do STFC, nos regimes público e privado, em todas as suas modalidades, e do SCM, incluindo as autorizações de direito de uso de infraestrutura. Em razão da transferência das outorgas, a incorporação da Telemar pela OI tornou-se efetiva na referida data, nos termos aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 30 de abril de 2021.

Autorização Societária

Em reunião realizada em 4 de maio de 2022, o Conselho de Administração apreciou e aprovou as Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como autorizou a sua publicação.

Recuperação Judicial

Em 20 de junho de 2016, a Companhia e suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, OI Móvel (incorporada pela Companhia em fevereiro de 2022), Telemar (incorporada pela Companhia em maio de 2021), Copart 4 Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("Copart 4" incorporada pela Telemar em janeiro de 2019), Copart 5 Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("Copart 5" incorporada pela Companhia em março de 2019), Portugal Telecom International Finance B.V. - Em Recuperação Judicial ("PTIF") e OI Brasil Holdings Cooperatief U.A. - Em Recuperação Judicial ("OI Holanda") (em conjunto com a Companhia, as "Empresas OI" ou "Recuperandas") ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Processo de Recuperação Judicial"). No dia 19 de dezembro de 2017, após a confirmação do quórum necessário dos credores das classes I, II, III e IV, a Assembleia Geral de Credores foi instalada, tendo o Plano de Recuperação Judicial das Empresas OI ("Plano" ou "PRJ") sido aprovado por ampla maioria de credores no dia 20 de dezembro de 2017.

Em 8 de janeiro de 2018, o Juízo da recuperação judicial ("Juízo da Recuperação Judicial") proferiu decisão em que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial às Empresas OI, a qual foi publicada em 5 de fevereiro de 2018 ("Homologação do PRJ").

Em 31 de julho de 2018, a reestruturação da dívida financeira das Empresas OI, foi concluída com a implementação dos termos e condições de crédito previstos no PRJ, incluindo a conclusão do primeiro aumento de capital previsto no PRJ Aumento de Capital - Capitalização de Créditos.

Em 25 de janeiro de 2019 a Companhia concluiu o segundo aumento de capital previsto no PRJ, com a emissão de 3.225.806.451 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, incluindo novas ações ordinárias representadas por ADSs, de acordo com o PRJ e o acordo de subscrição e compromisso, entre a Companhia, suas controladas e os seus "Backstoppers".

Em 6 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que as Empresas OI protocolaram perante o Juízo da Recuperação Judicial petição requerendo que a supervisão judicial das Empresas OI não fosse encerrada em 4 de fevereiro de 2020, data que a Homologação do PRJ completaria 2 (dois) anos. A medida de não encerramento da supervisão judicial não trouxe mudanças para a situação atual das Empresas OI e não teve impacto quanto ao cumprimento do Plano em vigor, nem em relação a créditos correntes e tampouco sobre eventuais novos recursos que vieriam a ser acessados pelas Empresas OI. Vale destacar que a continuidade de supervisão judicial ao fim do período de dois anos e uma medida natural que tem sido aplicada na maior parte dos processos de recuperação judicial. Não obstante o bom andamento da implementação do Plano, que já concluiu grande parte das etapas estabelecidas no processo e que foram importantes para a recuperação da Companhia, o requerimento apresentado ao Juízo da Recuperação Judicial circunstâncias relacionadas à complexidade inerente à magnitude de seu Processo de Recuperação Judicial e às reformas em curso no ambiente jurídico-regulatório, e que exigiam providências a serem implementadas no âmbito do Processo de Recuperação Judicial.

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que a sua controlada OI Móvel celebrou escritura de 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária, em série única, para colocação privada, no valor total de até R\$ 2.500.000.000 ("Debêntures OI Móvel 1ª Emissão", "1ª Emissão OI Móvel" e "Escritura da 1ª Emissão OI Móvel", respectivamente), nos termos da cláusula 5.3 do PRJ Original. As Debêntures OI Móvel 1ª Emissão foram integralizadas em 4 de fevereiro de 2020, tendo sido quitadas em 30 de julho de 2021, mediante o seu pré-pagamento das Debêntures OI Móvel 1ª Emissão com recursos oriundos da Emissão de Notas OI Móvel (conforme abaixo definido no item 2. Financiamentos previstos no Aditamento ao PRJ, dessa nota explicativa).

Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, em 28 de fevereiro de 2020, as Empresas OI protocolaram perante o Juízo da Recuperação Judicial, uma petição expondo seu interesse em levar para a deliberação de uma nova assembleia geral de credores ("Nova AGC"), um aditamento ao Plano ("Aditamento ao Plano" ou "Aditamento ao PRJ"), objetivando alcançar maior flexibilidade operacional e financeira para continuar seu projeto de investimento e o cumprimento de seu plano estratégico de transformação ("Plano Estratégico"), ambos já amplamente divulgados ao mercado.

Em linha com o disposto acima, em 6 de março de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante, informando que o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão, nessa mesma data, deferindo o pedido da Companhia para a realização de PRJ para deliberação acerca do Aditamento ao Plano.

Em 15 de junho de 2020, as Empresas OI protocolaram junto ao Juízo da Recuperação Judicial, a proposta de Aditamento ao PRJ, que teve o objetivo de dar maior flexibilidade ao PRJ Original, com a criação de uma estrutura societária operacional mais eficiente, visando a maximização do valor da Companhia em benefício de todos os seus "stakeholders". Este movimento esteve completamente alinhado ao Plano Estratégico, que vem sendo implementado com transparência.

Em 13 de agosto de 2020, as Empresas OI protocolaram junto ao Juízo da Recuperação Judicial proposta atualizada do Aditamento ao PRJ ajustando determinados termos e condições. Tal proposta refletiu as diversas interações com credores, potenciais investidores e outros "stakeholders", inclusive aquelas consultadas perante o mediador nomeado pelo Juízo da Recuperação Judicial, com o objetivo de discutir melhorias ao Aditamento ao PRJ.

O Aditamento ao PRJ foi submetido à votação dos credores das Recuperandas e aprovado na Nova AGC realizada em 8 de setembro de 2020, data da primeira convocação, tendo sido homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial por meio de decisão proferida em 5 de outubro de 2020 e publicada em 8 de outubro de 2020, decisão essa que ainda rejeitou todas as alegações de nulidade procedimentais da Nova AGC, afastando a alegação de tratamento desigual entre os credores e rejeitando os pedidos de nulidade do quórum de votação e aprovação do Aditamento ao PRJ, por não contarem vícios em sua formação e vontade e, dentre outras providências, fixou o prazo de 12 (doze) meses para o encerramento da recuperação judicial das Recuperandas, contados da data de publicação da referida decisão, podendo ser prorrogado, caso haja necessidade de se utilizarem os atos relativos às alienações previstas no Aditamento ao PRJ.

O Aditamento ao PRJ, visa permitir às Empresas OI e suas controladas ("Grupo OI") a viabilização da execução de seu plano de longo prazo, com o equacionamento necessário da sua dívida, no contexto atual, e a continuidade de suas atividades segundo o referido PRJ e o seu Plano Estratégico. A estratégia do Grupo OI tem como principal objetivo a transformação de seu modelo de negócio, com foco na utilização e rápida ampliação de sua base financeira através de fibra ótica com diferencial competitivo, incluindo suas redes de transporte ("backbone", "backhaul" e rede de dados), e redes de acesso primárias e secundárias ("links" dedicados, anéis metropolitanos e redes de acesso FTTH), viabilizando e suportando as necessidades de conexão em alta velocidade e provimento de serviços para seus clientes residenciais, empresariais, corporativos e de governo, bem como o provimento de serviços de infraestrutura para os demais provedores de serviços de telecomunicações do país, incluindo a viabilização de conexões para a nova tecnologia 5G.

Em 19 de julho de 2021, a Companhia divulgou Fato Relevante aos seus acionistas e ao mercado em geral apresentando seu Plano Estratégico para o triênio 2022-24, com foco na transformação da "Nova OI", já homologadas as propostas vencedoras nos processos competitivos para a alienação das principais UPJs, e considerando a separação estrutural previstas no Aditamento ao PRJ. Com os direcionadores do seu Plano Estratégico, a Companhia pretende perseguir um modelo de negócios sustentável através (i) da aceleração das receitas dos negócios "core", no que se refere à plataforma de conectividade e serviços digitais com foco em clientes, notadamente: (i) clientes B2C e PME Financeira, nos segmentos de Cobr, TV, serviços digitais; (ii) Clientes B2B (OI Soluções) no que se refere à conectividade e soluções de TI; e (iii) Infraestrutura nos segmentos Digital, IPTV, DTH, cobr e implementação de novas fontes de receita, (iv) da readequação da sua estrutura de custos, (iii) do equacionamento da concessão e (iv) do desenvolvimento da InfraCo (abaixo definida), com o objetivo de ser líder em soluções digitais e conexões de fibra ótica que melhorem a vida das pessoas e as empresas em todo o país.

Em 2 de setembro de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão deferindo o pedido das Recuperandas em relação ao encerramento da recuperação judicial das Recuperandas, contados da data de publicação da referida decisão, podendo ser prorrogado, caso haja necessidade de se utilizarem os atos relativos às alienações previstas no Aditamento ao PRJ, além de ter sido requerido ao Administrador Judicial que atue no caso. Posteriormente, em atenção aos embargos de declaração opostos por determinadas instituições financeiras, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão esclarecendo que o período de

supervisão judicial foi prorrogado até a data específica de 31 de março de 2022. Contra a decisão, foi interposto recurso pelo BNDES, para que a supervisão judicial se encerre apenas em 30 de maio de 2022, conforme expressamente previsto no Aditamento ao PRJ. Em 9 de fevereiro de 2022, foi negado provimento ao referido recurso, ficando mantido o prazo de encerramento da Recuperação Judicial para 31 de março de 2022. Destaca-se que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES") opôs embargos de declaração contra o acórdão que negou provimento ao seu recurso, a fim de que seja revidado o encerramento da supervisão judicial apenas no prazo previsto no Aditamento ao PRJ. O referido recurso aguarda julgamento.

Em 28 de março de 2022, em vista da proximidade do encerramento do período de supervisão e da singularidade da recuperação judicial do Grupo OI, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão determinando sejam adotadas certas medidas preparatórias necessárias para orientar a conclusão ordenada do processo. A referida decisão, publicada em 30 de março de 2022, determinou, entre outros pontos, (i) que o Administrador Judicial apresente o Quadro Geral de Credores ("QGC"), em até 60 dias, no qual deverá constar todos os incidentes de habilitação e impugnações de crédito sentenciadas até 28 de março de 2022; e (ii) que as Recuperandas criem procedimento administrativo para que os credores concursais retardatários que não tenham ingressado com a correta distribuição por dependência do seu pedido de habilitação ou impugnação, realizem habilitação administrativa. O Juízo da recuperação judicial também esclareceu que os incidentes que não foram decididos até a homologação do QGC e do encerramento da recuperação judicial deverão prosseguir normalmente e, depois de decididos, serão inseridos na lista de credores pelas próprias Recuperandas.

Aditamento ao PRJ

Para maiores informações sobre os objetivos do Aditamento ao PRJ, bem como sobre a composição de cada UPI prevista no Aditamento ao PRJ e os termos e condições aplicáveis à sua alienação, inclusive àquelas relativas à estrutura e ao preço mínimo, favor consultar o Aditamento ao PRJ disponibilizado, para fins de consulta, no endereço eletrônico www.rejudj.com.br.

O Aditamento ao PRJ prevê a possibilidade de ajustes nas condições de pagamento de credores concursais e também mecanismos que permitam ou obriguem a Companhia a pagar determinados créditos sujeitos ao Plano em prazo menor do que o previsto no PRJ Original.

1. Pagamento de Credores

As condições estabelecidas sobre as propostas de pagamento previstas com relação a cada classe de credores que foram ajustadas no Aditamento ao PRJ encontram-se resumidas abaixo, bem como a indicação dos pagamentos por classe que foram realizados no âmbito do PRJ Original e do Aditamento ao PRJ. Em 31 de dezembro de 2021, foi pago aos credores o montante total de R\$ 2.934.221, sendo R\$ 2.929.348 relativo a pagamentos regulares do PRJ Original e R\$ 5.473 no âmbito do Aditamento ao PRJ.

1.1 Créditos Trabalhistas

O Aditamento ao PRJ previu que credores trabalhistas cujos créditos não tivessem sido integralmente quitados até a Nova AGC teriam



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Qualquer mudança nas estimativas é contabilizada prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As licenças regulatórias associadas a mais valia incorpóras, são amortizadas pelo prazo da concessão do STFC. As demais licenças regulatórias, da operação dos serviços de telefonia móvel, são reconhecidas ao custo de aquisição e amortizadas pelo prazo de vigência das respectivas licenças (Nota 17).

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os ativos de longa duração são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo do ativo e o custo líquido de seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existem UGC - Unidades Geradoras de Caixa. Em 2020 a Companhia agrupou seus ativos no nível das UPs e dos ativos de operações continuadas em 3 (três) UGC: Ativos Móveis, Infra e Ativos de operações continuadas.

Esses cálculos requerem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, como tendências econômicas, tendências e taxas de juros do setor, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos fornecidos pela Companhia para o mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar significativamente as informações financeiras.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, a Companhia considerou o valor justo líquido de despesas de venda para as UGC cujas propostas vinculantes foram recebidas e para demais UGR o valor em uso. No cálculo do valor em uso as previsões de fluxo de caixa abrangem um período de dez anos e leva em consideração a vida útil média dos ativos, o período de fluxo de caixa do plano de recuperação judicial e estão consistentes com os anos anteriores. A taxa de desconto utilizada para calcular o custo médio ponderado de capital é de 10,29% (2020 - 9,94%), que é revisado pelo menos anualmente pela Companhia.

De acordo com a CPC 01 / IAS 36, uma perda ou uma reversão da provisão por redução ao valor recuperável deve ser alocada ao valor contábil dos ativos da unidade geradora de caixa. Em 31 de dezembro de 2021, uma reversão foi alocada a UGC Ativos de operações continuadas de R\$ 1.018 milhões (2020 - R\$ 1.130 milhões), devido a evolução nos cenários e indicadores financeiros, em consonância com o Plano Estratégico da Companhia (Nota 1), e reconheceu uma perda com imparidade de ativos vinculados as operações de TV de R\$ 376 milhões (2020 - R\$ 329 milhões) (Notas 5, 16 e 17).

Ajuste ao valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Para fins de registro, o ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e taxas de juros explícita, e em certos casos implícita dos passivos.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida global é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Nos termos e condições do PRJ Original e do Aditamento ao PRJ, certos saldos de fornecedores e processos judiciais no âmbito da ANATEL, foram ajustados ao valor justo na data da novação dos passivos concursais, de acordo os requerimentos previstos no IFRS 9 / CPC 48, equivalente ao valor presente à época, calculado com base em avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa desses passivos e premissas relacionadas às taxas de desconto, consistentes com o vencimento e a moeda de cada passivo financeiro.

O valor presente dos contratos de arrendamento é mensurado através do desconto dos fluxos de pagamentos futuros fixos, que não consideram a inflação projetada, utilizando a taxa de juros incremental, de acordo com as condições de mercado, estimada com o "spread" de risco intrínseco da Companhia.

Adicionalmente, ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil, bem como receitas a apropriar provenientes da cessão de bens fixos são ajustadas a valor presente.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado, atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício (Nota 19).

Os dados de restrição dos ativos e passivos financeiros sujeitos à recuperação judicial, a Companhia reconheceu os compromissos de empréstimos e financiamentos a valor justo, conforme requerimentos previstos no IFRS 9 / CPC 48. O valor justo, na data da reestruturação de cada passivo financeiro, foi calculado com base em avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa desses passivos e premissas relacionadas às taxas de desconto, consistentes com o vencimento e a moeda de cada passivo financeiro.

O passivo financeiro de empréstimos e financiamentos é desreconhecido quando a dívida é extinta ou quando ocorre modificação substancial nos termos contratuais. Nos termos e condições do Aditamento ao PRJ, existe a obrigação de pré-pagamento com desconto aos credores das classes II e III, se ocorrer um ou mais Eventos de Liquidez (Nota 1). Tais obrigações de pré-pagamento não atendem as condições de desreconhecimento do passivo ou modificação substancial nos termos contratuais, uma vez que dependem do atingimento de certas condições precedentes previstas no PRJ e que não estão sob o controle da Companhia.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento mercantil em seu balanço patrimonial com relação aos ativos arrendados. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que consiste no valor inicial da mensuração do passivo de arrendamento mercantil, acrescidos de custos diretos iniciais incorridos, estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, outros pagamentos feitos antes da data de início do arrendamento, e calculado a valor presente, descontados pela taxa de empréstimo incremental. As taxas de desconto utilizadas foram obtidas de acordo com as condições de mercado, estimadas com o "spread" de risco intrínseco da Companhia.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos (Nota 23).

Para a mensuração do valor das provisões a Companhia adota essencialmente duas metodologias: (i) modelo de mensuração estatística e (ii) modelo de mensuração individual. Para a determinação da metodologia a usar a Companhia considera entre outros critérios, a quantidade de processos, o valor do processo, o valor estimado do eventual pagamento e a natureza do processo.

O modelo de mensuração estatística é habitualmente usado nas situações em que existe (i) um volume significativo de processos administrativos ou judiciais com natureza semelhante, (ii) os processos tem individualmente um valor reduzido e (iii) é possível determinar um modelo estatístico com base em informação histórica sobre taxas de condenação, montante dos pagamentos e movimentação do número de processos. Habitualmente neste modelo a Companhia faz uso do cálculo do valor esperado conforme determinado pelo parágrafo 39 do CPC 25 / IAS 37, bem como solicita pareceres a especialistas externos para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as trabalhistas e cível (PEX e IJC).

O modelo de mensuração individual é habitualmente usado nas situações em que (i) o processo tem um elevado valor, (ii) é possível de forma razoável fazer uma avaliação do risco individual do dispêndio a realizar e (iii) não existe semelhança de natureza nos processos. Neste modelo a Companhia faz uso de pareceres externos de especialistas nas áreas abrangidas para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as tributárias e cível estatístico.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Obrigação onerosa

A Companhia reconhece uma obrigação presente quando eventos tornam a contratação de serviços onerosa. O contrato se torna oneroso quando: (i) as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato e (ii) os custos são inevitáveis.

A Companhia mensura a obrigação onerosa de acordo com o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (i) no custo de cumprir o contrato ou (ii) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois o menor.

As premissas base do cálculo da obrigação onerosa deverão ser periodicamente reavaliadas e mensurada sempre que ocorram mudanças significativas dessas premissas.

Benefícios a empregados

Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência (Nota 26).

A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando o projeto da taxa de inflação esperada de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 25).

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de reduções ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

Participações dos empregados no resultado - A provisão referente ao programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência e a determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera um conjunto de metas operacionais e financeiras aprovadas junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico. Esse custo é registrado anualmente em despesas de pessoal.

Remuneração baseada em ações - A Companhia mantém plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da entrega de ações, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das ações outorgadas, com base no cumprimento de metas de desempenho e performance, correspondente à quantidade de ações que o beneficiário fará jus em cada exercício de entrega das ações outorgadas. O valor total da despesa é reconhecido durante o período o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data do balanço, a Companhia revisa as estimativas da quantidade de ações que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido.

O valor justo dos serviços do empregado recebidos em troca das ações, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as ações são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando transfere o controle sobre bens ou serviços aos clientes em um montante que reflete a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A Companhia aplicou os julgamentos que afetam significativamente a determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita de controle com o cliente, considerando o modelo de reconhecimento de cinco etapas: (i) identificação do contrato, (ii) identificação das obrigações de desempenho separadas no contrato, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação para as obrigações de desempenho e (v) reconhecimento da receita quando for satisfatória a obrigação de desempenho.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente.

Receitas decorrentes do recebimento de créditos de clientes, em que tais créditos já haviam sido lançados a perda definitiva por não pagamento, mas recuperados e recebidos no processo de cobrança, são reconhecidas no resultado em outras receitas operacionais.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização (Notas 4 e 5).

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração. Os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente (custos de cumprimento de contrato), substancialmente consistem em custos sobre vendas, são reconhecidos ao resultado em base sistemática consistente com a transferência dos bens e serviços aos clientes.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras estão representadas principalmente, por juros efetivos incorridos, ajustes a valor justo e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos. Incluem também taxas e despesas bancárias, custos de intermediação financeira na arrecadação de contas a receber de clientes e outras transações financeiras (Notas 5 e 6).

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A receita é laborada e o imposto é pago quando a entrega futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos (Nota 7).

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 / IAS 33 (Nota 25 (f)).

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes, bem como requer julgamentos relacionados a esses assuntos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e conta a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Perdas esperadas em contas a receber de clientes

O reconhecimento de perdas esperadas em contas a receber de clientes leva em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes, bem como, o risco de crédito de forma individual e coletiva. A estimativa de perda esperada em contas a receber de clientes é reconhecida em um montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses recebíveis, com base em taxas históricas de inadimplência e em informações prospectivas, como projeções de condições futuras que impactam as cobranças.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes recuperar suas contas inadimplentes em parcelas.

Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 16 e 17, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável por UGC, a Companhia definiu o valor justo líquido de despesas de venda para as UGC cujas propostas vinculantes foram recebidas e para demais UGC o valor em uso dos ativos.

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Reconhecimento de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável por UGC, a Companhia definiu o valor justo líquido de despesas de venda para as UGC cujas propostas vinculantes foram recebidas e para demais UGC o valor em uso dos ativos.

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Tais previsões abrangem um período de 10 anos, considerando a vida útil média dos ativos, e estão consistentes com os anos anteriores. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado de 10,29% (2020 - 9,94%).

De acordo com a CPC 01 (R1) / IAS 36, uma perda por desvalorização deve ser alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade geradora de caixa, primeiramente para reduzir o valor contábil de qualquer ativo por expectativa de rentabilidade futura e a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo da unidade.

Em 2021, como resultado do teste de recuperabilidade dos ativos, a Companhia reconheceu uma reversão de perdas com imparidade de R\$ 1.018 milhões (2020 - R\$ 1.130 milhões), reconhecidas anteriormente, relacionada a expectativa de rentabilidade futura de ativos de vida útil definida da UGC de Ativos de operações continuadas, devido a evolução nos cenários e indicadores financeiros, em consonância com o Plano Estratégico da Companhia (Nota 1), e reconheceu uma perda com imparidade de ativos vinculados as operações de TV de R\$ 376 milhões (2020 - R\$ 329 milhões) (Notas 5, 16 e 17).

Arrendamentos

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Reconhecimento de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável por UGC, a Companhia definiu o valor justo líquido de despesas de venda para as UGC cujas propostas vinculantes foram recebidas e para demais UGC o valor em uso dos ativos.

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Reconhecimento de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável por UGC, a Companhia definiu o valor justo líquido de despesas de venda para as UGC cujas propostas vinculantes foram recebidas e para demais UGC o valor em uso dos ativos.

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Reconhecimento de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável por UGC, a Companhia definiu o valor justo líquido de despesas de venda para as UGC cujas propostas vinculantes foram recebidas e para demais UGC o valor em uso dos ativos.

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Reconhecimento de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável por UGC, a Companhia definiu o valor justo líquido de despesas de venda para as UGC cujas propostas vinculantes foram recebidas e para demais UGC o valor em uso dos ativos.

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Reconhecimento de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável por UGC, a Companhia definiu o valor justo líquido de despesas de venda para as UGC cujas propostas vinculantes foram recebidas e para demais UGC o valor em uso dos ativos.

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Reconhecimento de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável por UGC, a Companhia definiu o valor justo líquido de despesas de venda para as UGC cujas propostas vinculantes foram recebidas e para demais UGC o valor em uso dos ativos.

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Reconhecimento de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável por UGC, a Companhia definiu o valor justo líquido de despesas de venda para as UGC cujas propostas vinculantes foram recebidas e para demais UGC o valor em uso dos ativos.

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Reconhecimento de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável por UGC, a Companhia definiu o valor justo líquido de despesas de venda para as UGC cujas propostas vinculantes foram recebidas e para demais UGC o valor em uso dos ativos.

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Reconhecimento de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável por UGC, a Companhia definiu o valor justo líquido de despesas de venda para as UGC cujas propostas vinculantes foram recebidas e para demais UGC o valor em uso dos ativos.

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Reconhecimento de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável por UGC, a Companhia definiu o valor justo líquido de despesas de venda para as UGC cujas propostas vinculantes foram recebidas e para demais UGC o valor em uso dos ativos.

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Reconhecimento de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável por UGC, a Companhia definiu o valor justo líquido de despesas de venda para as UGC cujas propostas vinculantes foram recebidas e para demais UGC o valor em uso dos ativos.

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Reconhecimento de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável por UGC, a Companhia definiu o valor justo líquido de despesas de venda para as UGC cujas propostas vinculantes foram recebidas e para demais UGC o valor em uso dos ativos.

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Reconhecimento de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável por UGC, a Companhia definiu o valor justo líquido de despesas de venda para as UGC cujas propostas vinculantes foram recebidas e para demais UGC o valor em uso dos ativos.

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Reconhecimento de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável por UGC, a Companhia definiu o valor justo líquido de despesas de venda para as UGC cujas propostas vinculantes foram recebidas e para demais UGC o valor em uso dos ativos.

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Reconhecimento de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável por UGC, a Companhia definiu o valor justo líquido de despesas de venda para as UGC cujas propostas vinculantes foram recebidas e para demais UGC o valor em uso dos ativos.

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Reconhecimento de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável por UGC, a Companhia definiu o valor justo líquido de despesas de venda para as UGC cujas propostas vinculantes foram recebidas e para demais UGC o valor em uso dos ativos.

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrend



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

(b) Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para gerir certos riscos de mercado, principalmente o risco de taxa de câmbio. Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, tais instrumentos incluem contratos de "Non Deliverable Forward (NDF)". Cabe ressaltar que a Companhia não utiliza derivativos para outros fins, que não a proteção destes riscos e o método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos contratados são o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício.

3.2. Administração do risco financeiro
As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo e risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos.

O processo de gestão de riscos na Companhia é realizado em três níveis, considerando sua estrutura consolidada: estratégica, tática e operacional. Na esfera estratégica, a Diretoria da Companhia atua com o Conselho de Administração. Diretrizes de Risco a serem seguidas em cada ano fiscal. Cabe a um Comitê de Gestão Riscos Financeiros supervisionar o encaminhamento da Oi às Políticas. No nível operacional, o gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Gestão de Riscos Financeiros se reúne mensalmente e atualmente é composto pela Diretora de Finanças e Relações com Investidores, Diretora de Finanças, Riscos e Conformidade, Diretor de Tesouraria, além de no máximo mais dois diretores adicionais da Diretoria de Finanças e no mínimo um Diretor ex-Finanças. As Políticas de "Hedge" e de Investimentos, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. Em linha com os pilares da Política de "Hedge", a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos "covenants" financeiros, se aplicável.

3.2.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de câmbio

Ativos financeiros
A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2021, para os quais a Companhia não realiza quaisquer operações para cobertura de risco cambial.

Passivos financeiros
A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 62,0% (2020 – 64,0%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas.

Para minimizar esse tipo de risco, ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia manteve a contratação de operações de proteção para a exposição cambial de fluxo de caixa de curto prazo, na modalidade contrato a termo em moeda para o período do "Bond". Qualificado vencidos em fevereiro e agosto de 2021 e a vencer em fevereiro de 2022, bem como para parcela relevante das despesas denominadas em Dólar até fevereiro do 2022. Adicionalmente, a Companhia manteve em conta "offshore" parte do valor desembolsado na emissão do "Bond" 2026, como "hedge" natural para o pagamento dos juros deste instrumento de janeiro de 2022, além de parcela dos valores que potencialmente será objeto da oferta de recompra destas notas.

O percentual de cobertura cambial para os efeitos da exposição cambial no resultado financeiro dos Empréstimos e Financiamentos contratados é de 37,9%. Neste percentual estão incluídos os impactos cambiais sobre o ganho de ajuste a valor justo.

Os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (inclui saldos com empresas do grupo para os valores da Controladora):

	2021		2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e contas bancárias	132.046	132.046	148.750	148.750
Créditos com partes relacionadas	9.243.796	9.243.796	7.621.168	7.621.168
Instrumentos financeiros derivativos	7.175	7.175		
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	16.450.279	16.450.279	10.833.843	10.833.843
Instrumentos financeiros derivativos	13.830	13.830	10.967	10.967
	CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e contas bancárias	546.036	546.036	526.133	526.133
Equivalentes de caixa	682.729	682.729	1.410	1.410
Instrumentos financeiros derivativos	7.175	7.175		
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	20.350.832	20.350.832	16.841.745	16.841.745
Instrumentos financeiros derivativos	13.830	13.830	10.967	10.967

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão resumidos a seguir:

Notional (US\$)	Vencimento (anos)	2021		2020	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		Valores a (pagar) / a receber	Valores a (pagar) / a receber	Valores a (pagar) / a receber	Valores a (pagar) / a receber
		2021	2020	2021	2020

Contratos de "Non Deliverable Forward" USD/R\$ (NDF)

	2,798	< 1 ano	(218)	(3.561)	(218)	(3.561)
--	-------	---------	-------	---------	-------	---------

Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"

Notional (US\$)	Vencimento (anos)	2021		2020	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		Valores a (pagar) / a receber	Valores a (pagar) / a receber	Valores a (pagar) / a receber	Valores a (pagar) / a receber
		2021	2020	2021	2020

Contratos de "Non Deliverable Forward" USD/R\$ (NDF)

	82.677	< 1 ano	(6.437)	(7.406)	(6.437)	(7.406)
--	--------	---------	---------	---------	---------	---------

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial eram principalmente:

Contratos de NDF – "Non Deliverable Forward"

USD/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente aquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas ou despesas operacionais em Dólar.

Em 31 de dezembro de 2021, foram registrados abaixo como resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos, os montantes apresentados abaixo:

Operações de termo em moedas – resultado financeiro	2021		2020	
	Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
Operações de termo em moedas – resultado operacional	1.437	3.478	1.437	3.478
Total	11.635	138.465	11.635	138.465

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos "hedges" cambiais designados para fins de contabilidade de "hedge":

	2021		2020	
	Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
Saldo em 2020		(3.561)		(3.561)
Amortização dos "hedges" ao resultado		3.343		3.343
Saldo em 2021				(218)

Análise de sensibilidade de risco cambial

De acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. No cenário provável foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2021. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Risco individual	Taxa		Desvalorização
		2021	2021	
Cenário Provável				
Dólar	5.8805	0%	0%	
Euro	6.4596	0%	0%	
Cenário Possível				
Dólar	6.9756	25%	25%	
Euro	8.0745	25%	25%	
Cenário Remoto				
Dólar	8.3708	50%	50%	
Euro	9.6894	50%	50%	

Os efeitos de exposição cambial nos saldos das dívidas denominadas em moeda estrangeira com terceiros, considerando derivativos e caixa "offshore", nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exclui saldos com empresas do grupo):

Descrição	Risco individual	2021		2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	21.119.005	26.398.756	31.678.507	27.197.809
Derivativos Posição Líquida					40.796.714
(USD)	Queda do Dólar	6.437	(108.738)	(223.913)	(223.913)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(74.431)	(93.038)	(111.646)	(868.211)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	258.445	323.056	387.668	3.779.129
Caixa em Euro	Queda do Euro	(57.426)	(71.783)	(86.139)	(349.063)
Ajuste a valor justo	Queda do Dólar/Euro	(6.999.227)	(8.749.034)	(10.498.841)	(10.532.527)
Total Ativo/ Passivo atrelado ao câmbio		14.252.803	17.699.219	21.145.636	19.233.574
Total (ganho) perda		3.446.416	6.892.833	4.691.610	9.383.219

(b) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros
Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente pela Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha. A maior parte da carteira dos fundos exclusivos é composta de Operações Compromissadas com remuneração atrelada à taxa SELIC.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros
A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TULP no CDI, na Taxa Referencial e, mais recentemente no IPCA, no caso das dívidas expressas em Reais em 31 de dezembro de 2021. Após a aprovação da PrJ, a Companhia não possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes expressas em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2021, aproximadamente 31,6% (2020 – 35,9%) da dívida consolidada contratada, estava sujeita a taxas flutuantes. A exposição mais relevante à taxa de juros para o encerramento da Companhia e de suas controladas é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	2021		2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	571.977	571.977	1.777.728	1.777.728
Aplicações financeiras	167.919	167.919	187.856	187.856
Créditos com partes relacionadas	2.582.937	2.582.937	404	404
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	8.976.796	8.976.796	4.092.958	4.101.183
	CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa	1.532.849	1.532.849	3.413.789	3.413.789
Aplicações financeiras	197.989	197.989	204.056	204.056
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	12.605.425	12.605.425	9.501.988	9.501.988

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros
A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado ao CDI e a TULP. O risco está associado à elevação dessas taxas. A TULP apresentou sucessivas reduções desde março de 2019 até março de 2021, quando foi fixada em 4,39% a.a.. Após sucessivas reduções, a partir de abril de 2021 o Conselho Monetário Nacional decidiu pelo aumento na taxa para 4,61% a.a.. Posteriormente, de julho a setembro de 2021, a TULP foi elevada para 4,88% a.a. e de outubro a dezembro de 2021 para 5,32% a.a.. Antes do encerramento do trimestre, por sua vez, o Conselho Monetário Nacional já havia anunciado manter a tendência de alta na taxa, desta vez para 6,08% a.a., vigente no período de janeiro a dezembro de 2022. Cabe ressaltar que, com a conclusão da venda da UPI Ativos Móveis, as dívidas indexadas à TULP foram integralmente pré-pagas, não representando, portanto, risco de taxa de juros para a Companhia a partir desta data. Quanto ao CDI, este indexador também vem apresentando sucessivas altas desde março de 2021, após um longo período de estabilidade em 1,90% a.a.. Depois de sete aumentos sucessivos, o CDI encerrou o trimestre em 9,15% a.a.

De acordo com o CPC40 (R1) / IFRS 7, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI e TULP. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício.

	2021		2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	1.532.849	1.532.849	3.413.789	3.413.789
Aplicações financeiras	197.989	197.989	204.056	204.056
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	12.605.425	12.605.425	9.501.988	9.501.988

3.2.3. Risco de liquidez
O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios. A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede.

Em 2021, a Oi realizou o desembolso de operações de financiamento que foram importantes para fortalecer o caixa, a ser utilizado como "funding" para a manutenção do elevado nível de CAPEX que consta no Plano Estratégico da Companhia, enquanto aguarda as aprovações necessárias para a conclusão dos M&As da UPI Ativos Móveis e da UPI InfraCo. Em maio de 2021, concluiu a subscrição e integralização das debêntures conversíveis em ações emitidas pela Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A. no valor de R\$ 2.500 milhões, recursos estes utilizados para suportar o CAPEX desta subsidiária, concentrado na expansão da rede de fibra até a residência do consumidor (FTTH). Em julho de 2021, a Oi Móvel emitiu R\$ 2.000 milhões em debêntures simples não conversíveis indexadas ao CDI e um "Bond" Sênior no valor de US\$ 800 milhões. Para maiores detalhes dos desembolsos, consultar a Nota 19 – Empréstimos e Financiamentos. Parte do total desembolsado com o "Bond" foi utilizado no pré-pagamento do "DIP Loan" daquela subsidiária. Ambas as captações estão em linha com o previsto no Aditamento ao PRJ.

No último trimestre de 2021, o CADE aprovou a operação envolvendo a venda dos ativos móveis da Oi para as Compradoras, porém com a adoção de medidas que mitiguem riscos concorrenciais. Ainda neste período, o CADE aprovou a venda do controle da SPE InfraCo para a Globenet, controlada pelo BTG Pactual, e Warrington Investment, do fundo soberano GIC Infra. Conforme já detalhado nas Notas 1 e 33 (b), em 20 de abril de 2022, foi concluída a venda da UPI Ativos Móveis. Como parte do recebimento desses recursos, e conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, na mesma data foi realizada a quitação integral de suas dívidas junto ao BNDES, no valor de R\$ 4.640 milhões. Adicionalmente, em linha com o previsto na escritura das debêntures segunda emissão da Oi Móvel foi feito o pagamento antecipado desta dívida, no valor de R\$ 2.356 milhões. Por fim, também nesta data foi encerrada a oferta pública mandatória para o "Bond" sênior 2026, conforme previsto em sua "indenture", com adesão de 98,71% do total do principal em circulação, o que representa cerca de US\$ 869 milhões. Tais pré-pagamentos são o início da redução da alavancagem da Companhia, em linha com o que consta no Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, transformando sua estrutura de capital e perseguindo a sustentabilidade financeira da Nova Oi.

Gestão de capital
A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado. O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações) e, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/EBITDA..... entre 2x e 4,0x
Índice de cobertura de juros (*)..... maior que 1,75
(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

3.2.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos
Ao final de 31 de dezembro de 2021 não havia risco de vencimento antecipado das dívidas da Companhia. Em linha com o estabelecido no Plano, conforme aditado, o BNDES concorda que, a partir da Homologação Judicial do Aditamento ao PRJ (8 de outubro de 2020) e até a liquidação financeira da alienação da UPI Ativos Móveis ou até 30 de maio de 2022, o que ocorrer primeiro, a obrigação de cumprimento dos índices financeiros previstos no contrato terá sua exigibilidade temporariamente suspensa pelo BNDES e, portanto, durante tal período, sua não observância não implicará em eventual descumprimento contratual, conforme informado na Nota 19, na seção "Covenants".

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	2021		2020	
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Receita bruta de vendas e/ou serviços	8.182.287	4.523.709	14.781.167	15.222.547
Deduções da receita bruta	(1.549.738)	(978.455)	(4.297.688)	(4.292.325)
Tributos	(1.530.653)	(969.267)	(2.890.995)	(3.034.240)
Outras deduções	(19.085)	(9.188)	(1.406.693)	(1.258.085)
Receitas de vendas e/ou serviços	6.632.549	3.545.254	10.483.479	10.930.222

5. RESULTADOS POR NATUREZA

	2021		2020	
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Receitas de vendas e/ou serviços	6.632.549	3.545.254	10.483.479	10.930.222
Receitas (despesas) operacionais:				
Intercorrência	(155.877)	(74.642)	(143.979)	(169.453)
Pessoal (i)	(681.099)	(438.994)	(1.842.350)	(1.851.196)
Serviços de terceiros	(1.793.513)	(984.606)	(4.043.552)	(4.287.916)
Serviços de manutenção da rede	(930.271)	(484.003)	(437.366)	(514.776)
Custo de aparelhos e outros			(7.287)	(10.316)
Publicidade e propaganda	(58.607)	(70.082)	(363.368)	(313.745)
Aluguéis e seguros	(1.205.678)	(457.047)	(1.368.116)	(1.374.289)
Provisões (i) Reversões	123.329	(36.772)	(195.554)	(135.893)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(15.701)	(5.222)	(90.843)	(228.357)
Reversão de perdas com imparidade (ii)	1.017.906	1.129.708	641.371	800.378
Tributos e outras receitas (despesas) (iii)	(6.106.929)	(11.232.524)	86.275	(36.558)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (iv)	(1.168.880)	(18.329)	(753.546)	(236.695)
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(10.975.720)	(12.672.513)	(8.518.585)	(8.358.916)
Depreciação e amortização	(2.672.703)	(1.504.162)	(4.002.033)	(3.9

continuação



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

No decorrer do período, por ocasião da incorporação da Telemar (Nota 1), foram baixados ao resultado, os créditos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e revertidas as correspondentes provisões ao valor de realização dos referidos créditos, no montante de R\$ 6.520.403.

O estoque de prejuízos fiscais no Brasil e de controladas no exterior é de aproximadamente R\$ 26.464.472 e R\$ 14.432.380, e correspondem a R\$ 8.997.921 e R\$ 3.608.095 de tributos diferidos ativos, respectivamente, que não exprimam e que poderão ser compensados no futuro.

Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos débitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF") no julgamento de mérito RE nº 1.063.187, que fixou a tese do Tema nº 962, decidiu, por unanimidade, pela inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relativos à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi publicada a Ata de Julgamento, mas até o momento não foi publicada a íntegra da decisão.

A Companhia e sua controlada Oi Móvel propuseram, em 12 de julho de 2019, ações judiciais para questionar a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores correspondentes à taxa SELIC acrescida (i) aos montantes relativos ao recolhimento indevido ou a maior de tributos que tenham sido recuperados por meio de ação de repetição de indébito ou compensação administrativa; e (ii) aos depósitos judiciais levantados pelas empresas; pleiteando-se, ainda, a declaração do direito à compensação dos valores indevidamente recolhidos a tal título desde 12 de julho de 2014.

Em relação à ação movida pela Oi, foi proferida sentença de improcedência em 29 de outubro de 2020, posteriormente confirmada em 2ª instância em julgamento realizado no dia 13 de agosto de 2021, motivando a interposição de recursos especial e extraordinário pela Companhia, ainda não julgados. Já a ação judicial em que é a parte a Oi Móvel ainda pende de julgamento em 1ª instância judicial.

Com base na decisão do STF, bem como nos fundamentos jurídicos apresentados na decisão da Suprema Corte, a Companhia avalia a existência de crédito de IRPJ e CSLL diferido ativo, no montante aproximado de R\$ 506 milhões. A Companhia tem por entendimento que os critérios requeridos para reconhecimento do ativo fiscal diferido foram atingidos, mas não geram impacto nas Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2021, em virtude da limitação existente para fins de constituição de créditos fiscais.

11. OUTROS TRIBUTOS

ATIVO		CONSOLIDADO	
2021	2020	2021	Reapresentado 2020
ICMS a recuperar (i)	427.096	221.582	607.065
PIS e COFINS (ii)	483.615	1.153.103	958.160
Outros	38.508	74	43.257
Total	949.219	1.374.759	1.608.482
Circulante	679.337	929.572	897.338
Não circulante	269.882	445.187	711.144

PASSIVO		CONSOLIDADO	
2021	2020	2021	Reapresentado 2020
ICMS	155.852	129.638	331.320
ICMS Convênio nº 69/1998	65.146	47.476	139.110
PIS e COFINS (iii)	68.520	274.605	145.443
FUST/FUNTEL/Rádiodifusão (iv)	574.926	258.245	675.550
Fistel (v)	64.170	13.308	974.374
Outros (vi)	2.883	202.727	272.592
Total	931.497	723.926	2.468.524
Circulante	285.756	174.097	1.538.180
Não circulante	645.741	549.829	930.344

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

(ii) A Companhia e suas controladas mantêm ações judiciais em que reivindicam o direito à exclusão dos valores relativos ao ICMS das bases de cálculo da contribuição do PIS e da COFINS, bem como a recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, observado o prazo prescricional.

(iii) Em 2019, transitaram em julgado nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões (Brasília e Rio de Janeiro) decisões favoráveis proferidas nos três principais processos da Companhia relativos à discussão sobre a não incidência do PIS e da COFINS sobre o ICMS.

(iv) Referidos créditos foram habilitados para compensação pela Secretaria da Receita Federal entre maio e outubro de 2019, de modo que a Companhia vem utilizando-o para quitar tributos federais vencidos desde junho de 2019. O montante total apurado do crédito foi de aproximadamente R\$ 3 bilhões, somados os três processos.

(v) Representado, principalmente, pela tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre faturamento, receita financeira e outros receitas.

(vi) A Companhia e a Oi Móvel ajustaram ações para discutir o correto cálculo da Contribuição destinada ao FUST e realizaram ao longo das ações depósitos judiciais a fim de suprir a exigibilidade da cobrança. Como tais discussões ainda serão apreciadas pelos tribunais superiores, eventual transformação em pagamento definitivo dos valores depositados não deverá ocorrer dentro de 2 (dois) anos.

(vii) A Companhia e a Oi Móvel, em conjunto com outras empresas do setor, ajustaram ação objetivando afastar a obrigatoriedade ao recolhimento das Taxas de Fiscalização de Instalação (TFI) e de Funcionamento (TFF). Foi proferida sentença que indeferiu os pedidos, ocasionando a interposição de recurso, que ainda aguarda julgamento. Com relação a TFF relativa ao ano de 2020 e a pendência de julgamento do mencionado recurso, foi formulado pedido de antecipação de tutela recursal, deferido em 18 de março de 2020, para suspender a exigibilidade da TFF referente ao ano de 2020, pedido esse renovado para o exercício de 2021, também deferido por decisão proferida em março de 2021, para manter a suspensão da exigibilidade até o julgamento do recurso.

(viii) Representado, principalmente, por atualização monetária sobre exigibilidade suspensa, além de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou determinação judicial, ou ainda, por decisão da Companhia pela apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota. A Companhia reconhece no ativo circulante o valor que se espera ser resgatado de depósitos judiciais ou valor que se espera ser compensado de depósitos judiciais contra provisões nos próximos doze meses.

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

CONTROLADORA¹		CONSOLIDADO	
2021	2020	2021	2020
Cíveis (i)	2.274.259	2.718.735	4.433.968
Tributárias	1.848.773	889.000	1.926.137
Trabalhistas	673.637	344.990	895.767
Subtotal:	4.796.669	3.951.725	5.283.842
Perda estimada	(479.272)	(15.233)	(63.472)
Total	4.317.397	3.936.492	5.220.370
Circulante	933.644	716.047	1.181.457
Não circulante	3.383.753	3.220.445	4.038.913

¹ Os saldos da controladora em 2021, incluem depósitos judiciais da Telemar incorporada em maio de 2021 (Nota 1).

(i) A redução ocorrida no exercício decorre, principalmente, da conversão em renda dos depósitos judiciais em favor da agência reguladora ANATEL, de acordo com o previsto no Aditamento ao PRJ e instrumento de transação assinado, com base nos preceitos da Lei nº 13.988/2020 (Notas 1 e 18).

13. DESPESAS ANTECIPADAS

CONTROLADORA¹		CONSOLIDADO	
2021	2020	2021	2020
Cíveis (i)	2.274.259	2.718.735	4.433.968
Tributárias	1.848.773	889.000	1.926.137
Trabalhistas	673.637	344.990	895.767
Subtotal:	4.796.669	3.951.725	5.283.842
Perda estimada	(479.272)	(15.233)	(63.472)
Total	4.317.397	3.936.492	5.220.370
Circulante	933.644	716.047	1.181.457
Não circulante	3.383.753	3.220.445	4.038.913

¹ Os saldos da controladora em 2021, incluem depósitos judiciais da Telemar incorporada em maio de 2021 (Nota 1).

(i) A redução ocorrida no exercício decorre, principalmente, da conversão em renda dos depósitos judiciais em favor da agência reguladora ANATEL, de acordo com o previsto no Aditamento ao PRJ e instrumento de transação assinado, com base nos preceitos da Lei nº 13.988/2020 (Notas 1 e 18).

14. DEMAIS ATIVOS

CONTROLADORA¹		CONSOLIDADO	
2021	2020	2021	2020
Aval com partes relacionadas	60.340	60.340	60.340
Créditos a receber (i)	204.316	89.620	204.440
Adiantamentos e valores a recuperar de fornecedores	395.449	69.480	316.935
Valores a receber com venda de imobilizado	223.019	84.031	223.019
Valores a receber	323.446	54.145	124.156
Valores a receber de alienação de investimento (ii)	46.302		85.319
Adiantamentos a empregados	29.188	16.802	53.259
Outros	113.057	38.587	143.743
Total	1.334.777	413.005	1.150.871
Circulante	875.092	346.445	736.670
Não circulante	459.685	66.560	414.201

¹ Os saldos da controladora em 2021, incluem os saldos incorporados da Telemar (Nota 1).

(i) Os créditos a receber da Fundação Sistel são decorrentes da participação da Companhia na distribuição do Superávit do plano PBS-A, devidamente aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 11 (onze) parcelas a receber corrigidas pela rentabilidade do Plano.

(ii) Valores a receber oriundos da alienação da UPI Data Center (Nota 1, item 3).

15. INVESTIMENTOS

CONTROLADORA¹		CONSOLIDADO	
2021	2020	2021	2020
Investimentos em controladas	6.209.496	7.339.368	
Negócios em conjunto	22.139		22.139
Investimentos em coligadas			25.081
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas		10.273	31.876
Outros investimentos	6.231.635	7.353.440	4.933
Total	12.463.270	14.732.881	60.926

¹ Os saldos da controladora em 2021, incluem os saldos incorporados da Telemar (Nota 1).

(i) Aumento de capital na Brt Multimídia, substancialmente, mediante a conferência de acervo formado por ativos, passivos e direitos relativos à operação de redes de fibra ótica da SPE InfraCo (Nota 16).

(ii) Incorporação da Telemar pela Companhia em maio de 2021 (Nota 1).

(iii) Investimentos baixados, substancialmente, em virtude das alienações da controlada Drammen (UPI Data Center) e da coligada Hispamar, R\$ 36.774 e R\$ 52.941, respectivamente.

(iv) Reclassificação de ativos mantidos para venda de ativos detidos nas UPI InfraCo (pelo percentual de 57,9% a ser alienado) e UPI Ativos Móveis, via o investimento direto na Oi Móvel, em virtude do atendimento dos critérios de reconhecimento como ativos mantidos para venda (Nota 31).

16. IMOBILIZADO

CONTROLADORA¹		CONSOLIDADO	
2021	2020	2021	2020
Equipamentos de comunicação automática	2.213.327	20.213.536	67.333.635
Equipamentos de transmissão e outros (i)	4.236.477	31.993.328	4.236.477
Infraestrutura	8.835.501	6.886.796	141.577.600
Prédios	609.262	809.262	809.262
Direito de uso - arrendamentos	1.112.321	1.112.321	1.112.321
Outros ativos	1.112.321	1.112.321	1.112.321
Total	17.918.113	42.529.844	215.538.129

¹ Os saldos da controladora em 2021, incluem os saldos incorporados da Telemar (Nota 1).

(i) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

(ii) Redução mediante, substancialmente, a conferência de acervo incorporado pela controlada Brt Multimídia, via aumento de capital, relativamente ao processo de segregação de ativos, passivos e direitos relativos à operação de redes de fibra ótica da SPE InfraCo (Nota 15).

17. INTANGÍVEL

CONTROLADORA¹		CONSOLIDADO	
2021	2020	2021	2020
Intangível em formação	12.489	259.766	14.477.394
Intangível em desenvolvimento	104	14	41
Intangível em uso	12.500	31.360	739
Total	25.094	259.786	14.491.839

¹ Os saldos da controladora em 2021, incluem os saldos incorporados da Telemar (Nota 1).

(i) Representado, substancialmente, pelos ativos das UPIs transferidos para ativos mantidos para venda (Nota 31).

18. FORNECEDORES

CONTROLADORA¹		CONSOLIDADO	
2021	2020	2021	2020
Forneceadores sujeitos à Recuperação Judicial	4.162.625	1.594.060	4.434.299
Forneceadores não sujeitos à Recuperação Judicial	2.069.380	820.488	3.374.114
Total	6.232.005	2.414.548	7.808.413

¹ Estes montantes incluem saldos com partes relacionadas conforme Nota 29 e incorporação da controlada Telemar em maio de 2021 (Nota 1).

(*) Crédito da Agência Reguladora de acordo com o previsto no Aditamento ao PRJ, cujo montante inscrito em dívida ativa foi objeto de assinatura de Instrumento de Transação com base nos preceitos da Lei 13.988/2020 (Nota 1). A redução no período decorre, principalmente, da redução do passivo pela conversão em renda dos depósitos judiciais em favor da ANATEL (Nota 1).

(**) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ e Instrumento de Transação firmado com a ANATEL, descontados por taxas que variam entre 14,9% a.a. e 17,2% a.a. considerando as maturidades de cada passivo (ANATEL e outras contas a pagar).

Crônomograma de vencimento dos fornecedores de longo prazo

CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
2023	2024	2023	2024
2023	59.263	59.263	41.909
2024	1.350.704	1.350.704	1.392.853
2025	1.346.179	1.346.179	1.395.729
2026	1.459.616	1.459.616	1.560.709
2027 a 2030	1.251.935	1.251.935	1.303.076
2031 e exercícios seguintes	446.220	446.220	610.471
Ajuste a valor presente (**)	(2.410.493)	(2.410.493)	(2.525.631)
Total	3.543.424	3.543.424	3.779.116

(i) Referem-se, substancialmente, aos impactos oriundos da alienação da UPI Torres.

(ii) Representado, substancialmente, pelos ativos das UPIs transferidos para ativos mantidos para venda (Nota 31 (a.1)).

(iii) Considera o valor de R\$ 295.537 reclassificado para resultado de operação descontinuada (Nota 31 (a.2)).

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas, ajustados para fins de aplicação da equivalência patrimonial, são os seguintes:

Controladas e Negócios em conjunto	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	CONTROLADORA			Participação - %	
			Quantidade em milhares de ações			Capital total	Capital votante
			Ordinárias	Preferenciais	Cotas		
Telemar	1.666.575						
Rio Alto	3.982	143	215.538	129	215.538	100	100
Oi Holanda	(2.366.739)	(320.851)	100	100	100	100	100
Oi Serviços Financeiros	1.998	2.663	799	100	100	100	100
PTIF	(4.673.136)	(748.760)	0,042	100	100	100	100
CVTEL	(5.224)	(267)	18	100	100	100	100
Carigans	148	0,100	100	100	100	100	100
Sereide	(349.545)	(98.134)	24.431.651	99,12	99,12	100	100
PT Participações	404.797	90.508	1.000.000	100	100	100	100
Drammen		3.601					
Oi Móvel	(1.077.599)	(5.446.049)	14.209.581	100	100	100	100
Brt Serviços Financeiros	667	1.742		7.499.999	100	100	100
Brt Call Center	(52.903)	(10.587)		22.370	100	100	100
Brt Multimídia	10.846.925	(719.145)	2.066.887	68,34	68,34	100	100
Hispamar		(8.887)					
AIX	18.714	1.436	298.563	50	50		

Controladas e Negócios em conjunto	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	CONTROLADORA			Participação - %	
			Quantidade em milhares de ações			Capital total	Capital votante
			Ordinárias	Preferenciais	Cotas		
Telemar	1.666.575						
Rio Alto	3.908	29	215.538	129	215.538	100	100
Oi Holanda	(2.045.888)	(552.359)	100	100	100	100	100
Oi Serviços Financeiros	2.970	3.958	799	100	100	100	100
PTIF	(3.924.376)	(1.004.957)	0,042	100	100	100	100
CVTEL	(3.297)	(828)	18	100	100	100	100
Carigans	147	0,100	100	100	100	100	100
Sereide	(251.411)	(65.409)	24.431.651	175,1	175,1	100	100
PT Participações (*) (i)	229.466	99.751	1.000.000	100	100	100	100
Drammen	79.524	16.249	30.847.963	48,37	48,37		

Controladas e Negócios em conjunto	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		VALOR DO INVESTIMENTO		PROVISÃO PARA PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	
			2021	Reapresentado 2020	2021	2020	2021	2020
			Telemar	1.666.575	(10.067.385)	154.032.213	190.464.750	100
Rio Alto	3.							

continuação



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	CONTROLADORA¹		CONSOLIDADO		Vencimento contratual	Juros
	2021	2020	2021	2020		
	Principal		Juros			
"Senior Notes" moeda estrangeira	9.664.934	9.000.226	14.876.979	9.000.226	Jul/2026	Semestral
Debêntures						
Públicas	7522.196	4.666.043	7522.196	7.267.752	Agosto/2024 a Fev/2035	Semestral
Privadas			2.199.882	3.583.906	Mai/2023	Mensal
Instituições financeiras						
Moeda nacional						
BNDES	3.232.633	1.089.195	4.586.453	4.256.709	Mar/2024 a Fev/2033	Mensal
Outros	1.989.169	604.641	2.170.694	2.102.188	Abr/2021 a Fev/2035	Mensal e Semestral
Moeda estrangeira	9.644.474	1.256.636	9.644.474	8.825.443	Agosto/2024 a Fev/2035	Semestral
Financiamento multilateral moeda estrangeira	561.244	492.674	561.244	492.674	Agosto/2024 a Fev/2030	Semestral
Oferta Geral						
Moeda nacional	207.006	151.988	207.035	207.035	Fev/2038 a Fev/2042	Parcela Única
Moeda estrangeira	1.506.797	1.423.268	5.894.241	5.782.888	Fev/2038 a Fev/2042	
Muito com controladas (Nota 29)	25.201.896	25.751.080				
Subtotal	59.530.349	44.635.751	47.963.198	41.518.821		
Custo de transação incorrido	(11.031)	(11.217)	(115.024)	(27.103)		
Desconto das dívidas (*)	(34.086.096)	(29.489.508)	(14.565.056)	(15.147.984)		
Total	25.433.222	14.935.026	32.983.118	26.343.734		
Circulante	436.240	408.027	2.900.410	424.957		
Não circulante	24.996.982	14.526.999	30.082.700	25.918.777		

¹ Os saldos da controladora em 2021, incluem empréstimos e financiamentos da Telemar incorporada em maio de 2021 (Nota 1).

(*) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 12,6% a.a. e 16,4% a.a. a depender das respectivas maturidades e moeda de cada instrumento.

Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
	Instituições financeiras	10.506	10.927	94.568
Debêntures	525	290	20.456	14.666
Total	11.031	11.217	115.024	27.103
Circulante	1.386	1.385	39.550	14.402
Não circulante	9.645	9.832	75.474	12.701

Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
	Euro	1.435.361	1.086.527	735.717
Dólar Norte Americano (*)	15.014.918	9.747.316	19.615.115	16.251.663
Reais	8.982.943	4.101.183	12.632.286	9.501.988
Total	25.433.222	14.935.026	32.983.118	26.343.734

(*) Considera a Debênture Privada 1ª Emissão da Oi Móvel. Embora seja uma dívida local, captada em Reais, possui capitalização diária atualizada pela variação cambial do Dólar Norte Americano (USD).

Composição da dívida por indexador

	Indexador/Taxa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2021	2020	2021	2020
		Taxa pré-fixada	1,75% a.a. – 13,61% a.a.	14.083.749	9.092.617
CDI	80% CDI	5.705.664	2.921.511	5.781.082	5.184.615
TJLP	2,95% a.a. + TJLP	3.232.139	1.088.926	4.585.465	4.255.632
TR	0% a.a.	38.992	22.633	38.998	30.830
Outros	0% a.a.	2.372.678	1.809.339	1.144.752	892.008
Total		25.433.222	14.935.026	32.983.118	26.343.734

Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Dívida de longo prazo		Custo de transação		Desconto das dívidas	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	2021					
2023	380.477	385.674	1.808	20.085	1.456.060	1.112.652
2024	896.742	949.670	1.808	20.085	1.461.890	1.118.579
2025	10.248.560	10.300.905	1.231	19.508	1.382.886	1.039.556
2026	935.027	5.939.797	422	11.102	1.270.416	927.027
2027 e exercícios seguintes	46.631.917	27.147.192	4.376	4.694	28.514.844	10.367.242
Total	59.092.723	44.723.238	9.645	75.474	34.086.096	14.565.056

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	2020		2021		2021	
	Captação	Amortização	Captação	Amortização	Captação	Amortização
	Empréstimos e Financiamentos	41.518.821	6.465.317	4.495.287	4.669.436	19.197
Desconto das dívidas	(15.147.984)	(660.288)	1.243.216	(14.565.056)		
Custo de transação	(27.103)			(87.921)		(115.024)
Total empréstimos e financiamentos	26.343.734	6.465.317	3.834.999	1.243.216	(4.669.436)	(165.988)

De 2º de dezembro de 2019, a Oi Móvel celebrou escritura de 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colação privada, no valor total de até R\$ 2.500 milhões ("Debêntures Oi Móvel 1ª Emissão", "1ª Emissão Oi Móvel" e "Escritura da 1ª Emissão Oi Móvel", respectivamente), nos termos da cláusula 5.3 do Plano de Recuperação Judicial Original. As Debêntures Oi Móvel 1ª Emissão foram integralizadas em 4 de fevereiro de 2020, tendo sido integralmente quitadas em 30 de julho de 2021.

Conforme mencionado na Nota 1, item Financiamentos previstos no Aditamento ao PRJ, no dia 21 de junho de 2021, a Oi Móvel celebrou escritura da 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colação privada, no valor total de R\$ 2.000 milhões, sendo integralmente subscritas em 30 de julho de 2021 ("Debêntures Oi Móvel 2ª Emissão", "2ª Emissão Oi Móvel" e "Escritura da 2ª Emissão Oi Móvel", respectivamente). As Debêntures Oi Móvel 2ª Emissão, possuem capitalização mensal com juros incorporados ao principal e pagos em única parcela no vencimento da emissão, em 30 de novembro de 2022, ou na conclusão da alienação da UPI Ativos Móveis, o que ocorrer primeiro.

Ainda conforme mencionado na Nota 1, item Financiamentos previstos no Aditamento ao PRJ, em 30 de julho de 2021, foram emitidos pela Oi Móvel "Senior Notes" em dólares norte-americanos (USD) com garantia real em valor agregado de US\$ 880 milhões com pagamento de juros semestrais e cupom de 8,75% a.a. O principal desta emissão será pago em parcela única no vencimento, em 30 de julho de 2026. Parte destes recursos foram utilizados para quitação integral das Debêntures Oi Móvel 1ª Emissão, com vencimento em janeiro de 2022 e valor principal de R\$ 2.500 milhões (incluindo juros e encargos). A escritura desta emissão prevê que a emissora lance uma oferta de recompra destas notas após a conclusão da alienação da UPI Ativos Móveis. A adesão à oferta é a exclusivo critério de cada titular.

Em agosto de 2021, a Companhia realizou pagamento de juros dos "Senior Notes" emitidos no âmbito da implementação do Plano Original, que vencem em julho de 2025, dividida entre que possui pagamentos de juros semestrais e cupom de 10% a.a.

Garantias

O financiamento do BNDES possui, originalmente, garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas Telemar, incorporada na Companhia, em 3 de maio de 2021, e Oi Móvel.

Os "bonds" emitidos pela Oi Móvel em 30 de julho de 2021 são integralmente garantidos por recebíveis da Companhia e de suas controladas, além de garantia fidejussória prestada pela Companhia e do penhor dos direitos de uso de radiofrequência, até a alienação da UPI Ativos Móveis, todas somente serão exercidas na ocorrência de inadimplemento. As Debêntures Oi Móvel 2ª Emissão são integralmente garantidas pelos recebíveis advindos da alienação prevista da UPI Ativos Móveis, pelas ações da Oi Móvel e pelos dividendos a receber que a Companhia tem a receber da BT Multimídia, além de garantia fidejussória da Companhia.

O montante total de garantias é de R\$ 3.553.701.

"Covenants"

De acordo com a Cláusula 17 do Anexo 4.2.4 do Plano de Recuperação Judicial ("Plano Original"), a Companhia e suas controladas estarão sujeitas a algumas cláusulas restritivas em determinados controles de empréstimos e financiamentos, com base em indicadores financeiros, os quais são acompanhados em bases trimestrais.

Conforme estabelecido no Plano Original, conforme aditado ("Aditamento ao PRJ"), o BNDES concordou que, a partir da homologação judicial do Aditamento ao PRJ, ocorrida em 8 de outubro de 2020, e até a liquidação financeira da alienação da UPI Ativos Móveis ou até 30 de maio de 2022, o que ocorrer primeiro, a obrigação de cumprimento dos índices financeiros previstos no contrato de financiamento do BNDES terá sua exigibilidade temporariamente suspensa pelo BNDES e, portanto, durante tal período, sua não observância não implicará em eventual descumprimento contratual e não causará, dentre outras consequências contratualmente previstas, o vencimento antecipado do saldo devido das dívidas da Companhia.

20. CESSAÇÃO DE CRÉDITOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
	Cessão de créditos	180.327	79.097	180.327
Total	180.327	79.097	180.327	377.047
Circulante	180.327	41.268	180.327	196.720
Não circulante		37.829		180.327

Esta cessão de créditos é oriunda da antecipação realizada, junto a instituição financeira, dos fluxos de caixa a receber da Fundação Sistel, conforme descrito na Nota 14. Em 14 de agosto de 2020, a Companhia recebeu R\$ 459.014, sendo R\$ 362.722 na Telemar, incorporada na Companhia em 3 de maio de 2021, relativo à liquidação da antecipação de 28 parcelas, mensais e sucessivas, correspondentes ao período de agosto de 2020 a novembro de 2022, descontadas a taxa de 11,35% a.a.

21. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
	SMP			62.553
Concessões do STFC		17.828		43.415
Total		17.828	62.553	43.415
Circulante		17.828	62.553	43.415

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP, obtidas através de licitações, e concessões de serviços STFC.

22. ARRENDAMENTOS A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
	Torres	2.263.935	593.665	2.241.507
Espaço físico	318.114	52.736	571.963	371.240
Lojas			85.376	94.121
Móveis	1.577	1.020	32.616	63.793
Veículos	5.351	40.799	51.765	146.974
Energia distribuída	13.739		24.947	24.598
Total	2.602.716	688.220	3.008.174	2.981.677
Circulante	501.229	146.415	676.074	654.662
Não circulante	2.101.487	541.805	2.332.100	2.327.016

Movimentação dos arrendamentos a pagar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
	Saldo em 01/01/2020		656.359	
Novas contratações		152.021		1.511.738
Cancelamentos		(80.960)		(1.093.644)
Juros		84.169		1.029.662
Pagamentos		(144.823)		(1.789.106)
Modificações contratuais		21.454		809.122
Transferência para mantidos para venda				(5.836.120)
Saldo em 2020		688.220		2.981.677
Incorporação Telemar (Nota 1)		1.901.424		513.483
Novas contratações		190.707		(164.631)
Cancelamentos		(43.583)		255.439
Juros		255.439		(467.764)
Pagamentos		(173.739)		(124.279)
Modificações contratuais				(30.450)
Transferência para mantidos para venda				
Saldo em 2021		2.602.716		3.008.174

Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar de longo prazo

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
	2023		501.603	
2024		483.307		571.528
2025		466.999		539.126
2026		301.662		335.114
2027 a 2030		1.114.308		1.130.706
2031 e exercícios seguintes		2.067.768		1.970.705
Total		4.935.647		5.171.089
Juros		(2.834.160)		(2.338.989)
Não circulante		2.101.487		2.332.100

O valor presente dos arrendamentos a pagar foi calculado, através da projeção dos pagamentos futuros fixos, que não consideram inflação projetada, descontados pelas taxas de desconto, que variam de 10,79% a 12,75% a.a.

Contratos não reconhecidos como arrendamentos a pagar
A Companhia optou por não reconhecer um passivo de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (arrendamentos com prazo esperado de 12 meses ou menos) ou para arrendamentos de ativos de baixo valor. Em 31 de dezembro de 2021, tais arrendamentos foram reconhecidos no resultado no montante de R\$ 2.410 (2020 - R\$ 1.977), na controladora, e de R\$ 20.884 (2020 - R\$ 25.710), no consolidado. Além disso foram reconhecidos

também no resultado o montante de R\$ 16.870 (2020 - R\$ 941), na controladora, e de R\$ 80.694 (2020 - R\$ 4.938), no consolidado, referente a pagamentos variáveis de arrendamento.

Informações complementares

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, de 18 de dezembro de 2019 e ao Ofício Circular/SNC/SEP/01/20, de 5 de fevereiro de 2020, segue abaixo informações complementares:

	CONTROLADORA						
	Maturidade vencimento	Taxa média desconto	2023	2024	2025	2026	2027 a 2030
Até 2023	10,79%	13.031					
2024 até 2030	12,27%	91.992	86.728	70.420	33.036	39.805	
2031 até 2034	12,58%	302.952	302.952	302.952	174.999	699.997	404.940
A partir de 2035	12,75%	93.628	93.627	93.627	93.627	374.506	1.662.828
Total		501.603	483.307	466.999	301.662	1.114.308	2.067.768
Inflação projetada¹		4,78%	4,21%	4,45%	4,80%	5,50%	5,79%

	CONSOLIDADO						
	Maturidade vencimento	Taxa média desconto	2023	2024	2025	2026	2027 a 2030
Até 2023	10,79%	31.508					



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

	Ações ordinárias (*)		Ações preferenciais (*)	
	2021	2020	2021	2020
Saldo em 01/01/2020	30	1.812	30	1.812
Saldo em 2020	30	1.812	30	1.812
Emissão de ações	644.020			
Saldo em 2021	644.050	1.812	644.020	1.812

Valor de mercado das ações em tesouraria
O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

	2021		2020	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Quantidade em milhares de ações em tesouraria	1.812	644.050	1.812	30
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	1,28	0,76	2,82	2,20
Valor de mercado	2.319	489.478	5.110	68

Segue abaixo quadro demonstrativo, considerando a dedução do valor das ações em tesouraria dos saldos da reserva que deu origem à recompra:

	2021		2020	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Saldo contábil das reservas de capital	3.928.326	3.906.771	3.928.326	3.906.771
Ações em tesouraria	(33.315)	(33.315)	(33.315)	(33.315)
Saldo, líquido das ações em tesouraria	3.895.011	3.873.456	3.895.011	3.873.456

(c) Reservas de capital
As reservas de capital são constituídas, principalmente, pelas reservas descritas abaixo e em conformidade com as seguintes práticas:
Reserva especial de água na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor de crédito tributário.
Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representado por: (i) acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) acervo líquido incorporado pela Companhia na incorporação da TmPart aprovada em 1 de setembro de 2015.
Outras reservas de capital: representado, principalmente por: (i) R\$ 3.837.009 relativos ao aumento de capital com novos recursos ocorrido em janeiro de 2019, e (ii) R\$ 2.462.799 relativos a absorção de reservas de capital, devido a entrega de ações em tesouraria à Bratel em abril de 2019.

(d) Outros resultados abrangentes
Para fins de apresentação no formulário ITR On line da CVM/B3, foram incluídos em outros resultados abrangentes e são apresentados abaixo:

	Outros resultados abrangentes		Custo de emissão de ações		Ajuste de avaliação patrimonial		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Saldo em 01/01/2020	(9.169)	(801.073)	(141.871)	(1.034.113)				
Resultado na contabilidade de "hedge"				(2.409)				
Ganho atuarial	580.134			580.134				
Variação cambial sobre investimento no exterior	53.404			53.404				
Saldo em 2020	539.960	(801.073)	(141.871)	(402.984)				
Resultado na contabilidade de "hedge"	3.343			3.343				
Perda atuarial	(15.873)			(15.873)				
Variação cambial sobre investimento no exterior	(6)			(6)				
Saldo em 2021	527.424	(801.073)	(141.871)	(415.520)				

(e) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído
Os acionistas ordinários e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os mesmos.

Básico
O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído
O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas.
A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	2021		2020	
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Prejuízo das operações continuadas	(9.578.483)	(10.546.034)	(9.578.483)	(10.546.034)
Lucro das operações descontinuadas (líquido de impostos)	1.062.298	16.071	1.062.298	16.071
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores da Companhia	(8.516.185)	(10.529.963)	(8.516.185)	(10.529.963)
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(8.293.113)	(10.254.142)	(8.293.113)	(10.254.142)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(223.072)	(275.821)	(223.072)	(275.821)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	5.796.459	5.796.448	5.796.459	5.796.448
Ações preferenciais – básicas e diluídas	155.915	155.915	155.915	155.915
Prejuízo por ação (Em Reais):				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(1,43)	(1,77)	(1,43)	(1,77)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(1,43)	(1,77)	(1,43)	(1,77)
Prejuízo por ação das operações continuadas (Em Reais):				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(1,61)	(1,77)	(1,61)	(1,77)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(1,61)	(1,77)	(1,61)	(1,77)
Lucro (Prejuízo) por ação das operações descontinuadas (Em Reais):				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	0,18	(0,00)	0,18	(0,00)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	0,18	(0,00)	0,18	(0,00)

As ações preferenciais adquiriram direito a voto se a Companhia, por três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus na forma do seu Estatuto Social.

27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Planos de pensão
A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2021.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi, Oi Móvel e BRT Multimídia	FATL
TelemarPrev	Oi e Oi Móvel	FATL
PAMEC	Oi	Oi
PBS-A	Oi e Oi Móvel	SISTEL
PBS-Telemar	Oi	FATL
PBS-TNC	Oi Móvel	FATL
CELPREV	Oi Móvel	FATL
PAMA	Oi	SISTEL

SISTEL – Fundação Sistel de Seguridade Social
FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social
A Companhia, para efeitos de fundos de pensão ao ser referida nesta nota, também poderá estar denominada "Patrocinadora".

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as avaliações atuariais foram realizadas pela PREVUE Consultoria. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuidade da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio. Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentem situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para planos de pensão
Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Passivos atuariais				
Obrigações financeiras - Plano BRTPREV (i)	804.778	694.063	804.778	694.063
Plano PAMEC	8.623	7.995	8.623	7.995
Total	813.401	702.058	813.401	702.058
Não circulante	813.401	702.058	813.401	702.058

(i) A Companhia possuía contrato de obrigações financeiras firmado com a Fundação Atlântico destinado ao pagamento de provisão matemática sem cobertura no patrimônio do plano. Com a aprovação e homologação do PRJ, o respectivo crédito da Fundação Atlântico com a Oi está sujeito aos termos do PRJ.

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras
A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora. O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Ativos atuariais				
Plano TCSPREV	25.548	41.901	25.683	42.233
Plano CELPREV	420	160	420	160
Plano PBS-TNC	827	2.142	827	2.142
Total	25.548	41.901	26.930	44.535
Circulante	793	4.984	2.175	7.618
Não circulante	24.755	36.917	24.755	36.917

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

1) FATL
A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipiano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativas, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos
(i) PBS-Telemar
É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, fechado a novas adesões, inscrito no CNPJ sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 8% da folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(ii) TelemarPrev
É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPJ sob o nº 2000.0065-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iii) TCSPREV
É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, fechado a novas adesões, inscrito no CNPJ sob o nº 2000.0028-38.

Em 30 de novembro de 2018, data da efetiva incorporação, o Plano de Benefícios TCSPREV incorporou o Plano de Benefícios BRTPREV (CNPJ nº 2002.0017-74), tornando-se sucessor universal dos direitos e obrigações deste Plano, assumindo todos os seus ativos e passivos. A citada incorporação foi aprovada pela Portaria PREVIC nº 995, de 24 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 208 em 29 de outubro de 2018.

Com o reconhecimento e registro da incorporação, os Participantes e Beneficiários vinculados ao BRTPREV tornam-se, automaticamente, Participantes e Beneficiários do TCSPREV, respeitando-se as categorias dos Beneficiários no dia anterior à data da incorporação.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória dos Participantes Ativos do TCSPREV e BRTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, que poderá variar de 3% a 8% sobre o Salário-de-Participação, de acordo com a idade e escolha do Participante. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras.

A Contribuição mensal dos Participantes do Plano Fundador/Alternativo, anteriormente incorporado pelo BRTPREV, corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial, e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar o maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras.

Observados os critérios regulamentares, as contribuições de Patrocinadoras, relativas a Participantes do TCSPREV e BRTPREV, cessarão, automaticamente, no mês subsequente àquele em que o Participante completar 60 anos de idade, e 10 anos de Serviço Creditado e 10 anos de vinculação ao Plano.

Para os participantes migrados do Plano PBS-TCS para o Plano TCSPREV, as contribuições de Patrocinadoras cessarão no mês subsequente àquele em que o Participante completar 57 anos de idade, 10 anos de vinculação ininterrupta ao PBS-TCS e ao Plano TCSPREV, 10 anos de Serviço Creditado na Patrocinadora e 35 anos de vinculação ao regime da Previdência Social.

A Contribuição Voluntária de Participantes do TCSPREV e BRTPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22%, em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação.

A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, conforme o Plano TCSPREV ou BRTPREV, desde que não inferior a uma UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV) ou a uma UPBRT (Unidade Previdenciária BRT), respectivamente. Não há contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntárias ou Esporádicas do Participante.

O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iv) PBS-TNC
É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, fechado a novas adesões, inscrito no CNPJ sob o nº 2000.0013-19.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-TNC corresponde ao somatório de: (i) 0,28% a 0,40% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 0,57% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão, e (iii) 6,25% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a um percentual sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, conforme definido anualmente no Plano de Custeio.

A contribuição dos Participantes Assistidos (apenas para os que recebem abono de aposentadoria) equivale um percentual a ser fixado anualmente no Plano de Custeio, incidente sobre o benefício global, limitada ao valor do abono. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(v) CELPREV
É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Definida, inscrito no CNPJ sob o nº 2004.0009-29.

Em 12 de janeiro de 2018, através da Portaria nº 22 publicada no Diário Oficial da União em 16 de janeiro de 2018, a PREVIC aprovou o novo texto do Regulamento do Plano, contemplando o fechamento da massa de participantes do CELPREV, sendo vedada novas adesões.

A Contribuição Normal Básica de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0%, 0,5%, 1%, 1,5% ou 2%, conforme opção, sobre o seu Salário-de-Participação (SP). As Patrocinadoras contribuirão com valor equivalente a essa Contribuição, deduzida a Contribuição mensal e obrigatória de sua responsabilidade necessária ao custeio do Risco (Benefício de Auxílio-Doença).

A Contribuição Normal Adicional de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0% a 6%, em múltiplos de 0,5%, conforme opção, sobre o Salário-de-Participação que exceder a 10 Unidades de Referência do Plano (URP). As Patrocinadoras contribuirão com igual valor.

A Contribuição Voluntária de Participante corresponderá ao percentual em número inteiro, livremente escolhido pelo mesmo, aplicado sobre o Salário-de-Participação. Não haverá contrapartida da Patrocinadora sobre o valor desta contribuição.

A Contribuição Eventual da Patrocinadora será voluntária e corresponderá à aplicação de um percentual entre 50% e 150% da soma das contribuições Normal Básica e Normal Adicional da Patrocinadora, de acordo com critérios e não discriminatórios, efetuada em frequência por ela determinada.

A Contribuição Especial de Patrocinadora é específica para os novos entrados no Plano, no prazo de 90 dias a contar de 18 de março de 2004.

A Contribuição de Risco, mensal e obrigatória de Patrocinadora, necessária à garantia do custeio do Benefício de Auxílio-Doença, corresponderá a um percentual sobre a folha de Salário-de-Participação dos Participantes Não Migrantes.

O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

2) SISTEL
A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativas, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir e operar planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Planos
(i) PBS-A
O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinados aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à aplicação de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2020, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

Em dezembro de 2019, foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) a destinação de reserva especial do Plano de Benefícios PBS-A, com reversão de valores às patrocinadoras e melhoria de benefícios, na forma de renda temporária, aos assistidos. O valor total da participação da Companhia no superávit do PBS-A, corresponde a R\$ 669.054 (R\$ 140.274 na controladora), a ser recebido em 36 parcelas mensais, corrigidas pela rentabilidade do Plano, cujo reconhecimento contábil será dado no fluxo do recebimento das parcelas, com efeito em outros resultados abrangentes, conforme requerimento do IAS 19/ CPC 33.

(ii) PAMA
O PAMA é um plano de assistência à saúde ao aposentado que tem por objetivo a cobertura de assistência médica aos participantes assistidos, com a coparticipação e a contribuição deste, desde que vinculados aos planos de benefícios de previdência do tipo Benefício Definido, administrados pela SISTEL.

Até 2014, a Companhia não considerava os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

No entanto, a partir do posicionamento da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que a SISTEL é uma estipulante de plano de assistência à saúde adaptados à Lei nº 9.656/1998 e, consequentemente, não se enquadra como operadora de plano de saúde, a Fundação passa, a ter de manter um fluxo de obrigações mesmo que não haja uma correspondente receita contributiva. Assim, não é mais possível a manutenção da configuração de plano de contribuição definida.

Em outubro de 2015, em cumprimento de determinação judicial, a SISTEL transferiu parte do excesso de recursos do plano de benefícios PBS-A, no montante de R\$ 3.042 milhões, para solvência do PAMA. Do total transferido, R\$ 2.127 milhões estavam relacionados aos planos patrocinados pela Companhia, rateados de forma proporcional à parcela das obrigações do benefício definido. O valor foi estabelecido com base em estudos atuariais elaborados por consultoria externa mediante premissas aderentes à massa de usuários do PAMA, bem como avaliação do crescimento das despesas médicas inerentes a esta massa. A partir da referida determinação judicial, a Companhia passou a calcular e divulgar as informações sobre as obrigações atuariais do PAMA, de acordo com as regras do CPC 33 (CVM 695).

3) PAMEC-BRT - Plano assistencial administrado pela Companhia
É um plano assistencial, destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao Plano de Benefício TCSPREV. O plano de benefício deste administrado pela FATL.

As contribuições para o PAMEC-BRT foram pagas integralmente em julho de 1998, através de doação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela Companhia, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida no passivo da Companhia.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social
Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	CONTROLADORA					
	2021			2020		
	PLANOS DE PENSÃO		PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	PLANOS DE PENSÃO		PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev		PBS-A	PAMEC	
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	3.680.103	8.702	240.477	1.185.846	7.995	756.707
Juros sobre obrigações atuariais	270.352	636	17.793	83.424	614	58.183
Custo do serviço corrente	160		75			206
Contribuições de participantes vertidas no ano	9					
Benefícios pagos líquidos	(285.017)	(895)	(10.535)	(85.402)	(1.176)	(51.160)
Elevação/(redução) do ativo em decorrência de mudanças por incorporação de controlada			322.112	4.230.581	4.063.215	3.001.593
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(137.515)	(2.315)	118.10	(84.517)	1.190	(102.975)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	3.528.092	328.240	4.490.201	5.162.566	8.623	3.662.554
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	4.001.317	10.200	242.363	1.654.568	815.985	

continuação



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2021

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2021.
b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATI, e pela Sistel são de 31 de julho de 2021, e para o plano PAMEC é de 30 de setembro de 2021, todos projetados para 31 de dezembro de 2021.

Política de investimentos dos planos

A estratégia de investimento dos Planos de Benefícios está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários.

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	TCSPREV	PBS - Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMA
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Investimentos no exterior	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Imóveis	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	TCSPREV	PBS - Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMA
Renda fixa	87,10%	97,20%	92,90%	96,71%	96,80%	74,10%	100,00%
Renda variável	1,90%	0,00%	0,90%	0,02%	0,02%	3,70%	0,00%
Investimentos estruturados	7,40%	1,90%	3,50%	0,00%	2,96%	14,40%	0,00%
Investimentos no exterior	2,50%	0,00%	1,30%	0,00%	0,00%	6,50%	0,00%
Imóveis	1,00%	0,90%	0,80%	3,20%	0,00%	0,30%	0,00%
Empréstimos a participantes	0,50%	0,40%	0,6%	0,07%	0,22%	1,00%	0,00%

(b) Participações dos empregados nos lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas, registraram provisões para participação dos empregados nos resultados com base nas estimativas de cumprimento das metas individuais e corporativas, no montante total de R\$ 20.810 (2020 – R\$ 147.816) na controladora e R\$ 81.037 (2020 – R\$ 385.667) no consolidado.

(c) Remuneração baseada em ações

A estratégia de remuneração da Companhia, desde 2019, quando foram aprovados em Assembleia os Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP) baseados em ações, é de concentrar a maior parte do pacote de remuneração nos componentes variáveis, sujeitos portanto ao cumprimento de metas de performance e a menor parte em salários fixos. Os componentes variáveis de curto e longo prazos possuem metas aderentes à estratégia da Oi e pretendem, assim, alinhar interesses dos administradores com acionistas. As definições e a execução da estratégia de remuneração adotada pela Companhia são acompanhadas e supervisionadas pelo Conselho de Administração, por meio do seu Comitê de Gente, Nomeações e Governança Corporativa.

Plano de outorga de ações ao Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração e dos respectivos comitês recebem honorários fixos mensais. Adicionalmente, com o objetivo de alinhar os interesses dos membros do Conselho aos dos acionistas da Companhia, além de aproximar a remuneração do Conselho da Oi à do mercado comparável, foi estabelecido um plano de incentivos de longo prazo baseado em ações para o Conselho de Administração (Plano de Outorga de Ações do Conselho de Administração) que foi submetido e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 26 de abril de 2019.

O plano prevê outorgas de ações anuais ao longo de três anos, representativas de, no máximo, 0,40% das ações do capital social da Companhia.

A implementação do plano aprovado pela Assembleia está suspensa, por decisão judicial, até que seja encerrada a recuperação judicial da Companhia, quando então serão concedidas ações aos membros do Conselho de Administração titulares desses direitos, respectivamente, nas datas de outorga em 2019, 2020 e 2021.

Tendo em vista a perspectiva, com razoável probabilidade, de conclusão do Plano de Recuperação Judicial em 2022, foi necessário realizar o provisionamento dos valores conforme os termos originalmente previstos no Plano. Desta forma, a Companhia reconhece em 31 de dezembro de 2021 a obrigação relativa ao plano de incentivo de longo prazo, de acordo com as regras aprovadas na Assembleia, no montante de R\$ 9.883 (2020 – R\$ 4.893).

A quantidade de ações em cada outorga é calculada individualmente para os membros do Conselho de Administração de acordo com sua função e serão entregues aos mesmos, desde que a condição de performance do plano seja atingida.

Plano de outorga de ações ao Diretor Presidente

O plano de incentivos de longo prazo exclusivo para o Diretor Presidente foi submetido e aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de abril de 2021. O plano tem por objetivo promover o alto engajamento, estimulando as ações voltadas para o sucesso do plano de transformação da Companhia.

O plano corresponde a outorga única ao beneficiário, representativa a 0,10% de ações do capital social total da Companhia, em 4 de outubro de 2021, data da aprovação do plano de outorga de ações, o qual corresponde a um total de 5.904.205 ações, liquidada em "vesting" único, ao final de 2024, se atingidas todas as condições de performance previstas no plano. O valor médio da ação na data da outorga corresponde a R\$ 1,21 por ação.

O plano não prevê diluição adicional dos atuais acionistas, em relação aos limites já aprovados em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2019 para os planos de outorga de ações aos executivos e ao conselho de administração, uma vez que haverá sobreposição de ações dos referidos planos.

Plano de outorga de ações a executivos

O plano de incentivo de longo prazo baseado em ações para os executivos (Plano de Outorga de Ações a Executivos) foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 26 de abril de 2019, juntamente com o Plano do Conselho de Administração, conforme descrito acima. O plano dos Executivos, assim como o do Conselho de Administração, além dos objetivos já expostos acima, ao mesmo tempo, permite posicionar competitivamente a remuneração dos executivos em relação ao mercado.

O plano prevê outorgas de ações anuais ao longo de três anos, representativas de, no máximo, 1,5% das ações do Capital Social da Companhia.

A quantidade de ações por outorga é calculada individualmente com objetivo de manter a competitividade dos executivos em relação ao desempenho de suas funções e serão entregues aos mesmos, desde que a condição de performance do plano seja atingida.

As informações utilizadas na avaliação do plano de outorga de ações a executivos são apresentadas a seguir:

Data da outorga	Porcentual de diluição das ações (i)	Número de ações outorgadas	Parcelas de aquisição do direito ("vesting")	Datas de aquisição do direito ("vesting")	Valor médio da ação na data da outorga	Valor justo estimado na data da aquisição do direito ("vesting") (ii)
30/12/2019	0,57%	33.704.937	1/3	30/12/2020 30/12/2021 30/12/2022	0,95	34,406
30/12/2020	0,36%	21.549.687	1/3	30/12/2023 30/12/2022 30/12/2023	2,02	47,079
30/12/2021	0,62%	36.759.795	1/3	30/12/2024	0,96	38,934

(i) Os percentuais de diluição relativos às ações outorgadas informados no quadro acima, não serão plenamente atingidos em decorrência das movimentações de saídas dos executivos da Companhia e consequentemente do programa. Em 31 de dezembro de 2021, o percentual total de diluição das ações acumuladas do programa foi de 1,38%.

(ii) O valor justo estimado na data da aquisição do direito foi mensurado considerando o valor das ações outorgadas em 30 de dezembro de 2019, 30 de dezembro de 2020 e 30 de dezembro de 2021, corrigido pelo custo médio ponderado de capital de 10,98%, 9,94% e 10,29%, respectivamente, estimado para o período de três anos do programa, trazido a valor presente pelo fator de oportunidade do período de 14,67%, 10,55% e 10,25%, respectivamente, que corresponde ao valor justo da ação.

As movimentações ocorridas no saldo de outorga de ações estão resumidas a seguir:

Outorga de ações em	Ações	Valor médio da ação R\$
30/12/2019	33.704.937	0,95
Outorga de ações em 30/12/2020	21.549.687	2,02
Saldo de outorga de ações em 2020	55.254.624	2,04
Outorgas liquidadas (i)	(14.128.406)	2,04
Acrescimento em outorga de ações (ii)	667.330	2,02
Outorga de ações em 30/12/2021	36.759.795	0,96
Saldo de outorga de ações em 2021	78.553.243	

(i) Em fevereiro de 2021 foi realizada a liquidação em dinheiro do primeiro período de aquisição do direito da primeira outorga de ações, considerando a cotação das ações ordinárias da Companhia (OIBR3), no fechamento do período de 45 dias contados da data de aquisição do direito, conforme estabelecido no contrato de outorga de ações.

(ii) Outorgas realizadas a executivos admitidos no decorrer de 2021.

O valor justo da outorga de ações é apurado com base no período de aquisição de direito e reconhecido à medida que os serviços são prestados. À despesa reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 32.444 (2020 – R\$ 28.828).

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Conselho de Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que exclui as operações descontinuadas e que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não compõem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que demandam divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios relacionam-se essencialmente às empresas Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A. R.L. ("CSTT"), empresa alienada em novembro de 2021 e Timor Telecom S.A., as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis.

A geração de receita é avaliada pelo Conselho de Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga);
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte, além dos serviços Digitais e de TI (OI Soluções); e
- Serviços de TV DTH.

Telecomunicações no Brasil

Na preparação da informação financeira deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	2021	2020	Reapresentado
Residencial	5.214.246		5.187.357
Empresarial / Corporativo (serviços B2B)	3.548.898		3.900.942
TV DTH	1.418.368		1.530.369
Outros serviços e negócios	85.648		92.661
Receita de vendas e/ou serviços	10.267.160		10.711.329
Despesas operacionais			
Depreciação e amortização	(3.953.918)		(3.838.740)
Interconexão	(140.775)		(165.377)
Pessoal	(1.794.110)		(1.802.890)
Serviços de terceiros	(3.983.809)		(4.224.853)
Serviços de manutenção de rede	(436.003)		(514.147)
Custo de aparelhos e outros	2.515		6.077
Publicidade e propaganda	(360.838)		(310.912)
Aluguéis e seguros	(1.943.975)		(1.357.074)
Provisões / Reversões	(195.554)		(141.968)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(89.691)		(227.007)
Reversão de perdas com imparidade	641.371		1.129.708
Tributos e outras despesas	(11.553)		(297.688)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(753.546)		(518.334)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos	(2.152.726)		(1.551.876)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	341.004		3.983.457
Despesas financeiras	(9.908.191)		(16.698.736)
Resultado antes dos tributos	(11.719.913)		(14.267.155)
Imposto de renda e contribuição social	2.042.019		3.576.271
Prejuízo das operações continuadas	(9.677.896)		(10.690.884)
Operações descontinuadas			
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos) (Nota 31)	1.062.298		16.071
Prejuízo do exercício	(8.615.598)		(10.674.813)

Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:

	2021	2020	Reapresentado
Receitas de vendas e/ou serviços			
Receitas relativas ao segmento reportado	10.267.160		10.711.329
Receitas relativas a outros negócios	216.319		218.893
Receita de vendas e/ou serviços de operações continuadas (Nota 5)	10.483.479		10.930.222

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:

	2021	2020	Reapresentado
Resultado antes do resultado financeiro e tributos			
Telecomunicações no Brasil	(2.152.726)		(1.551.876)
Outros negócios	115.587		218.318
Resultado antes do resultado financeiro e tributos de operações continuadas (Nota 5)	(2.037.139)		(1.333.558)

O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 31 de dezembro de 2021, são como segue:

	2021	2020	Reapresentado
Total do ativo			
Total do ativo passivo	78.775.824		16.124.752
Ativos tangíveis	57.393.084		6.244.742
Ativos intangíveis	21.382.740		9.879.990
Investimento em ativos tangíveis e intangíveis	78.775.824		26.075.484
Total do passivo			
Total do passivo tangível	78.775.824		16.124.752
Total do passivo intangível	102.367		12.643
Investimento em ativos tangíveis e intangíveis	78.978.191		28.767.395

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Ativo				
Contas a receber	1.955.107	1.028.195		
BRT Call Center	50.464	92.012		
BRT Multimídia	133.846	2.657		
Oi Móvel	1.770.201	804.891		
Telemar		123.318		
Sereide	551	3.970		
Paggo Administradora Drammen	45			
Caliteia		1.270		
Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	11.826.732	7.621.777		
PTIF	6.137.597	5.049.527		
Oi Holanda	3.106.199	2.571.641		
Pointer	737	404		
BRT Multimídia	2.582.199			
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	22.841	2.466		
Oi Serviços Financeiros	4.624	990		
Rio Alto	1.546	1.476		
BRT Serviços Financeiros	16			
Oi Móvel	16.655			
Outros	443.816	155.978		
Telemar	63.671	63.671		
Oi Móvel	5.275	13.202		
BRT Multimídia	18.555	17.839		
PTIF	700	309		
CVTEL	3.322	1.485		
Sereide	272.375	39.248		
BRT Multimídia	107.150	17.039		
BRT Call Center	36.439			
Drammen	3.188			

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Passivo				
Fornecedores	454.705	139.509		
BRT Call Center	72.711	60.262		
BRT Multimídia	75.523	29.031		
Oi Móvel	174.052	33.654		
Telemar	101	11.492		
Paggo Administradora Sereide	132.318	47		
Drammen		101		
Empréstimos e financiamentos (i)	2.083.239	1.591.964		
Telemar	1.170	59.889		
Oi Móvel	2.082.069	1.532.075		
Oi Holanda	2.082.069			
Dividendos (ii)	819.571	819.571		
Oi Móvel	819.571			
Demais obrigações	43.350	31.690		
Telemar	3.393	3.393		
Oi Móvel	11.763			
Rio Alto	975	975		
BRT Multimídia	4.768	717		
Oi Investimentos	13.927	11.972		
PT Participações	11.919	14.633		

(i) A Companhia contrata mutuos com suas controladas segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas. Os valores demonstrados estão líquidos de AVJ.

(ii) Dividendos devidos após incorporação da Telemar pela Companhia em 3 de maio de 2021.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Receitas				
Receita dos serviços prestados	1.011.741	44.900		
BRT Multimídia	508.642	539		
Oi Móvel	497.878	30.194		
Telemar	4.371	13.413		
Sereide	624	317		
Paggo Administradora Drammen	7	219		
Outras receitas operacionais	104.483	45.276		
BRT Multimídia	45.683	45.276		
Oi Móvel	47.006			



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

b) Potenciais efeitos da pandemia do COVID-19
 Em janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde anunciou que a COVID-19 era uma emergência de saúde global e em março classificou-a como uma pandemia que tem provocado mortes e a imposição de medidas que causam impactos sociais e econômicos sem precedentes no Brasil e no mundo.
 A Companhia entende o papel fundamental das telecomunicações para sociedade, está cumprindo as recomendações de saúde e segurança estabelecidas pelas autoridades e vem monitorando a situação, seus desdobramentos e possíveis impactos. Por esta razão, mantém desde março de 2020 uma equipe multidisciplinar de resposta à crise focada na garantia da continuidade de sua operação e atendimento de seus clientes, na saúde de seus funcionários e no acompanhamento de ações de combate aos efeitos da pandemia.
 Entre as principais medidas adotadas e mantidas pela Companhia desde o início da pandemia, destacamos:
 • "Home Office": cerca de 71% da força de trabalho está trabalhando remotamente e têm conseguido cumprir suas funções sem qualquer interrupção;
 • Protocolo trabalho de campo seguro: colaboradores cujas as atividades não são compatíveis com o "home office", tais como técnicos de serviços externos (classificados pelas autoridades como serviço essencial), sempre protocolos sanitários e preventivos, entre eles a utilização de EPIs (equipamentos de proteção individual), testes e o isolamento temporário de eventuais casos suspeitos ou confirmados;
 • Cobertura de estoques: mantemos comunicações regulares com nossos fornecedores e prestadores de serviços de modo a garantir as entregas de insumos e equipamentos em tempo hábil e prevenir interrupções em nossa cadeia logística e suprimentos;
 • Fortalecimento da rede: a Companhia reagiu rapidamente ao aumento da demanda por serviços de telecom e alocou novos circuitos em sua infraestrutura de "backbone" que não sofreu nenhum declínio relevante mesmo com o aumento de tráfego.
 • Digitalização: a Companhia possui e o monitoramento de pessoas portadoras de enfermidades crônicas e segue operando normalmente. Além disso, ofereceu alternativas aos seus clientes e minimizando eventuais impactos de restrições de atividades presenciais. Sobre o segundo trimestre de 2021, em função de uma nova onda da pandemia, mais fortemente em abril de 2021, autoridades locais e regionais promoveram e aplicaram medidas de isolamento social e quarentena e promulgaram decretos limitando as operações comerciais "não essenciais", o que resultou no fechamento de parte das lojas da Companhia no varejo e de canais de distribuição do seu serviço móvel. Em contrapartida segue em crescimento a demanda por nossos serviços de banda larga especificamente, os serviços FTTH, tanto de clientes residenciais quanto de B2B. No aspecto operacional não houve impactos significativos, sendo que a partir de maio de 2022 o cenário já incluiu a retomada de atividades essenciais e segue operando normalmente. Ao longo do segundo trimestre, com o avanço gradual da vacinação e redução de índices de ocupação de leitos, muitos estados e municípios iniciaram o processo de reabertura gradual e flexibilização das medidas restritivas. Desta forma, cumprindo todos os protocolos estabelecidos, a Companhia retornou gradativamente as atividades das suas lojas próprias, ainda que permanecem sendo monitoradas as situações em cada localidade para o caso de eventuais alterações.
 Adenando o terceiro trimestre do ano, reestruturamos o questionário para monitoramento de saúde da nossa força de trabalho, tornando-o alétri de uma ferramenta de prevenção e combate aos efeitos da pandemia, um instrumento de levantamento e diagnóstico de sintomas e de monitoramento de pessoas portadoras de enfermidades crônicas e segue operando normalmente. Ao final do quarto trimestre com as flexibilizações de ações restritivas e flexibilidades, mesmo considerando o avanço da cobertura vacinal, o Brasil enfrenta uma nova onda de transmissão da doença com a variante Omicron. Desta forma, a Oi registrou no período 437 casos de COVID-19 confirmados, que estão sendo monitorados e recebendo todo suporte necessário.
 Com as variantes de vírus e um cenário que fora instalado principalmente para idosos e pessoas com comorbidades, e o avanço para a terceira etapa de vacinação, ainda persistiam incertezas acerca da duração de cobertura vacinal e permanência da pandemia. Seguimos sem registros de desvios materiais em nossas operações e resultados, e mantendo as ações mitigatórias já adotadas. Nos primeiros quatro meses de 2022, o cenário já incluiu a retomada de atividades essenciais e segue operando normalmente. Em março em ambientes internos e externos em várias unidades da Federação. No entanto, os cuidados com os grupos de risco permanecem em ambientes onde houver aglomeração.

c) Reestruturação societária para formação da UPI InfraCo
 As operações societárias abaixo, em especial os aumentos de capital e as cisões parciais da BRT Multimídia, estão em linha com os termos do Plano Estratégico e do PRJ, conforme aditado, e constituem etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial das Empresas. O descrito no PRJ, tendo como objetivo a otimização de suas operações, ativos e passivos e, mais especificamente, a formação da UPI InfraCo, visando a aquisição da UPI Ativos Móveis por elas apresentada.
 Em Assembleia Geral Extraordinária da controlada indireta BRT Multimídia realizada em 8 de junho de 2020, foi aprovado o primeiro aumento de capital, no montante de R\$ 822.673.091,36, sem emissão de novos ações, o qual foi totalmente subscrito e integralizado pela Oi Móvel, também controlada indireta da Companhia, mediante a conferência de acervo líquido formado por (i) bens registrados nos atos imobiliário e intangível da Oi Móvel, da classe patrimonial FTTH ("Fiber-to-the-Home"), por (ii) parte dos materiais de uso e consumo adquiridos para aplicação na expansão de FTTH, e por (iii) saldo dos dividendos a pagar.
 Posteriormente, em Assembleia Geral Extraordinária da BRT Multimídia realizada no dia 19 de outubro de 2020, foi aprovado o segundo aumento de capital, no montante total de R\$ 1.673.412.964,45, mediante a emissão, pela BRT Multimídia, de 52.700 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo que o valor de R\$ 173.485.677,43 foi atribuído à conta de capital social e o montante de R\$ 1.499.927.287,02 foi destinado à formação de reserva de capital. A Oi Móvel subscreu a totalidade das ações emitidas em virtude do referido aumento de capital, as quais foram integralizadas mediante contribuição de ativos de fibra FTTH, registrados nos atos imobiliário e intangível da Oi Móvel, ao patrimônio da BRT Multimídia.
 Em Assembleia Geral Extraordinária da BRT Multimídia realizada no dia 30 de dezembro de 2020, foi aprovada a capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 700.000.000,00, que havia sido consignado pela Oi Móvel à BRT Multimídia. Em decorrência do referido aumento de capital, a BRT Multimídia emitiu 212.640 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pela Oi Móvel, mediante a capitalização do AFAC concedido.
 Em Assembleia Geral Extraordinária da BRT Multimídia realizada no dia 1 de janeiro de 2021, foi aprovada a primeira cisão parcial, para a segregação e retirada do seu patrimônio de elementos não relacionados ao escopo de atuação da UPI InfraCo, os quais foram incorporados pela Oi Móvel. Em decorrência da cisão parcial, o capital social da BRT Multimídia foi reduzido no valor de R\$ 17.698.607,37, sem o cancelamento de ações, tendo passado de R\$ 2.013.301.621,84 para R\$ 1.995.611.014,47, dividido em 61.158 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
 Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 30 de abril de 2021, foi aprovada a segunda cisão parcial da BRT Multimídia, para a segregação e retirada do seu patrimônio de elementos não relacionados ao escopo de atuação da UPI InfraCo, os quais foram incorporados pela Oi. Tendo em vista que o acervo líquido da BRT Multimídia foi avaliado em R\$ 0,00 (zero real), o capital social da BRT Multimídia não sofreu qualquer alteração em decorrência da operação.
 Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1 de setembro de 2021, foi aprovada a terceira cisão parcial da BRT Multimídia, com a incorporação da parcela cindida pela Oi Móvel. Em decorrência da operação, o capital social da BRT Multimídia sofreu redução no valor de R\$ 132.963.967,37 e houve cancelamento de 22.587 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da BRT Multimídia que pertenciam à Oi Móvel.

d) Alienação da UPI Ativos Móveis
 O Aditamento ao PRJ prevê a alienação da UPI Ativos Móveis, conforme abaixo definida, por meio de um procedimento competitivo, nos termos da LRF, mediante a apresentação de propostas fechadas para aquisição de 100% das ações da UPI Ativos Móveis, com o pagamento do preço de, no mínimo, R\$ 15,7 bilhões em dinheiro.
 Em 7 de setembro de 2020, a Oi aceitou proposta vinculante apresentada conjuntamente por Telefonia Brasil S.A. ("Vivo"), TIM S.A. ("Tim") e Claro S.A. ("Claro"), e, quando em conjunto, com Vivo e Tim, "Compradores", para a aquisição da UPI Ativos Móveis e concessão das Compras, conforme previsto no Anexo 3.1.6 do Aditamento ao PRJ, o direito de, em seu exclusivo critério, sobre a oferta de maior valor que fosse eventualmente apresentada no processo competitivo de alienação da UPI Ativos Móveis ("right to top").
 Em 10 de novembro de 2020, foi publicado o Edital ("Edital UPI Ativos Móveis") apresentado pelas Recuperadas para venda da UPI Ativos Móveis.
 Em 14 de dezembro de 2020, se realizou no Juízo da Recuperação Judicial a audiência para abertura de propostas fechadas apresentadas no âmbito do procedimento competitivo de alienação da UPI Ativos Móveis, na forma e nos termos previstos no Aditamento ao PRJ e no Edital UPI Ativos Móveis. Durante a referida audiência, verificou-se a existência de apenas uma proposta para aquisição da UPI Ativos Móveis, e qual foi apresentada, em conjunto, pelas Compradoras nos exatos termos e condições de proposta de compra para aquisição da UPI Ativos Móveis por elas apresentada.
 O Juízo da Recuperação Judicial homologou a proposta das Compradoras como vencedora do procedimento competitivo de alienação da UPI Ativos Móveis, após as manifestações favoráveis do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e do Administrador Judicial.
 Conforme previsto no Edital UPI Ativos Móveis, foi celebrado com as Compradoras, o respectivo Contrato de Compra e Venda de Ações, tendo sido obtida a anuência da ANATEL e a aprovação da compra e venda das ações pelo CADE para a operação. A UPI Ativos Móveis é representada por 100% das ações de emissão da Cozani RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. ("Cozani"), Cariariva RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. ("Cariariva") e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações ("Jonava"), para cujas capitais sociais a Oi Móvel contribuiu, em 27 de dezembro de 2021 e em 9 de fevereiro de 2022, por meio de operações de aumentos de capital, com o valor de R\$ 1.560 milhões, em cada uma das referidas operações. O Juízo da Recuperação Judicial homologou a proposta das Compradoras com vencedora do procedimento competitivo de alienação da UPI Ativos Móveis, após as manifestações favoráveis do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e do Administrador Judicial.
 Conforme previsto no Edital UPI Ativos Móveis, foi celebrado com as Compradoras, o respectivo Contrato de Compra e Venda de Ações, tendo sido obtida a anuência da ANATEL e a aprovação da compra e venda das ações pelo CADE para a operação. A UPI Ativos Móveis é representada por 100% das ações de emissão da Cozani RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. ("Cozani"), Cariariva RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. ("Cariariva") e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações ("Jonava"), para cujas capitais sociais a Oi Móvel contribuiu, em 27 de dezembro de 2021 e em 9 de fevereiro de 2022, por meio de operações de aumentos de capital, com o valor de R\$ 1.560 milhões, em cada uma das referidas operações. O Juízo da Recuperação Judicial homologou a proposta das Compradoras com vencedora do procedimento competitivo de alienação da UPI Ativos Móveis, após as manifestações favoráveis do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e do Administrador Judicial.
 Em 20 de abril de 2022, após o cumprimento (ou dispensa temporária), conforme o caso, das condições precedentes para tanto, foi concluída a alienação da UPI Ativos Móveis, de modo que a totalidade das ações de emissão da (i) Cozani foi transferida para a Tim; (ii) Cariariva foi transferida para a Vivo; e (iii) Jonava foi transferida para a Claro. Para maiores informações consulte a operação, favor consultar a Nota 1.
e) Dívidas liquidadas por conta do fechamento da Operação UPI Ativos Móveis
 Conforme mencionado no item b) acima e já detalhado na Nota 1, em 20 de abril de 2022, foi concluída a venda da UPI Ativos Móveis. Como parte do recebimento desses recursos, e conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, na mesma data foi realizada a quitação integral de suas dívidas junto ao BNDES, no valor de R\$ 4.640 milhões. Adicionalmente, em linha com o previsto na escritura das debêntures segunda emissão da Oi Móvel foi feito o pagamento antecipado desta dívida, no valor de R\$ 2.356 milhões. Por fim, também nesta data foi encerrada a oferta pública mandatória para o "Bond" sênior 2020, conforme previsto em sua "indenture", com adesão de 98,71% do total do principal em circulação, o que representa cerca de US\$ 869 milhões de principal (R\$ 4.109 milhões). Tais pré-pagamentos são o início da redução da alavancagem da Companhia, em linha com o que consta no Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, transformando sua estrutura de capital e perseguindo a sustentabilidade financeira da Nova Oi.
f) Alienação do Term Sheet: Transferência da Base DTH e Utilização da infraestrutura IPTV
 O Aditamento ao PRJ prevê a alienação de ativos, passivos e direitos relacionados ao negócio de TV por assinatura, descritos no seu Anexo 5.5, estabelecendo, ainda, a possibilidade de alienação dos referidos ativos de forma conjunta mediante constituição da UPI TVCo ou por outra modalidade prevista na Lei nº 11.101/2005, nos termos da Cláusula 5.1 do Aditamento ao PRJ.
 Em 28 de abril de 2022, a Companhia celebrou com a Sky Serviços de Banda Larga Ltda. ("Sky") "Term Sheet" ("Instrumento") para (i) permitir eventual transferência da integralidade da base de clientes pós-pagos de DTH ("direct to home") ("Base DTH"), em continuidade à sua estratégia de desinvestimento do negócio de TV por assinatura com base na tecnologia DTH; e (ii) a utilização da infraestrutura de IPTV ("internet protocol television") ("infraestrutura IPTV") da Oi e a prestação de serviços com relação a essa infraestrutura pela Sky, com o compartilhamento das receitas aferidas entre Oi e Sky ("Operação TVCo").
 De acordo com o Instrumento, e sujeito ao cumprimento das condições precedentes para o fechamento da Operação TVCo, as quais serão previstas nos Contratos Definitivos (conforme definido abaixo) da Operação TVCo ("CPs TVCo"), a Sky se comprometeu a adquirir a Base DTH da Oi e a Oi concordou em transferir a Base DTH para a Sky, bem como concordou em prestar à Sky os serviços relacionados à infraestrutura IPTV. Os termos e condições exatos da Operação TVCo estarão contidos nos contratos definitivos a serem discutidos entre a Oi e a Sky ("Contratos Definitivos").
 A efetiva conclusão da Operação TVCo está sujeita, ainda, à obtenção da autorização do Juízo da Recuperação Judicial da Companhia para a transferência da Base DTH e a obtenção de aprovação do CADE, bem como o cumprimento das CPs TVCo. O fechamento da Operação TVCo, o qual deverá ocorrer somente após cumprimento das CPs TVCo, garantirá ao Grupo Oi a execução de sua estratégia de desinvestimento do negócio de TV por assinatura com base na tecnologia DTH, ao mesmo tempo que possibilitará a manutenção de uma participação importante na geração de receitas de conteúdo a partir da prestação de serviços de TV por assinatura via protocolo IP (IPTV), com base em plataformas e equipamentos com tecnologia IPTV que permanecerão de propriedade da Companhia e/ou de empresas que detêm participação.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		CONSELHO FISCAL	
Elearzar de Carvalho Filho (Presidente) Henrique José Fernandes Luz Raphael Maranhães Martins Marcos Grodzkytz (Vice-Presidente) Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana Paulino do Rego Barros Jr. Roger Solé Raióls Claudia Quintella Woods Armando Lins Netto Luís Maria Viana Palha da Silva Mateus Alfonso Bandeira	Rodrigo Modesto de Abreu - Diretor Presidente Cristiane Barretto Sales - Diretora de Finanças e de Relações com Investidores Rogério Takayanagi - Diretor	EFETIVOS Pedro Wagner Pereira Coelho Alvaro Bandeira Daniela Maluf Pfeiffer Cristiane do Amaral Mendonça (Preferencialistas)	SUPLENTEs Maria Salete Garcia Pinheiro William da Cruz Leal Marco Antonio Mayer Foletto Marco Antônio de Almeida Lima (Preferencialistas)		
CONSELHO DE CONTABILIDADE David Tavares Neves Nunes CRC-RJ 069.013		PARCEIRO DO CONSELHO FISCAL			
CONTADOR David Tavares Neves Nunes Contador - CRC-RJ 069.013		Rio de Janeiro, 02 de maio de 2022. Pedro Wagner Pereira Coelho			
PARCEIRO DO CONSELHO FISCAL		Alvaro Bandeira			
O Conselho Fiscal da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial examinou as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e da BDO RCS Auditores Independentes e fundamentado na emissão do Relatório de Auditoria Externa, os membros do Conselho Fiscal, abaixo assinados, concluíram, por unanimidade, que as referidas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.		Daniela Maluf Pfeiffer			
RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E CONTROLES - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		Cristiane do Amaral Mendonça			

1. Introdução
 O Comitê de Auditoria, Riscos e Controles (CARC) da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial é um órgão colegiado de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, de caráter permanente, instituído na forma do disposto no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia e submetido ao disposto na legislação e regulamentação aplicáveis.
 O CARC é composto por cinco membros, todos conselheiros independentes, eleitos em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023. O mandato dos membros do CARC é de 2 (dois) anos e coincide com o de um membro do Conselho de Administração.
 Nos termos do Regimento Interno, o CARC reúne-se, ordinariamente, uma vez a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, quando necessário, por convocação do Coordenador, por solicitação do Presidente do Conselho de Administração ou, ainda, por solicitação de qualquer membro do CARC.
Atuação e Responsabilidades
 O CARC tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração da Companhia:
 (i) Em assuntos relativos a avaliações de risco dos negócios e dos mecanismos internos de controle, bem como na supervisão da adequação do escopo, amplitude e independência da área de Auditoria Interna da Companhia;
 (ii) Na promoção da articulação orgânica e efetiva entre os órgãos de administração e fiscalização, Auditores Independentes e função de Auditoria Interna da Companhia, e controladas, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias; e
 (iii) Na supervisão da gestão e controle de contingências.
 Também compete ao CARC a análise de informações trimestrais e das demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, incluindo as demonstrações financeiras anuais, bem como do Relatório da Administração e quaisquer análises divulgadas pela Administração sobre a condição financeira e resultados operacionais da Companhia.
3. Atividades do CARC no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021
 No exercício de 2021, o CARC realizou 24 reuniões, sendo 15 sessões ordinárias e 09 sessões extraordinárias, reunindo-se com as áreas de Riscos/Compliance, Auditoria Interna, Auditores Independentes, além de diretores e executivos de variadas áreas da Companhia. Da mesma forma, reuniu-se com consultorias independentes e escritórios de advocacia contratados para conduzirem procedimentos investigativos internos.
 O trabalho do Conselho de Administração da Companhia foram relatadas as principais atividades desenvolvidas pelo CARC no respectivo mês.
 Em 2021, o CARC manteve reuniões regulares com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avaliou como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por profissionais, as quais apoiaram sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem alterar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.

4. Temas discutidos pelo CARC e outras atividades
 Dentre os aspectos abordados, destacamos os seguintes temas:
Auditoria Independente
 • avaliação quanto à renovação do contrato com a auditoria independente BDO;
 • revisão das demonstrações contábeis, bem como avaliação do planejamento dos trabalhos a fim de estabelecer natureza, época e extensão dos principais procedimentos de auditoria selecionados;
 • avaliação das principais conclusões dos auditores independentes ao término de cada revisão especial das Informações Trimestrais (ITRs) ao longo de 2021 e parecer sobre as demonstrações financeiras de 2021;
 • revisão e discussão com os auditores independentes sobre os PAAs - Principais Assuntos de Auditoria identificados em seu exame. O Comitê concorda com a avaliação feita pelos auditores, incluindo em seu relatório sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Auditoria Interna
 • avaliação do relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos e acompanhamento das medidas que vêm sendo tomadas pela Administração, a fim de fortalecer os sistemas de controles internos, compliance e riscos da Companhia; e
 • avaliação de todos os serviços contratados junto à BDO em 2021. Além dos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras, a BDO foi contratada para prestar serviços de auditoria para atendimento ao SPA da UPI InfraCo (Projeto Mars), auditoria para atendimento ao SPA da UPI InfraCo (Projeto Jupiter), proposta da Carta Conforto para emissão de Bônus e serviços de auditoria forense. O CARC concluiu pela inexistência de conflitos de interesses nos serviços citados e recomendou previamente a aprovação das contratações pelo Conselho de Administração.
Auditoria Interna
 • análise do planejamento de trabalhos da auditoria para o ciclo 2021 com posterior recomendação de aprovação do plano pelo Conselho de Administração;
 • análise e aprovação das metas e indicadores da área de Auditoria Interna;
 • acompanhamento da execução do plano anual de auditoria interna e de seus resultados, bem como conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações reportadas e o acompanhamento das providências adotadas pela Administração, relatando e recomendando ao Conselho de Administração eventuais providências;
Auditoria Interna
 • revisão das demonstrações contábeis da Auditoria Forense (projetos em andamento, reporte do canal de denúncias e resultados dos trabalhos investigativos); e
 • acompanhamento dos controles internos, da gestão de riscos e do monitoramento de fraudes, com base nas manifestações e reuniões com os auditores internos e independentes.
Controles Internos e Riscos Corporativos
 • acompanhamento, ao longo do exercício de 2021, da evolução do modelo de Gerenciamento dos Riscos Corporativos e a atualização dos fatores de riscos, impactos e ações de mitigação;
 • acompanhamento da efetiva implementação das melhorias relacionadas com as deficiências significativas anteriormente reportadas pelos auditores independentes;

• acompanhamento dos projetos de Compliance incluindo a matriz de risco corporativa e os indicadores da área;
 • acompanhamento e status do Plano de Continuidade de Negócios;
 • acompanhamento do Projeto da Lei Federal de Proteção de Dados – LGPD;
 • gestão de riscos estratégicos: (i) Projeto ciclo de recotas; (ii) Selo Pro-Ética; (iii) Gestão de Continuidade de Negócios (BIA); e (iv) Projeto Privacidade; e
 • avaliação de temas regulatórios; acompanhamento dos riscos cibernéticos e de Segurança da Informação.
Gestão Financeira
 • evolução das contingências e provisões judiciais da Companhia;
 • acompanhamento dos riscos judiciais nas diversas dimensões; e
 • acompanhamento dos riscos relacionados a dois projetos contábeis, incluindo depósitos judiciais, conciliação, contingências, corre-corré contábil e transações intercompanhias.
Governança Corporativa
 • avaliação das questões Políticas para submissão à aprovação do Conselho de Administração; (a) Transações entre Partes Relacionadas; (b) Hedge; (c) Segurança da Informação; (d) Alçadas; e (e) Gestão de Riscos;
 • revisão das diretrizes de riscos financeiros;
 • acompanhamento dos temas de governança e conformidade: governança de aceitação de riscos, Comitê de Integridade, Canal de Denúncias, Projeto Selo Pro-Ética e Migração do Canal de Denúncia;
 • gestão de riscos de Privacidade - Implementação da Ferramenta e Tratamento do Legado; e
 • ciclo anual de avaliação da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria.
5. Parecer do CARC
 Os membros do CARC, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno, realizaram o exame e análise das demonstrações contábeis, acompanhadas dos relatórios dos auditores independentes e do Relatório da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.
 Tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e o relatório da BDO Auditores Independentes, emitido em 04 de maio de 2022, bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante o exercício de 2021, os membros do Conselho de Administração da Companhia recomendam a aprovação das demonstrações contábeis pelo Conselho de Administração da Companhia, para posterior submissão à Assembleia Geral de Acionistas.
 Rio de Janeiro, 04 de maio de 2022.
Henrique Luz - Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Controles
Claudia Quintella Woods - Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Controles
Armando Lins Netto - Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Controles
Marcos Grodzkytz - Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Controles
Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana - Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Controles

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Resposta da auditoria sobre o assunto
 Nossos procedimentos de auditoria incluem:
 • Aplicação de teste de controles internos relevantes referente aos tributos diferidos ativos e passivos, incluindo os controles internos sobre a análise de realização de tais tributos;
 • Revisão da razoabilidade do modelo adotado pela Administração para elaborar as projeções, incluindo as principais premissas e critérios utilizados, como: (i) estimativa de ganho de capital nas alienações das UPiS; (ii) taxas de crescimento de longo prazo aplicadas nas rendidas projeções, por meio da comparação, quando disponível, com dados de mercado; (iii) taxa de desconto, avaliado o custo de capital da Companhia; (iv) taxa de crescimento na perpetuidade; (v) comparação com as projeções de fluxo de caixa do plano estratégico aprovado pela Administração;
 • Revisão dos cálculos aritméticos sobre o reconhecimento e mensuração dos tributos diferidos ativos;
 • Revisão das divulgações realizadas pela Companhia.
 Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os critérios e premissas adotados pela Administração na determinação do valor realizável de tributos diferidos, considerando as práticas contábeis aplicáveis e a razoabilidade da documentação suporte das premissas, mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão.
Conforme descrito na Nota Explicativa nº24, a Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas tributária, tributária e cível, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem assuntos de natureza tributária e cível em discussão em várias esferas processuais, no montante total de R\$29.776.648 mil e R\$5.395.580 mil, respectivamente, sendo que R\$124.628 mil e R\$3.023.163 mil, respectivamente, estão provisionados por ser considerados como prováveis perda, conforme avaliação realizada pela administração a partir da opinião de seus assessores jurídicos.
 A definição e mensuração dos montantes provisionados e divulgados dependo do julgamento crítico da Administração em relação à probabilidade de perda destacada nas discussões em andamento, como resultado das interpretações da legislação vigente, das decisões judiciais e da evolução da jurisprudência. Adicionalmente, considerando a relevância dos valores envolvidos e complexidade do ambiente legal e regulatório, quaisquer mudanças nas premissas adotadas na determinação do prognóstico de perda podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.
 Por esses aspectos, consideramos a avaliação do reconhecimento, mensuração e divulgação dessas contingências como significativo em nossa auditoria.
Resposta da auditoria sobre o assunto
Conforme descrito na Nota Explicativa nº24, a Companhia e suas controladas possuem registros como mobilizado e intangível, nas demonstrações contábeis consolidadas, os montantes de R\$16.192.523 mil e R\$4.005.365 mil, respectivamente. A Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável anualmente ou sempre quando há indicativos de que o valor contábil pode não ser recuperável. O referido teste foi elaborado com base nas projeções contidas no plano estratégico. As premissas utilizadas estão apresentadas na Nota Explicativa nº 2, as quais envolvem julgamento significativo para determinadas condições de negócio que fundamentam os resultados futuros de suas operações continuadas, como também consideramos o sucesso na execução do plano estratégico como um todo. Como resultado do teste de redução ao valor recuperável do ativo mobilizado e intangível, a Companhia identificou e reconheceu uma reversão da perda por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecida anteriormente, no intangível, no montante de R\$11.507.506 mil, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.
 Considerando que qualquer alteração nas premissas utilizadas e nas condições econômicas e de mercado que a Companhia atua podem gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.
Resposta da auditoria sobre o assunto
 Nossos procedimentos de auditoria incluem:
 • Aplicação de teste de controles internos relevantes referente ao ciclo de avaliação da recuperabilidade de ativos;
 • Revisão da razoabilidade do modelo de cálculo do valor em uso adotado pela Administração para elaborar as projeções, incluindo as principais premissas e critérios utilizados, como: (i) taxas de crescimento de longo prazo aplicadas nas rendidas projeções, por meio da comparação, quando disponível, com dados de mercado; (ii) taxa de desconto, avaliado o custo de capital da Companhia; (iii) taxa de crescimento na perpetuidade; (iv) comparação com as projeções de fluxo de caixa do plano estratégico aprovado pela Administração;
 • Revisão dos cálculos aritméticos na aplicação do valor em uso, bem como sobre a reversão da perda por redução ao valor recuperável reconhecida anteriormente no intangível;
 • Revisão das divulgações realizadas pela Companhia.
 Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os critérios e premissas adotados pela Administração na determinação do valor em uso para fins de teste de recuperabilidade de ativos de longa duração, considerando as práticas contábeis aplicáveis e a razoabilidade da documentação suporte das projeções, mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão.
Realização de tributos diferidos
 Conforme Nota Explicativa nº 10, a Companhia e suas controladas possuem registros como tributos diferidos, nas demonstrações contábeis consolidadas, o montante de R\$5.758.255 mil, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas, bem como sobre diferenças temporariamente não dedutíveis ou tributáveis.
 A Administração avalia no mínimo anualmente o risco de perda por recuperabilidade desse ativo, com base nas projeções de lucros tributáveis futuros. Como resultado dessa avaliação, a Companhia reconheceu estes tributos diferidos na extensão do lucro tributável futuro baseado, substancialmente, nas estimativas de ganhos de capital que são esperados após a conclusão do processo de alienação das UPiS.
 Considerando que qualquer alteração nas premissas utilizadas e nas condições econômicas e de mercado que a Companhia atua podem gerar efeitos significativos nas projeções de lucros tributáveis futuros e, consequentemente, impactos nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Outros assuntos
Demónstrações do valor adicionado
 As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - "Demonstração do Valor Adicionado", bem como se os procedimentos de auditoria realizados foram adequados para assegurar a razoabilidade das demonstrações, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor
 A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
 Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Conforme descrito na Nota Explicativa nº24, a Companhia e suas controladas possuem registros como mobilizado e intangível, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nos montantes de R\$16.192.523 mil e R\$4.005.365 mil, respectivamente. A Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável anualmente ou sempre quando há indicativos de que o valor contábil pode não ser recuperável. O referido teste foi elaborado com base nas projeções contidas no plano estratégico. As premissas utilizadas estão apresentadas na Nota Explicativa nº 2, as quais envolvem julgamento significativo para determinadas condições de negócio que fundamentam os resultados futuros de suas operações continuadas, como também consideramos o sucesso na execução do plano estratégico como um todo. Como resultado do teste de redução ao valor recuperável do ativo mobilizado e intangível, a Companhia identificou e reconheceu uma reversão da perda por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecida anteriormente, no intangível, no montante de R\$11.507.506 mil, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.
 Considerando que qualquer alteração nas premissas utilizadas e nas condições econômicas e de mercado que a Companhia atua podem gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.
Principais assuntos de auditoria
 Em 2021, o CARC manteve reuniões regulares com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avaliou como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por profissionais, as quais apoiaram sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem alterar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor
 A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
 Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Conforme descrito na Nota Explicativa nº24, a Companhia e suas controladas possuem registros como mobilizado e intangível, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nos montantes de R\$16.192.523 mil e R\$4.005.365 mil, respectivamente. A Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável anualmente ou sempre quando há indicativos de que o valor contábil pode não ser recuperável. O referido teste foi elaborado com base nas projeções contidas no plano estratégico. As premissas utilizadas estão apresentadas na Nota Explicativa nº 2, as quais envolvem julgamento significativo para determinadas condições de negócio que fundamentam os resultados futuros de suas operações continuadas, como também consideramos o sucesso na execução do plano estratégico como um todo. Como resultado do teste de redução ao valor recuperável do ativo mobilizado e intangível, a Companhia identificou e reconheceu uma reversão da perda por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecida anteriormente, no intangível, no montante de R\$11.507.506 mil, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.
 Considerando que qualquer alteração nas premissas utilizadas e nas condições econômicas e de mercado que a Companhia atua podem gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.
Principais assuntos de auditoria
 Em 2021, o CARC manteve reuniões regulares com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avaliou como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por profissionais, as quais apoiaram sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem alterar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.

Outros assuntos
Demónstrações do valor adicionado
 As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - "Demonstração do Valor Adicionado", bem como se os procedimentos de auditoria realizados foram adequados para assegurar a razoabilidade das demonstrações, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor
 A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
 Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Conforme descrito na Nota Explicativa nº24, a Companhia e suas controladas possuem registros como mobilizado e intangível, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nos montantes de R\$16.192.523 mil e R\$4.005.365 mil, respectivamente. A Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável anualmente ou sempre quando há indicativos de que o valor contábil pode não ser recuperável. O referido teste foi elaborado com base nas projeções contidas no plano estratégico. As premissas utilizadas estão apresentadas na Nota Explicativa nº 2, as quais envolvem julgamento significativo para determinadas condições de negócio que fundamentam os resultados futuros de suas operações continuadas, como também consideramos o sucesso na execução do plano estratégico como um todo. Como resultado do teste de redução ao valor recuperável do ativo mobilizado e intangível, a Companhia identificou e reconheceu uma reversão da perda por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecida anteriormente, no intangível, no montante de R\$11.507.506 mil, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.
 Considerando que qualquer alteração nas premissas utilizadas e nas condições econômicas e de mercado que a Companhia atua podem gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.
Principais assuntos de auditoria
 Em 2021, o CARC manteve reuniões regulares com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avaliou como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por profissionais, as quais apoiaram sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem alterar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.

Outros assuntos
Demónstrações do valor adicionado
 As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - "Demonstração do Valor Adicionado", bem como se os procedimentos de auditoria realizados foram adequados para assegurar a razoabilidade das demonstrações, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor
 A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
 Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Conforme descrito na Nota Explicativa nº24, a Companhia e suas controladas possuem registros como mobilizado e intangível, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nos montantes de R\$16.192.523 mil e R\$4.005.365 mil, respectivamente. A Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável anualmente ou sempre quando há indicativos de que o valor contábil pode não ser recuperável. O referido teste foi elaborado com base nas projeções contidas no plano estratégico. As premissas utilizadas estão apresentadas na Nota Explicativa nº 2, as quais envolvem julgamento significativo para determinadas condições de negócio que fundamentam os resultados futuros de suas operações continuadas, como também consideramos o sucesso na execução do plano estratégico como um todo. Como resultado do teste de redução ao valor recuperável do ativo mobilizado e intangível, a Companhia identificou e reconheceu uma reversão da perda por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecida anteriormente, no intangível, no montante de R\$11.507.506 mil, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.
 Considerando que qualquer alteração nas premissas utilizadas e nas condições econômicas e de mercado que a Companhia atua podem gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.
Principais assuntos de auditoria
 Em 2021, o CARC manteve reuniões regulares com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avaliou como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por profissionais, as quais apoiaram sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem alterar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.